



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

Denise da Silva Graça

Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago:
a construção do *território ribeirinho* às margens do reservatório do CHE Belo Monte

**Belém
2020**

Denise da Silva Graça

Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago:
a construção do *território ribeirinho* às margens do reservatório do CHE Belo Monte

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

**Belém
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- G729a Graça, Denise da Silva
Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago: a construção do território ribeirinho às margens do reservatório do CHE Belo Monte / Denise da Silva Graça. — 2020.
160 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de PósGraduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2020.
1. Comunidades Tradicionais. 2. Territorialidade. 3. Reterritorialização. 4. Hidrelétrica. 5. Amazônia. I. Título.

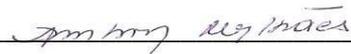
Denise da Silva Graça

Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago:
a construção do *território ribeirinho* às margens do reservatório da CHE Belo Monte

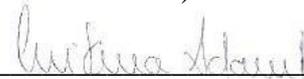
Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data de aprovação 27/03/2020.

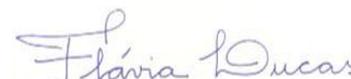
Banca Examinadora



Profa. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos
(Orientadora) (INEAF/UFPA)



Profa. Dra. Cristina Adams (Examinadora externa) (EACH e IEE/USP)



Profa. Dra. Flávia Cristina Araújo Lucas (Examinadora externa) (UEPA)



Prof. Dr. Maurício Gonsalves Torres (Examinador interno) (INEAF/UFPA)

AGRADECIMENTO

Às famílias ribeirinhas que compartilharam comigo suas histórias, principalmente Joana e Lindolfo, Hildo e Socorro, e Nelson e Ivonete, com quem eu convivi mais tempo, que me ajudaram com a logística de campo e receberam-me em suas casas com todo carinho. Isso foi fundamental para que esta pesquisa acontecesse.

Aos meus pais, Maria das Dores e Manoel Dias, que sempre acreditaram nos meus sonhos e lutaram ao meu lado para que eles se concretizassem.

À minha irmã Danile Graça e sua família, Edione, Eduarda e Mariana, que me receberam em Altamira durante o trabalho de campo e me deram todo apoio possível nesse período.

Ao meu companheiro, Igor Gomes, por toda força, incentivo nos momentos de elaboração deste trabalho e na vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), que diante de um cenário de desmonte da educação pública, proporcionou-me que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao mestrado e custeasse parte dos trabalhos de campo.

À Universidade Federal do Pará (UFPA), ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) e Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), pela oportunidade de estudar uma temática tão importante e também por se demonstrar firme na luta em defesa das comunidades amazônicas, tanto em sala de aula, quanto nas ruas, dialogando nas periferias de Belém sobre o cenário político que se iniciava do final de 2018.

À minha orientadora, Professora Sônia Magalhães, que, no desafio da pesquisa interdisciplinar, teve compreensão, generosidade em compartilhar seus conhecimentos e conduzir a pesquisa de uma forma que eu pudesse desenvolvê-la com mais segurança.

Enfim, aos colegas e professores do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) e a todos e todas que de alguma forma contribuíram para elaboração desta dissertação e na minha formação acadêmica.

“É preciso sonhar com a floresta que se empresta para cada geração. Que pede proteção dá o fruto e a raiz, cura a dor e a cicatriz feita na pele queimada. Dá sombra, terra molhada e faz a gente feliz.”

(Aos Sonhos – Ademar Bogor)

RESUMO

A construção de hidrelétricas desencadeia processos de desterritorialização e reterritorialização de comunidades tradicionais. Esta dissertação tem por objetivo analisar a construção do território ribeirinho, isto é, as formas usadas para reconstruir a vida em um ambiente destruído, pós-instalação do CHE Belo Monte. Para isso, foi realizado um estudo de caso na localidade do Palhal, às margens do reservatório principal, no município de Altamira, Pará, por meio de observação participante e entrevistas. As famílias ribeirinhas passaram pelo violento processo de deslocamento compulsório, repleto de violações dos direitos. Assim, as famílias foram buscando formas de denunciar e conseguir a recomposição do seu modo de vida tradicional, movimento que culminou na criação do território ribeirinho. O início de construção do novo território tem sido marcado, principalmente, por novas atribuições de significados ao espaço; pelas atualizações dos conhecimentos tradicionais para se apropriar do novo ambiente; pela reconstrução das redes de parentesco e reciprocidade; e pelo uso de valores morais para a regulação do acesso aos recursos naturais escassos.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Territorialidade, Reterritorialização, Hidrelétrica, Amazônia.

ABSTRACT

The construction of hydroelectric power plants causes a process of deterritorialization and reterritorialization of traditional communities. This work aims to analyse the construction of the riverside territory, i.e., the ways used to reconstruct living in a destroying environment, post-installation of CHE Belo Monte. Therefore, a case study was carried out in the locality of Palhal, on the banks of the main reservoir, in the municipality of Altamira, in Pará, using participant observation and interviews. Riverside families have been through a violent process of compulsory displacement, full of human rights violations. Thus, the families were looking for ways to denounce and to recover the traditional way of life and that starts a movement which culminated in the creation of the riverside territory. The beginning of construction of the new territory has been marked, mainly, by the new attribution of meanings to the space; by the updates of traditional knowledge to appropriate the new environment; by the for the reconstruction of parentage networks and reciprocity; and by the use of moral values to regulate access to the scarce natural resources.

Keywords: Traditional Communities, Territoriality, Hydroelectric Reterritorialization, Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Hidrelétricas em operação na Amazônia legal e territórios indígenas e comunidades tradicionais	20
Figura 2 - Esquema 1 - Organização sócioespacial dos ribeirinhos que viviam nas ilhas, antes da formação do reservatório.	27
Figura 3 - Esquema 2 - Organização sócioespacial dos ribeirinhos que viviam na terra firme, antes da formação do reservatório.	27
Figura 4 - Mapa de localização do reservatório de Belo Monte.....	30
Figura 5 - Mapa de localização das antigas localidades desse trecho do Xingu	31
Figura 6 - Mapa das localidades do reservatório de acordo com os conselheiros.....	32
Figura 7 - Estrutura do telhado de duas águas, representação das casas tradicionais	50
Figura 8 - Destino de morada e fonte de renda das famílias ribeirinhas após o deslocamento.	61
Figura 9 - Mapa de localização das três áreas do <i>território ribeirinho</i> , reservatório de Belo Monte.....	70
Figura 10 - Mapa da área considerada pela Nesa como Região do Palhal.....	79
Figura 11 - Mapa de localização do lugar de origem das famílias em relação morada no território ribeirinho às margens do reservatório.	82
Figura 12 - Esquema das famílias que conseguiram se reagrupar na região do Palhal.	86
Figura 13 - Esquema da composição do grupo domésticos (GP) entrevistados no Palhal.....	87
Gráfico 1 - Idade dos chefes do grupo doméstico no Palhal	88
Figura 14 - Venda de matapi, Porto das Carroças – Altamira	93
Figura 15 - A) Pesca de camarão de tarrafa; B) Camarão do reservatório de Belo Monte.	94
Figura 16 - Matapi fabricado pelas famílias ribeirinhas do Palhal.....	95
Figura 17 - Esquema de classificação da madeira usada na produção de embarcações.....	101
Figura 18 - Modelos de embarcações tradicionais desta região do Xingu: A) Caxiri mais usado para a pesca; B) Barco ou canoa de forma três tábuas; C) Barco ou canoa de forma com caverna; e D) Lancha usada para transporte até a cidade.	104
Figura 19 - Embarcação tradicional do beiradão: modelo lancha, região do Palhal	106
Figura 20 - Voadeira de casco de alumínio com motor de popa fornecida pela Nesa, região do Palhal.	109
Figura 21 - Embarcação de modelo catraia, orla do cais de Altamira.	110

Figura 22 - Mapa de representação dos furos mortos, no Palhal, Reservatório de Belo Monte.	115
Figura 23 - Área de pesca: O círculo vermelho representa à área de pesca comum e o amarelo a área de pesca familiar.	117
Figura 24 - Coleção de plantas cultivadas e transporte de mudas no <i>território ribeirinho</i>	122
Figura 25 - Origem das sementes, mudas e outras partes propagativas de espécies vegetais.	123
Figura 26 - Lugar da casa e a implantação da roça/ sítio - reservatório de Belo Monte	125
Figura 27 - A) Rancho de pesca, novembro de 2016; B) Casa provisória, novembro de 2016 e C) Casa definitiva, fevereiro de 2018.	131
Figura 28 - A) Telhado de tábuas. B) Esteio de Acapu com marcas de fogo tirado na região reservatório.	134
Figura 29 - Outro padrão de casa no Palhal.....	135
Figura 30 - Família e casa provisória, Palhal.	137
Figura 31 - Área de uso e manejo dos recursos naturais de um grupo doméstico.....	139

LISTA DE SIGLAS

ACR - Assentamento Coletivo Rural

Aneel - Nacional de Energia Elétrica

CHE - Complexo Hidrelétrico

Capex - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil

DPE - Defensoria Pública do Estado do Pará

DPU - Defensoria Pública da União

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

Isa - Instituto Socioambiental

MXVPS - Movimento Xingu Vivo para Sempre

MPF - Ministério Público Federal

Nesa - Norte Energia S.A.

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PBA - Projeto Básico Ambiental

PFNM – Produtos florestais não madeireiros

Pacuera - Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos e o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios

Rima - Relatório de Impacto Ambiental

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

Taus - Termo de Autorização de Uso Sustentável

TI - Terras Indígenas

UFPA – Universidade Federal do Pará

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

RUC - Reassentamento Urbano Coletivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	18
1.1 Hidrelétricas na Amazônia	20
1.2 Territorialidades e a construção do território	22
1.3 Territorialidade ribeirinha e a organização sócioespacial.....	25
1.4 Procedimentos metodológicos.....	28
1.4.1 Área de estudo	29
1.4.2 Itinerário Metodológico	33
2 O TERRITÓRIO RIBEIRINHO PRÉ-BELO MONTE	36
2.1 Ocupação da região onde hoje é o reservatório	39
2.2 “Nós já fizemos muitas casas”	45
2.2.1 Uso dos recursos naturais na construção das tradicionais casas do beiradão	48
2.2.2 Boas práticas de manejo dos recursos naturais.....	51
3 PROCESSOS DE EXPULSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO	53
3.1 Contexto de criação do <i>Território Ribeirinho</i>	62
3.2 Regularização fundiária do território.....	67
4 O INÍCIO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO APÓS BELO MONTE: ESTUDO DE CASO NO PALHAL	73
4.1 “Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”	73
4.1.1 O Antigo e o novo Palhal:	77
4.2 A ocupação do <i>território Ribeirinho</i> às margens do reservatório	79
4.3 Recomposição das relações sociais e grupo doméstico	83
5 FORMAS DE APROPRIAÇÃO SÓCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO	91
5.1 Atualizações dos conhecimentos tradicionais no novo ambiente	91
5.1.1 Camarão no reservatório.....	92
5.1.2 A importância da embarcação na sociedade ribeirinha	97
5.1.3 A ciência das águas: as embarcações tradicionais e os conhecimentos associados.....	99
5.1.4 Embarcações no <i>Território Ribeirinho</i>	106

5.2 A Pesca.....	113
5.3 Agrobiodiversidade: sementes e plantas trazidas para o beiradão.....	118
5.4 Terreiro, sítio e roça	124
5.5 As casas ribeirinhas na construção do novo território.....	130
5.6 Regras de uso dos espaços e recursos naturais.	138
5.6.1 Floresta: relação social com base no uso dos recursos	138
5.6.2 A caça	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	159

INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa analisar o processo de construção do território, que se encontra em curso, de uma comunidade ribeirinha expulsa em razão da construção do Complexo Hidrelétrico (CHE) de Belo Monte, em Altamira no estado do Pará, e que após a inundação passou a ocupar as margens do reservatório.

Este trabalho versa mais especificamente sobre o processo de reterritorialização da comunidade que hoje ocupa a localidade Palhal. Apesar de o prefixo "re" da categoria reterritorialização remeter a um processo de retorno ao território, vale ressaltar, que no caso estudado não se trata de um retorno, e sim de um processo de construção de vida sobre o território totalmente destruído, ou melhor, construído sobre as ruínas de um desastre ambiental.

A construção do CHE exigiu a formação de grandes reservatórios que causaram destruição e transformação das territorialidades pré-existentes, desencadeando processos de expropriação e rupturas que podem ser designados como processos de desterritorialização (MAGALHÃES; CUNHA, 2017).

Belo Monte inundou cerca de 478 km² (correspondendo ao reservatório principal e o intermediário) destruiu e reestruturou a ocupação sócioespacial preexistente na região, transformando as bases físicas e sociais do território, sobretudo das territorialidades de povos indígenas e comunidades tradicionais. Ela é a terceira maior hidrelétrica do mundo e possui o tamanho proporcional a sua capacidade de gerar controvérsias e conflitos, que vão além das disputas pelo uso de recursos. O que está em risco é a experiências da relação sociedade-natureza de povos e comunidades - que é desconsiderada nesse modelo de desenvolvimento (FLEURY; ALMEIDA, 2013) - relação esta que é rompida ao longo do processo de desterritorialização das comunidades tradicionais atingidas.

No trecho onde hoje está localizado o reservatório principal de Belo Monte viviam diversos grupos sociais¹ nas margens e ilhas do rio Xingu, que se inter-relacionavam, mas que somente a partir da relação com o Estado (especialmente na relação com o consórcio construtor), na luta pelo território, se constituem como um único grupo social, que veio a ser denominado ribeirinho². Possuíam uma complexa territorialidade que “combinava ilhas, terra

¹ Pescadores, extrativistas, agricultores, muitas vezes policultores, brancos e indígenas de variadas etnias.

² “Ribeirinho é uma categoria genérica, sujeito de direitos, que recobre uma gama de denominações concretas de existência camponesa no Brasil, e na Amazônia em particular. Apresenta em comum características sociológicas especiais resultantes da relação que mantêm com a natureza, marcadamente o rio e fartamente documentadas na literatura socioantropológica tanto quanto em romances, poesias e contos. Fala-se, em razão da especificidade

firme e a cidade de Altamira” com uma dinâmica de pluriatividades produtivas (roça, pesca, extrativismo) adequada às variações sazonais do Xingu (MAGALHÃES; CUNHA, 2017, p.31). Um aspecto importante dessa territorialidade tratada pelas mesmas autoras é a dinâmica da dupla moradia, que se caracteriza pela casa da beira e a casa da cidade.

Essa territorialidade também era expressa em suas práticas produtivas como na pesca, no extrativismo de frutos, óleos entre outros, na caça, na extração de madeira, nas roças, construindo o território de acordo com os hábitos, atribuição de significado e de paisagem específica (GONÇALVES et al., 2016).

No entanto, essa territorialidade, que permitia mobilidade no território, “[...] que se faz num trânsito constante entre o rio Xingu e a cidade, com moradias lá e cá, ambas imprescindíveis à manutenção do seu modo de vida”, não foi reconhecida pela Norte Energia S.A. (Nesa), empresa responsável pelo complexo hidrelétrico e pelo processo de expulsão (MPF, 2015, p.8). Muitas pessoas que foram identificadas com casas na cidade não foram reconhecidas como ribeirinhas e, portanto, não foram cadastradas³, além de outros motivos que serão oportunamente apresentados.

Desde já é preciso remarcar que o cadastramento é um ato importante no processo de desterritorialização e reterritorialização, porque, de início, é a partir dele que se constitui o reconhecimento da existência do proprietário e/ou, da propriedade ou da ocupação ou do bem, e, conseqüentemente, do direito. Em torno do cadastramento ou não cadastramento se estrutura a maioria das reivindicações e argumentos para a construção do novo território. Pode-se afirmar que o cadastramento é uma forma de reconhecimento oficial do vínculo com o território.

A instalação do CHE causou uma ruptura nas práticas espaciais preexistentes, obrigando as famílias a deixarem a beira do rio, lugar que garantia condições fundamentais para a sua reprodução. Acselrad (2004) considera que as práticas espaciais garantem a produção material e a reprodução social; e o conflito causado pela construção de grande obra provoca uma “ruptura dos seus acordos simbólicos” devido à impossibilidade de as comunidades atingidas desenvolverem essas práticas.

Além disso, esse processo de expropriação foi extremamente violento e deixou traumas na vida dos ribeirinhos (KATZ; OLIVEIRA, 2017). Para algumas pessoas isso foi

aludida, em um modo de vida ribeirinho. No Xingu, são concretamente denominados beiradeiros, que vivem no beiradão” (MAGALHÃES; CUNHA, 2017, p.29)

³ O que repercutiu no reassentamento urbano.

somado ao sentimento de dor e humilhação pelo não reconhecimento como ribeirinho(a) atingido(a) pela obra.

O deslocamento compulsório teve início em 2011. Cerca de 1.798 famílias foram reconhecidas como ribeirinhas (VILLAS-BÔAS et al. 2015). No entanto, esse número é maior, conforme atestam as denúncias do movimento social e as demandas junto à Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE); bem como ao Ministério Público Federal (MPF).

Essa dança dos números, como é chamada por Magalhães (2007) no caso de Tucuruí, trata-se de uma luta política pelo reconhecimento de direitos, assim esse número, sobretudo, expressa o resultado de um conflito, que pode variar ao longo do processo e do avanço das reivindicações.

As famílias ribeirinhas expulsas passaram a viver em outras áreas longe do rio, sem nenhuma assistência da empresa. Mesmo as famílias reconhecidas pela Nesa foram simplesmente indenizadas e não lhes foi atribuído outro espaço que lhes possibilitasse as condições necessárias para reprodução sociocultural, num largo processo de expropriação que será tratado. Muitas dessas famílias foram viver na periferia da cidade em situação de vulnerabilidade social.

Em novembro de 2015, iniciou-se a operação de enchimento dos reservatórios. Esse evento representou para as famílias ribeirinhas a perda da capacidade de mobilidade no território, questão central dessa territorialidade (MAGALHÃES, 2017b).

Assim, como em uma diáspora, as famílias buscam reorganizar suas vidas com base em princípios de sua organização social preexistente, mas sem condições de manutenção da reprodução social nesses lugares, passaram a lutar para o retorno para o rio. Processo de reivindicação de retorno à beira do rio foi também observado após a construção do CHE Sobradinho, na Bahia, como pode ser visto em Sigaud (1986), Daou (1996) e Costa (1990).

A partir deste momento, ao longo de onze meses, os ribeirinhos começam a buscar formas de denunciar esse processo junto ao MPF e o coletivo Xingu Vivo para Sempre (MXVPS)⁴ e de buscar alternativas para a reprodução sociocultural. Isso foi impulsionado pelo desejo de “voltar para o rio”, na perspectiva de reencontrar o território, cujos detalhes serão expostos ao longo do texto.

⁴ “É um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu” (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2020, s/n).

Neste contexto, criaram-se as condições necessárias para que fosse reconhecido o direito de reparação aos danos causados na instalação da hidrelétrica por meio do “reassentamento”, às margens do reservatório de Belo Monte, que posteriormente foi chamado de *território ribeirinho*.

O *território ribeirinho* é aqui entendido como uma categoria política para designar a área que está sendo reivindicada pela comunidade ribeirinha atingida pela hidrelétrica, para a qual, além da discussão sobre a forma de regularização fundiária ou regime jurídico mais adequado para garantir o seu uso e apropriação irrestritos, mobilizam-se os conhecimentos sobre o ecossistema destruído e as relações sociais preexistentes. Usarei o itálico em *território ribeirinho* ao longo deste trabalho para chamar a atenção a essa especificidade.

Essa área jamais foi pensada como possível de ocupação pelos ribeirinhos, corresponde à Área de Preservação Permanente (APP) do CHE, que, portanto, apresenta legislação específica para uso e gestão, estabelecida no Código Florestal por meio do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos; e estabelecida no âmbito do licenciamento ambiental, por meio do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios (PACUERA⁵).

Apesar da regulamentação fundiária ainda não ter sido definida, no final de 2016 a Nesa destinou as primeiras parcelas às primeiras famílias às margens do reservatório no Xingu. Desde então a paisagem do reservatório vem sendo transformada pela ocupação ribeirinha. Mesmo com as marcas da destruição ambiental causadas pelo desmatamento e alagamento, aos poucos esses lugar vem ganhando as expressões das atualizações dos conhecimentos tradicionais que estão contidos nas roças, nos sítios e áreas de manejo das águas e matas dos ribeirinhos.

Portanto, para além da categoria fundiária que será implementada, o processo de construção do *território ribeirinho* de forma prática e simbólica já vem acontecendo desde o início da chegada das primeiras famílias ao reservatório, uma vez que a territorialidade dos ribeirinhos conduz à construção do território (GODOI, 2014).

Nesse contexto, o objetivo principal desta dissertação foi analisar a construção do *território ribeirinho* às margens do reservatório do CHE Belo Monte, isto é, analisar as

⁵ O PACUERA tem por diretriz conciliar o uso antrópico das áreas marginais aos reservatórios e dos mesmos, com as normas operativas do empreendimento, a conservação dos recursos naturais, a melhoria dos ecossistemas locais e da bacia de contribuição como um todo. Este planejamento deverá prever ainda mecanismos de gestão e uso múltiplo das águas, de monitoramento e avaliação da sua qualidade e meios de implementação de projetos para a correção de desvios nos parâmetros de normalidade. Tanto o planejamento, quanto a gestão regional deve ser feita de forma participativa contando com a possibilidade de abrir espaços para discussões e análises integradas que norteiam as medidas de manejo a serem adotadas.

formas que as famílias ribeirinhas do Palhal estão encontrando para (re)construir a vida sobre um território destruído.

Para isso, esta pesquisa buscou: a) caracterizar a territorialidade ribeirinha e a ocupação do território anterior a Belo Monte; b) Identificar as formas de atribuição de significado aos espaços transformados, distinguindo as áreas de uso familiar e de uso comum; e c) analisar as formas de apropriação, uso e controle dos aspectos estruturadores da organização sócioespacial, isto é, da casa, rio, sítio/roça e mata;

Esta dissertação é composta por cinco capítulos, o primeiro apresenta a trajetória que levou à reflexão sobre o objeto de estudo, que é a construção do *território ribeirinho*; as bases teóricas usadas para o desenvolvimento do trabalho; e os caminhos percorridos para alcançar os objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo, como sugerido por Little (2002) em contextos em que o território é defendido e/ou reafirmado, apresento a historicidade do *território ribeirinho* pré-Belo Monte, evidenciando a ampla mobilidade no interior do território, assim como o uso dos recursos e boas práticas para a construção das casas tradicionais do *beiradão*⁶.

O terceiro capítulo é referente ao processo de expulsão das famílias que viviam nas ilhas e margens do Xingu e as formas que elas buscaram para garantir a reprodução social, pois esse contexto deu bases para a criação do *território ribeirinho*.

Já no quarto capítulo trabalho sobre o início do processo de construção do território, a partir da descoberta de que “o rio não é mais rio” e sim um reservatório; da tristeza que esse ambiente destruído provoca; das formas de ocupação conduzidas pela Nesa e da recomposição das relações sociais e grupos domésticos que ocupam a região do Palhal.

Por último, o quinto capítulo tem o objetivo de mostrar formas de apropriação sócioespacial do território, a partir das formas de controle, uso e atribuição de significado, conforme proposto por Godoi (2014) e Little (2002). E também como as famílias precisam atualizar seus conhecimentos tradicionais e recompor as relações sociais, para se apropriar desse novo ecossistema em formação, tomando como exemplo a (re)composição da coleção de plantas dos sítios e roças; e as novas formas de navegar e pescar no rio.

⁶ Denominação de quem vive na beira ou margem do rio Xingu

1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo farei uma apresentação da trajetória que me levou a refletir sobre este objeto de estudo, que é a construção do novo *território ribeirinho* às margens do reservatório de Belo Monte; as bases teóricas usadas para o desenvolvimento do trabalho; assim como os caminhos percorridos para alcançar os objetivos da pesquisa.

A minha trajetória acadêmica me ajuda a contar a forma como se deu a construção do objeto de estudo, que começa com minha chegada a Altamira no início de 2009 para cursar Engenharia Florestal na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nesse mesmo ano tive a oportunidade de participar do projeto de pesquisa de “Mapeamento das dinâmicas socioambientais dos ribeirinhos(as) de Altamira”, atuando, sob a orientação da Prof. Juliete Miranda Alves, mais especificamente na comunidade Santo Antônio (OLIVEIRA; SOUZA; SILVA, 2019), que era uma vila de pescadores (as) que foi totalmente destruída para a construção do CHE de Belo Monte. Nesse trabalho pude vivenciar minimamente o modo de vida dos pescadores da vila antes da construção do CHE Belo Monte.

Em 2012 voltei à mesma comunidade, no evento Xingu +23 promovido pelo MXVPS, em um contexto de luta e resistência contra a construção da barragem. Nesse evento encontrei as casas, que havia visitado anteriormente, todas destruídas, como em um cenário de pós-guerra. A essa altura já se podia saber das histórias e ver o violento processo de deslocamento compulsório em curso.

Mesmo passando um tempo longe dessa área de estudo eu, como todos os moradores da cidade de Altamira, senti os efeitos da construção de Belo Monte, como aumento do aluguel, aumento no custo de alimentação e na violência urbana, dentre outros.

Em tal período, desenvolvi a pesquisa de conclusão de curso com os ribeirinhos(a) da Reserva Extrativa Rio Xingu, mapeando as áreas de uso e os recursos florestais não madeireiros utilizados na localidade Baliza e dialogando com o Plano de Manejo da unidade.

Posteriormente, fui para Marabá cursar especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Instituto de Agroecologia Latino Americano, IALA Amazônico (Assentamento Palmares II – Parauapebas - PA). A pesquisa de conclusão deste curso foi realizada com os ribeirinhos(as) da comunidade Mamangal em Igarapé-Miri, Baixo-Tocantins - Pará.

Em 2016, voltei para Altamira e participei dos estudos para a elaboração do relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em parceria com diversas instituições⁷ a pedido do Ministério Público Federal (MPF). Nesse período estive vinculada ao ISA e, na condição de técnica de campo, desenvolvi material cartográfico e realizei levantamentos de campo.

O “relatório SBPC”, como ficou conhecido, realizou um resgate histórico do modo de vida das famílias da região do Xingu, o processo de deslocamento compulsório e avaliou as condições necessárias para o retorno das famílias para as margens do reservatório. O relatório resultou em um livro intitulado “A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC” (MAGALHÃES; CUNHA, 2017). Essa experiência me despertou o desejo de aprofundar o estudo acerca do processo de construção do novo território e dar continuidade ao trabalho com os ribeirinhos.

Deste modo, entrei no curso de Especialização em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas INEAF/UFGA, para realizar um trabalho sob a orientação da Profa. Dra. Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, que consistiu em uma pesquisa acerca da percepção das transformações do meio natural com as famílias ribeirinhas da região Palhal, intitulado: “Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago!”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte (GRAÇA, 2018).

Portanto, com esta dissertação pretendo continuar as reflexões sobre o processo em questão, dentro da perspectiva do projeto de que faço parte, intitulado “Diagnóstico: contribuições dos Povos Indígenas e Comunidades Locais para a Biodiversidade no Brasil”, o qual é coordenado por Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de São Paulo, Universidade de Chicago), Sônia Magalhães (Universidade Federal do Pará) e Cristina Adams (Universidade de São Paulo)⁸.

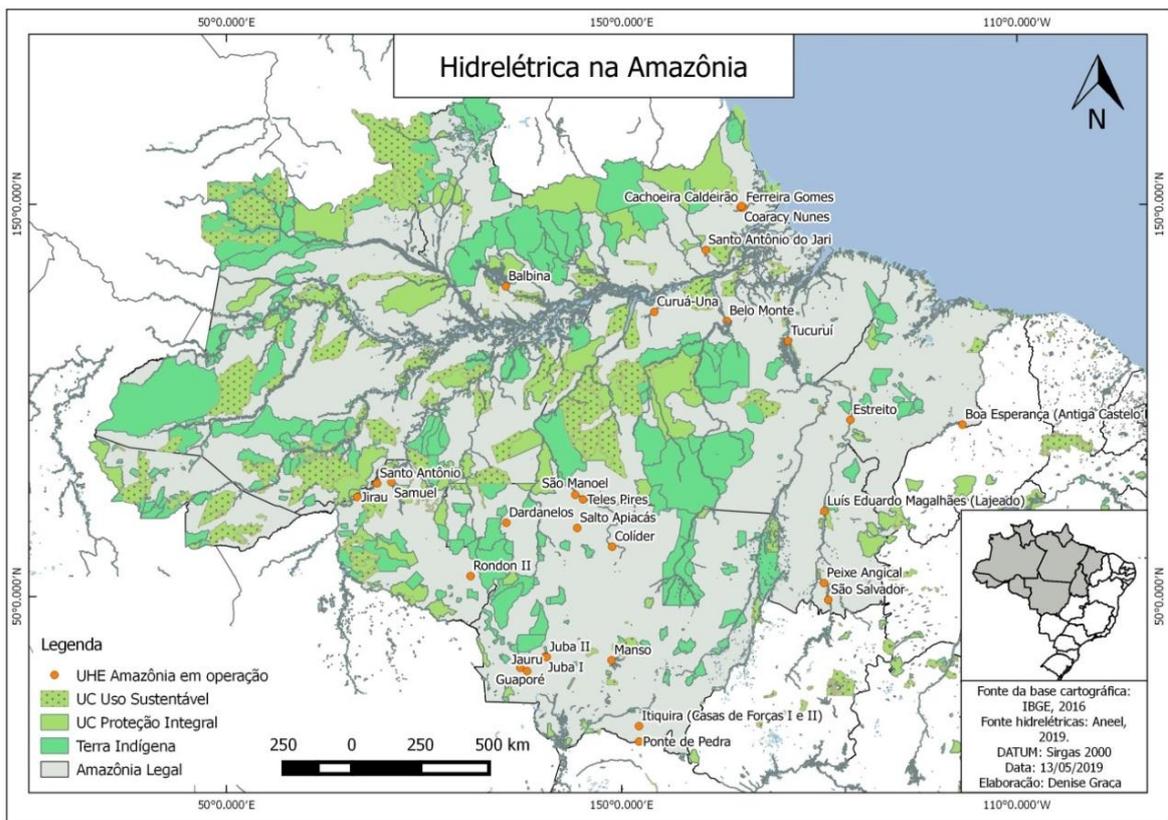
⁷ Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto Socioambiental (ISA), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Faculdade de Teologia e Ciência (FATEC), Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie). Tendo como coordenadora científica do relatório a Professora Dra. Sônia Magalhães.

⁸ <https://sites.google.com/site/projetocnpq421752/home>

1.1 Hidrelétricas na Amazônia

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até 2019 (momento desta pesquisa) existem no Brasil 1.342 hidrelétricas⁹ em operação, entre elas 29 estão na Amazônia legal, atingindo territórios tradicionais de diversos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, conforme ilustra a Figura 1. Essas UHE foram construídas em diferentes momentos históricos e políticos, mas apresentam diversos elementos em comum.

Figura 1 - Hidrelétrica em operação na Amazônia Legal e territórios indígenas e comunidades tradicionais



Fonte: Aneel, 2019.

Nota: Neste mapa não constam as terras quilombolas, que também são territórios protegidos.

Assim como as rodovias, ferrovias, mineração (incluindo gás e petróleo) hidrovias e os monocultivos, no geral, as hidrelétricas integram a categoria que vem sendo denominado grande projeto, ou termos equivalentes, como projetos de grande escala, megaprojeto, grandes obras, entre outros.

⁹A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) considera três classificações de Hidrelétricas: Centrais Geradoras Hidrelétricas (com até 1 MW de potência instalada), Pequenas Centrais Hidrelétricas (entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada) e Usina Hidrelétrica de Energia (UHE, com mais de 30 MW).

Ribeiro (1985) define projetos de grande escala (PGE) como uma forma de produção, que apresenta uma racionalidade particular e possui três dimensões: (a) o gigantismo, fazendo referência a grande quantidade de capital e trabalho que são investidos na obra; (b) o isolamento, que se refere não apenas aos aspectos geográficos, mas principalmente aos socioeconômicos; (c) a temporalidade, pois são obras desenvolvidas em pouco tempo.

A pesquisa científica no Brasil sobre os efeitos das instalações de hidrelétrica, na área da antropologia, teve início na década de 1970, paralelo ao início da atual política energética nacional (CATULLO, 1993). Segundo a mesma autora, esses estudos iniciaram com três principais centros de produção acadêmica: Universidade Federal de Santa Catarina, sobre as áreas indígenas no Brasil, coordenado pelo Dr. Silvio Coelho dos Santos; Museu Nacional do Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro), com um grupo de pesquisa de antropologia coordenado pela Dra. Lygia Sigaud; e da Universidade de Brasília, principalmente pelos trabalhos de Gustavo Lins Ribeiro.

Segundo Catullo (1993), as produções científicas mostram que existem diversas temáticas recorrentes acerca das problemáticas da instalação de hidrelétricas, um deles é sobre o caráter desenvolvimentista e as consequências da instalação de um grande projeto, caracterizados por serem planejados e executados dentro da política nacional e internacional de desenvolvimento, em que os povos e comunidades tradicionais afetadas não têm benefícios, além de diversos problemas na implantação dos reassentamentos, sendo colocado como um elemento periférico desse grande projeto.

Nesta perspectiva, os povos e comunidades tradicionais têm sofrido diretamente os efeitos da implantação dessas obras em seus territórios, que além das transformações no meio natural, passam por um violento processo de deslocamento compulsório para a formação dos reservatórios. Estamos considerando como deslocamento compulsório o “processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras” (MAGALHÃES, 2007, p.31).

Existem diversos estudos que tratam do processo de reterritorialização, principalmente no campo de conhecimento das Ciências Humanas (antropologia, sociologia, geografia, entre outras). Somente no catálogo de teses de dissertações da Capes (Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foram encontrados 14¹⁰ trabalhos, desenvolvidos entre 1996 a 2018.

Esses estudos abordam a questão dos efeitos socioespaciais (BERNARDELLI, 2012), das trajetórias de vida (SILVA, 2015); adaptação socioeconômica (MARCINIAK, 2018), transformação territorial (NASCIMENTO, 2014); organização social (SCHREINER, 2002); avaliação de modalidade de reassentamento para mitigação dos efeitos socioterritoriais (MOTTER, 2017); reposição de perdas (CASTRO, 2009); aspectos socioambientais e econômicos (MENDES, 2005); e territorialidades (ROCHA, 2011).

Por outro lado, no campo das Ciências Agrárias, que é a minha área de formação, somente um tratava sobre a reterritorialização abordando o modo de vida (BOEIRA, 2006); outros, que versavam sobre reassentamento de atingidos por barragem, tratam da retomada das atividades produtivas, analisando as práticas produtivas que permitam adaptação da comunidade ao novo ambiente e formas de com ele relacionar-se (BATISTA, 2013; SANTOS, 2017).

1.2 Territorialidades e a construção do território

No Brasil existe uma multiplicidade de expressões de territorialidades de povos e comunidades tradicionais¹¹ (sociedades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras entre tanto outros grupos tradicionais) que possuem formas próprias de se relacionar com o ambiente biofísico e de construir seus territórios (LITTLE, 2002).

Neste trabalho empregaremos o conceito de territorialidade na perspectiva de Godoi (2014) e Little (2002) que o remetem a processos de construção dos territórios, que consiste nas formas de “apropriação, controle, uso e atribuição de significado” de um determinado espaço. Godoi (2014) considera mais justo chamar de Territorialidades, pois ela é plural. Nesta perspectiva, é possível notar que o território não diz respeito apenas ao seu aspecto físico, mas também às relações sociais existentes, corroborando com a ideia de Haesbaert (2004).

Neste viés, podemos considerar que as territorialidades de comunidades tradicionais estão atreladas à historicidade social, política e econômica de cada grupo. Dessa maneira, é

¹⁰Na plataforma Capes foi usado o filtro de ciências humanas e as palavras chave hidrelétrica e reterritorialização, onde foi encontrado um total de 500 trabalhos - depois de uma análise individual reduzido para 14.

¹¹“Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007b).

importante ressaltar o caráter processual desta construção do território. Para Godoi (2014), o processo de construção dos territórios, envolve pelo menos dois aspectos diferentes:

De um lado, a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprimem por um sistema de representações, e, de outro lado, os princípios de organização – a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos (GODOI, 2014).

O modelo de desenvolvimento do Estado para a Amazônia, nas últimas décadas, esteve baseada na implantação de grandes projetos, “produziu um novo ordenamento territorial onde não havia espaço para as comunidades tradicionais [...], suas formas coletiva e familiar de apropriação da terra e dos recursos naturais”, que foram vistas como obstáculo para o progresso (CRUZ, 2007, p.94). Nesse contexto, desencadeou diversos processos de desterritorialização e reterritorialização de comunidades tradicionais.

A invisibilização frente ao Estado diante das múltiplas territorialidades representa o “não reconhecimento de direitos sobre um espaço de vida e trabalho, produzindo o que muitos autores qualificam como processos de desterritorialização” (GODOI, 2014, p.11). Estes podem ser observados em casos de deslocamento compulsório para a instalação de grandes obras hidrelétricas na Amazônia, em que a territorialidades são desconsideradas e comunidades inteiras são obrigadas a deixarem o território para viverem em outros lugares que não lhes permitem a reprodução sociocultural.

Em contexto de desterritorialização é comum o desejo por encontrar suas raízes, é uma situação de carência de lar, esse sentimento que pode durar gerações (LITTLE, 2002)¹². No caso de Belo Monte, isso foi expresso pela vontade de voltar para próximo ao rio Xingu, as famílias não conseguiram a reprodução social longe do rio, foram expulsas e depois acabavam voltando a pescar na região, que é seu lugar tradicional de reprodução física e cultural. As famílias viram na possibilidade de retorno para o rio o caminho de recomposição do modo de vida. Assim, cria-se uma luta para o retorno para as margens do rio Xingu. No entanto, em 2015, o rio deu lugar ao reservatório de Belo Monte.

Valencio (2013) mostra casos de comunidades que lutam pela garantia dos direitos territoriais em casos de desastre ambiental, evidenciando situações similares à ocorrida em Belo Monte. São situações de desterritorialização, nas quais a comunidade vivencia a

¹²O caso da barragem de Sobradinho, que é um exemplo clássico da literatura, onde a comunidade atingida foi deslocada para um reassentamento rural, distante do rio, depois eles voltaram para a borda do reservatório, mostra um número significativo de famílias que não conseguiram reconstruir o modo de vida tradicional, submetidos a novas formas de trabalho, como prestação de serviço na cidade (DAOU, 1996; COSTA, 1990).

destruição de suas casas e todo seu modo de vida, e em curto espaço de tempo o território fica completamente destruído.

Estudiosos dos impactos do CHE Belo Monte, ao analisarem a área do entorno do reservatório, na qual está sendo construído *o território ribeirinho*, apontam que diante das alterações ecológicas provocadas pela formação do próprio reservatório, pode-se dizer que “é um novo ecossistema em formação”.

“Diante das alterações ecológicas provocadas pelo enchimento do reservatório, a APP não cumpre mais as mesmas funções ecológicas que exercia anteriormente (regulação do fluxo hidrológico, cadeias alimentares, ciclos reprodutivos, etc.), ao contrário, uma nova APP está sendo *construída* a partir do enchimento do reservatório e da substituição da APP original que beirava o rio Xingu. Portanto, é evidente que já ocorreu impacto na vegetação original e aquela que agora ocorre nas áreas de APP não é típica de beira de rios/lagos da Amazônia” (PARECER TÉCNICO, 2019, p. 4).

Assim, podemos dizer que o território tradicional agora só existe concretamente na memória, nas relações e no conhecimento; dessa forma, o caso estudado remete à construção do novo território ou territorialização. As categorias reterritorialização, realocação, reassentamento, como têm sido tratadas em situações similares na literatura, dão a ideia de um processo de retorno ao território anterior. No caso Belo Monte, queremos ressaltar que se trata da construção de um novo território, seja do ponto de vista político e social, seja do ponto de vista ambiental.

De acordo com Rasffestin (1980) “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Portanto, o espaço se torna território a partir da ação do ator social, isto é, da relação de poder que os envolve. Portanto, o território é produto das relações de poder sobre um determinado espaço, que podem ser expressas a partir das territorialidades.

A forma como os ribeirinhos estabelecem o lugar da casa, as áreas de pesca, as áreas de coleta de recursos da florestal, de caça, das áreas para plantio das roças e sítio expressam a forma de construção do território, usando tanto aspectos materiais e técnicos, como simbólicos.

Assim sendo, a atribuição de significado ao espaço, é um aspecto importante da territorialidade, pois a partir disso “[...] os seres humanos chegam a outro tipo de relação entre memória e espaço: a criação de lugares sagrados” (LITTLE, 1994, p. 6). Tais como são atribuídos os princípios morais de cada comunidade no espaço, que, segundo Woortmann (2009, p.119), são “expressão sofisticada da relação entre o homem e a natureza”. Ademais, as formas de apropriação da natureza pelas comunidades tradicionais não são aleatórias, pois

são baseadas nos conhecimentos tradicionais sobre o seu ambiente. “Esses conhecimentos têm um valor substancial para clarificar as formas como os produtores tradicionais percebem, concebem e conceituam os recursos, paisagens ou ecossistemas dos quais dependem para subsistir” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 35).

1.3 Territorialidade ribeirinha e a organização sócioespacial

Os ribeirinhos possuíam uma territorialidade que lhes permitia uma ampla mobilidade no território. É comum encontrar pessoas que contam que se mudaram várias vezes de ilha ou localidade ao longo do tempo, na região do Médio Xingu, como veremos no capítulo dois.

A partir das vivências e pesquisas desenvolvidas anteriormente por mim e minha orientadora, consideramos que existem neste território espaços que são reveladores do modo como se estruturava a organização e a reprodução social dessa comunidade. A territorialidade ribeirinha remete às dinâmicas sazonais e espaciais que relacionavam as ilhas, terra firme e a cidade, ou rua, como é comumente chamada. Assim, com a organização sócioespacial centrada na dupla moradia, a casa da cidade possibilitava o acesso a bens e serviços públicos, e a casa da beira o desenvolvimento das práticas produtivas, como pesca, agricultura, extrativismo, importantes para o consumo e renda das famílias.

As ilhas eram os lugares de morada de grande parte das famílias ribeirinhas dessa região, conseqüentemente as variações sazonais do Rio Xingu apresentavam grande influência na territorialidade. Cada ilha tinha uma elevação em relação ao nível do rio, umas mais baixas e outras mais altas; assim, no período da cheia do Xingu, havia ilhas que inundavam todos os anos e ilhas que inundavam parcialmente, que somente nas grandes cheias inundavam completamente.

As ilhas altas, assim como as áreas de terra firme, não ou raramente inundavam. Dessa forma, as dinâmicas sazonais do Xingu davam ritmos à dinâmica de uso do espaço, principalmente para quem morava em ilhas mais baixas e precisava sair da casa da beira rio no período das cheias do Xingu para ir para a casa da cidade, esperar o nível do rio baixar para poder voltar para casa da beira. Mas também para o desenvolvimento das práticas produtivas.

Os ribeirinhos possuem profundo conhecimento sobre as dinâmicas naturais do rio e orgulham-se em demonstrar esses saberes. Como D. Joana que conhecia quando o rio ia secar só pelo cheiro da vazante, “estou sentindo cheiro da vazante, daqui a dois dias o rio vai descer”, dizia ela, e depois acompanhava o nível das águas descendo pelas marcas deixadas

na vegetação nas margens do rio. E conhecia quando o rio ia encher pelos “matinhos verdes” nas beiras das praias, como ela descreve. “Vai vim água nova” (GRAÇA, 2018).

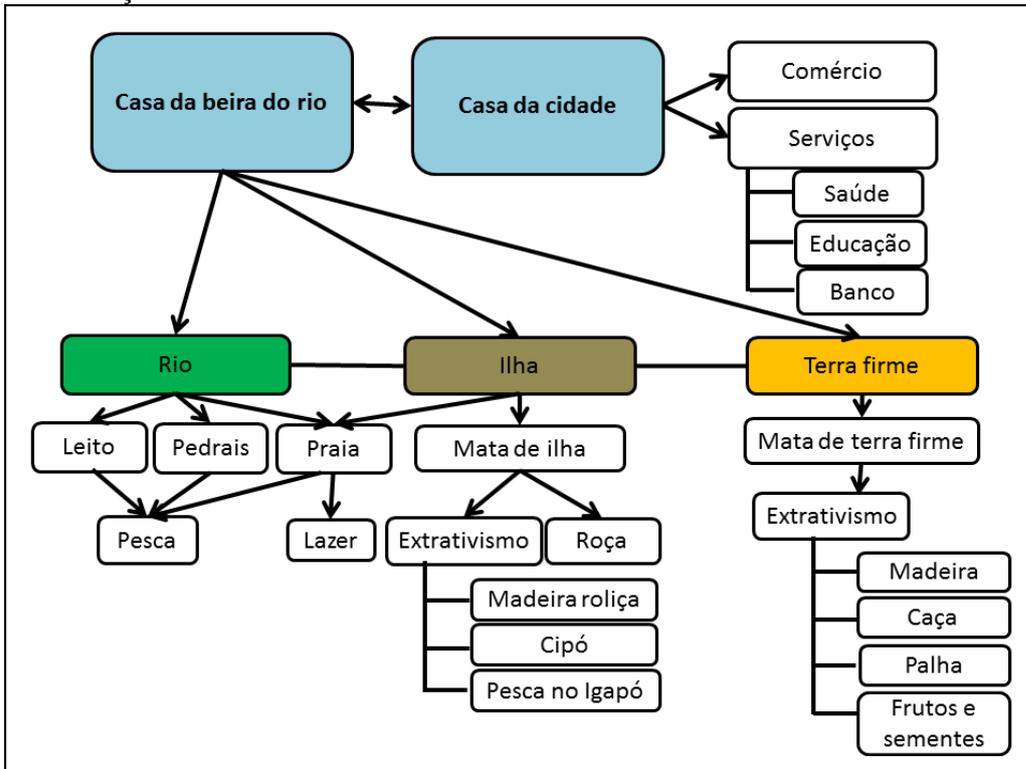
Mauss (2003) mostra as principais características das sociedades esquimós diante das variações sazonais, considerando a forma de ocupação do solo, densidade e volume da população e a organização no espaço. Neste ensaio, o autor revela que a forma como a sociedade se organiza no espaço é resultante da cultura e da disponibilidade dos recursos naturais disponíveis em cada lugar. Assim como, na comunidade ribeirinha estudada neste trabalho, em que as variações sazonais davam base para a organização social no espaço.

O conhecimento sobre a dinâmica do rio era fundamental para a tomada de decisões nas atividades produtivas. Na agricultura era importante para decidir quando começar a plantar ou colher, para não perder a produção no período de cheia do rio. Mas também era importante para definir quais as espécies mais adequadas para compor as roças e sítios (GRAÇA, 2018).

Os espaços das atividades produtivas eram orientados pela dinâmica do rio. Na pesca, no verão, quando o nível estava baixo, se pescava nos pedrais e no leito do rio, nas praias. No inverno, tempo de cheia do rio, se pescava principalmente nas áreas de igapó. A caça era realizada no verão nas ilhas e terra firme; no inverno só era possível caçar nas áreas de terra firme, pois as ilhas inundavam e os animais se refugiavam nas matas da margem (Ibidem). O extrativismo vegetal era realizado nas matas das ilhas e de terra firme, pois nem todos os recursos usados pelos ribeirinhos se encontravam nas matas das ilhas.

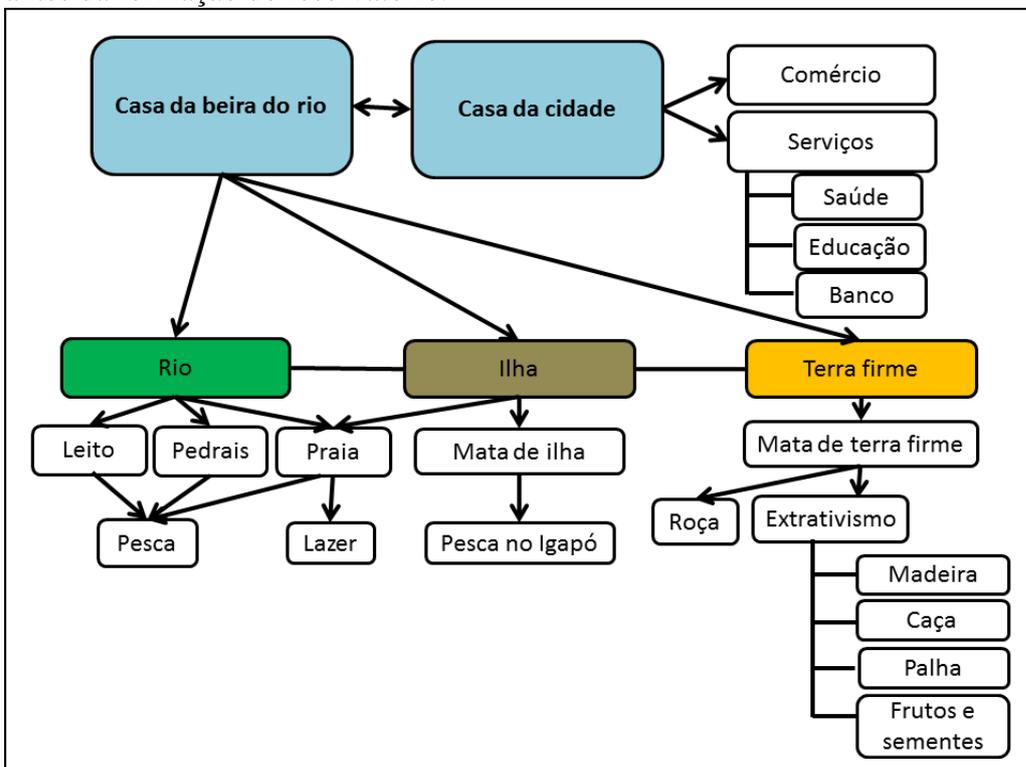
Dessa maneira, a organização do território ribeirinho se dava a partir das diferentes combinações dos espaços estruturadores, casa – rio – sítio - roça – mata, gerando assim diferentes arranjos. Estes arranjos dependiam principalmente do local de ocupação da casa da beira e das relações sociais estabelecidas. As Figuras 2 e 3 apresentam dois esquemas de arranjos da organização sócioespacial de quem vivia em ilha (Esquema 1) e de quem vivia em terra firme (Esquema 2).

Figura 2 - Esquema 1 - Organização sócioespacial dos ribeirinhos que viviam nas ilhas, antes da formação do reservatório.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Figura 3 - Esquema 2 - Organização sócioespacial dos ribeirinhos que viviam na terra firme, antes da formação do reservatório.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As relações de parentesco e vizinhança davam base para esta organização socioespacial, pois a partir delas era possível ampliar as áreas de uso e as atividades produtivas. As pessoas que viviam em ilhas baixas, por exemplo, que tinham a área de cultivo pequena, podiam fazer roças em áreas de terra firme, nas áreas de parentes e vizinhos. Da mesma forma para o extrativismo. Portanto, esses espaços estruturadores da organização sócioespacial se expressam na construção do novo território.

1.4 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos são os caminhos para alcançarmos os objetivos da pesquisa. Como vimos anteriormente, a partir de vivências e estudos na região do reservatório, identificamos espaços que são fundamentais nesta territorialidade, dentre os quais: o rio, as casas (da beira rio e da cidade/rua), áreas de sítios e roças, e área de uso dos recursos da mata.

Assim, analiso a construção do *território ribeirinho* às margens do reservatório de Belo Monte, na perspectiva de Godoi (2014) e Little (2002), por meio das formas pelas quais os ribeirinhos se apropriam, usam, controlam e atribuem significados ao ambiente totalmente destruído.

Assim, a partir de uma abordagem qualitativa (BRUMER et al., 2008), foi realizado um estudo de caso na região do Palhal, situado no reservatório principal do CHE Belo Monte. Segundo Becker (1994), essa metodologia é uma análise detalhada de um caso individual para explicar a dinâmica de um fenômeno, permitindo uma profundidade nas informações sobre o processo estudado.

Foram utilizadas ferramentas cartográficas, onde as áreas de uso foram desenhadas pelos próprios ribeirinhos, de preferência, para indicar a apropriação do espaço. A elaboração desses croquis foi conduzida de maneira que as pessoas fizessem uma narrativa desenhando as atividades realizadas no território desde a chegada até o momento da pesquisa, identificando as áreas de roça, pesca, extrativismo, as estruturas construídas, entre outros. Essas áreas foram identificadas nas imagens de satélite do Google Earth para dialogar e trazer elementos eventualmente não mencionados no mapa falado.

Esses croquis elaborados durante as entrevistas serviram com para entender a lógica da organização sócioespacial para o uso dos recursos da mata e pesca e a composição e arranjos dos sítios e roça.

Inspirada em Cardoso (2016), que usa o caminhar como um método antropológico para entender os processos e as relações da comunidade com seus espaços foram realizadas

caminhadas nas áreas estabelecidas nos mapas falados, marcando os pontos georreferenciados em Sistema de Informação Geográfica para produção de mapas. Nessas caminhadas foram levantadas as informações sobre as categorias classificatórias dos ribeirinhos, ou seja, as formas como a comunidade denomina os espaços e as espécies vegetais.

A classificação dos espaços e suas formas de apropriação foram inspiradas no trabalho de Cardoso (2018) “Entre diversos tons de verde: cosmopolítica nos sistemas agrícolas Potiguara”.

Na volta do campo, as entrevistas foram transcritas e analisadas. Para elaboração dos mapas foi usado o programa Quantum GIS (QGIS), usando a base cartográfica do IBGE, dados obtidos em campo, dados baseados nas informações da Nesa e imagens Google Earth.

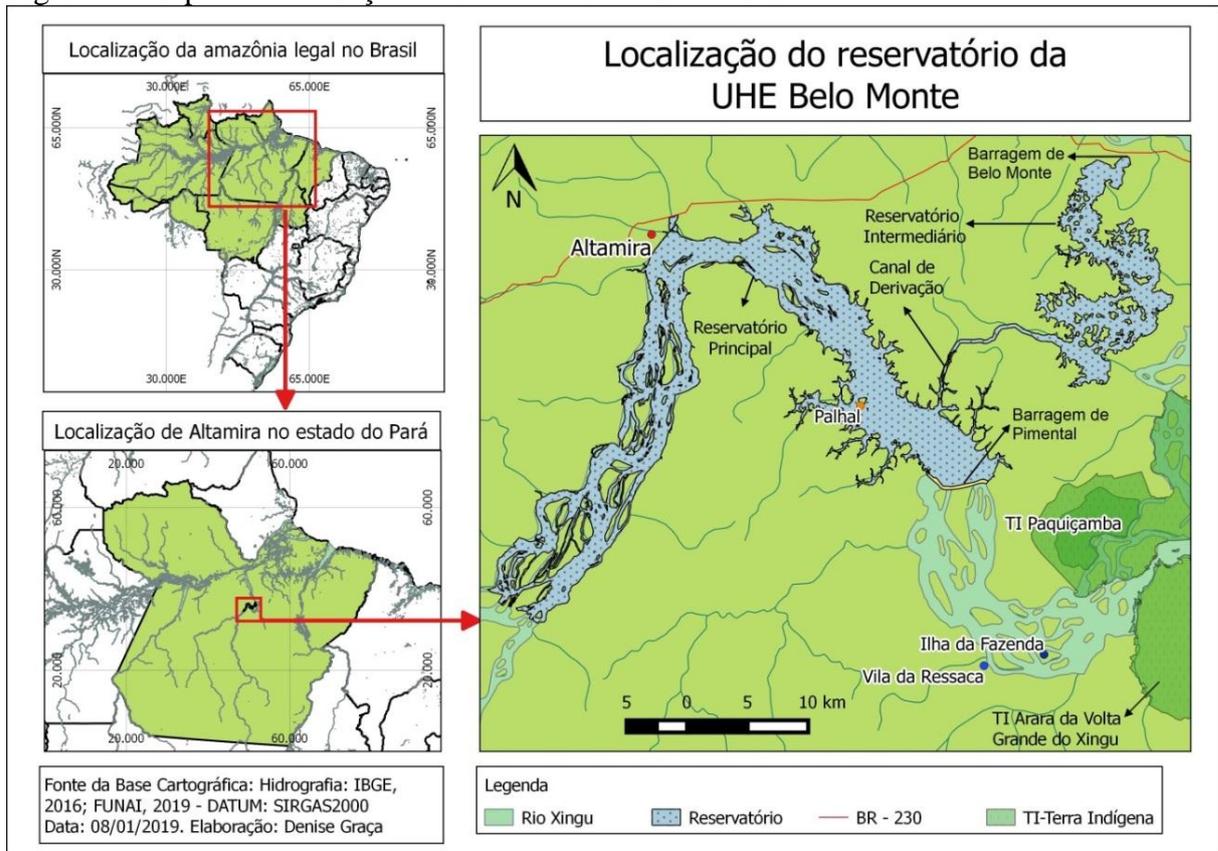
Como não foram realizadas coletas de amostras botânicas, os nomes científicos das espécies foram identificados com base nos relatos e evidências de campo, com o apoio de estudos científicos realizados sobre as florestas da região, como Salomão et al. (2007) e documentos de levantamentos florísticos para os estudos de impacto ambiental de Belo Monte (EIA, 2009). Para as plantas dos sítios e roças com poio do trabalho de Silva (2017).

Vale ressaltar que neste trabalho usaremos a denominação tradicional da comunidade. Foi relatado em campo que após a chegada de madeireiros na região foi dando outros nomes para as mesmas espécies. Assim, espécies como as conhecidas tradicionalmente como angelim vermelho que os madeireiros chamam de angelim pedra, e o pequi que é chamado de piquiá.

1.4.1 Área de estudo

O Reservatório do CHE Belo Monte abrange os municípios de Altamira (cerca de 52 % da área inundada pelos reservatórios), Vitória do Xingu (48% da área inundada) e Brasil Novo (0,1%). Está localizado entre as lat. 3°30'34.61"S/long. 52°17'43.52"O e lat. 3°26'10.33"S/long. 51°55'42.26"O . O reservatório principal, no rio Xingu, abrange 359km² e o intermediário 119km². Ambos estão interligados por um canal de derivação, com 20km de extensão (NESA,19b). A Figura 4 mostra com detalhes a localização dos Reservatórios de Belo Monte.

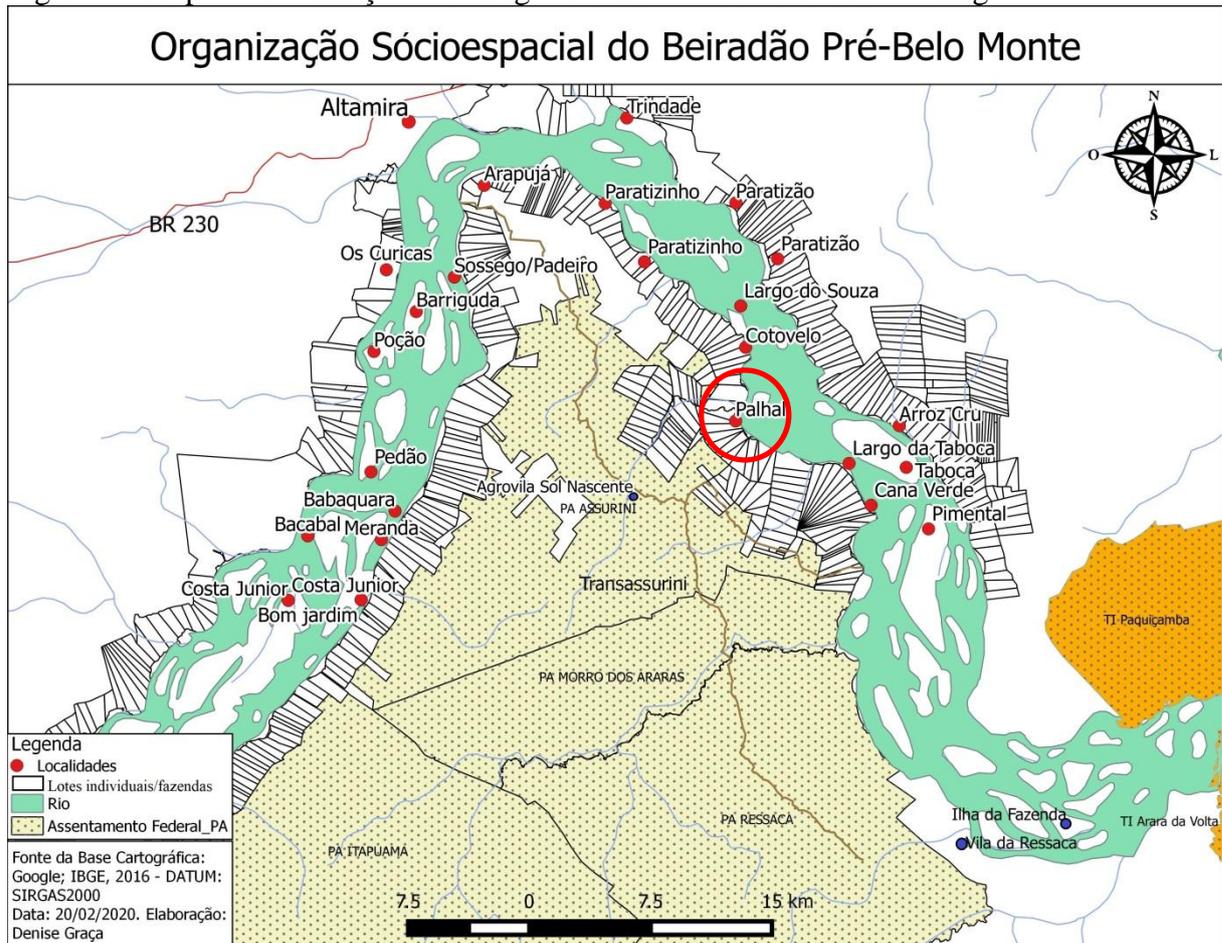
Figura 4 - Mapa de localização do reservatório de Belo Monte



A área de ocupação tradicional das famílias ribeirinhas corresponde, atualmente, ao trecho que faz parte do Reservatório do Xingu, o principal da usina. Essa região do Xingu era composta por diversas localidades, que podem ser observadas no mapa da organização socioespacial pré Belo Monte, mostrado na Figura 5. Como podemos observar, os nomes destas localidades estavam relacionadas à geografia do Xingu, isto é, às cachoeiras, furos, largos, às principais características da ilha ou fazendo referências aos moradores antigos.

Depois do deslocamento compulsório as áreas dos ribeirinhos passaram ser a APP do reservatório e, portanto, pertencente à Nesa. Assim esta estabeleceu uma configuração própria; porém, como veremos no decorrer do trabalho, o que predominou foi a configuração anterior à barragem.

Figura 5 - Mapa de localização das antigas localidades desse trecho do Xingu



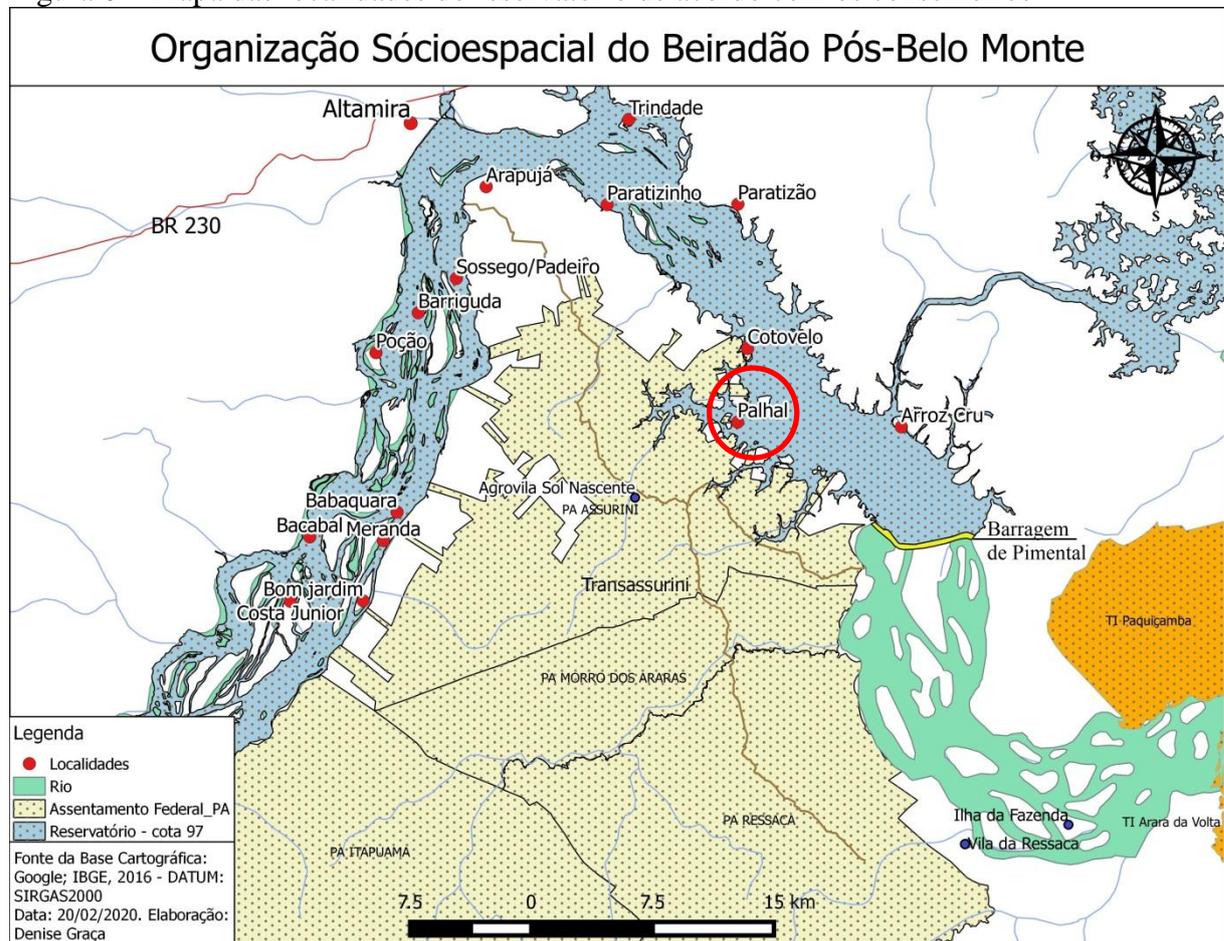
O Conselho Ribeirinho¹³ que viria a ser formado para coordenar os trabalhos de retomada das margens do reservatório, sobre o qual falaremos posteriormente, é composto por representantes de 14 destas localidades: Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Sossego / Padeiro, Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru, todas atingidas pela formação do reservatório do CHE Belo Monte (GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL, 2017). Estes representantes se organizam de forma que todas as localidades sejam contempladas.

Como dito anteriormente, optamos por fazer um estudo de caso para conseguir mais profundidade nas informações. Então, diante das localidades da região do reservatório foi escolhido o Palhal, pois eu e a minha orientadora já havíamos desenvolvido trabalhos anteriormente no local e por ser uma das regiões para a qual há maior demanda de “reassentamento”.

¹³ “órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios de autodeterminação e do autoreconhecimento no processo de reterritorialização” (Ministério Público Federal. Recomendação nº 06/2016/GABI – 07 de dezembro de 2016).

É importante pontuar que Palhal, hoje, inclui o que é remanescente da inundação e novos lugares surgidos após a inundação. A região entre o Palhal e o Largo da Taboca, por exemplo, onde antes era um pequeno igarapé e hoje possui grandes dimensões, como o igarapé do Neném e o São Sebastião, onde estão sendo denominadas como região abaixo do Palhal. Para efeitos deste trabalho, incluí no Palhal, também, os lugares limites, acima e abaixo do Palhal, onde quatro famílias estão ocupando, duas próximas ao Cotovelo e duas no Largo da Taboca, porque as relações sociais hoje se estabelecem com os moradores do Palhal. As localidades denominadas de acordo com os Conselheiros são mostradas no mapa da Figura 6.

Figura 6 – Mapa das localidades do reservatório de acordo com os conselheiros



1.4.2 Itinerário Metodológico

Em 2016 foi o meu primeiro contato com os ribeirinhos desse trecho do rio Xingu, atingidos por Belo Monte, durante o período da realização do relatório da SBPC, organizado por Magalhães e Cunha (2017).

Nesse período, entrevistamos o máximo de pessoas possível, que naquele momento estavam reassentadas ou não. Muitos estavam vivendo na cidade, principalmente nas periferias e nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). De modo geral, sem nenhuma assistência da empresa e longe do rio. Havia 121 famílias iniciando a ocupação das áreas às margens do reservatório. Assim, foi difícil não considerar o momento como sendo de intenso aprendizado pessoal e profissional na elaboração desta dissertação.

Em fevereiro de 2018, voltei ao reservatório, mais especificamente à região do Palhal, visando à elaboração do trabalho final do curso de especialização. A primeira impressão que tive foi sobre a transformação visual da paisagem, de como esse lugar que eu havia visitado em 2016, que tinha a sensação vazio de gente¹⁴ e natureza morta, transformou-se a partir do uso e apropriação das famílias ribeirinhas, estando agora a paisagem marcada pelas casas, sítios e roçados, cheios de vida.

Em alguns lugares o ambiente estava até com água mais limpa, com menos árvores mortas pela inundação (paliteiros) provocada pelo reservatório, pois uma parte destas árvores já havia se deteriorado ou sido retirada pelos ribeirinhos para abrir acesso.

Nesta ocasião, o curso de mestrado ao qual estou integrada ainda não havia começado e, portanto, eu não tinha ainda um objeto de estudo definido. Porém, o campo que realizei em fevereiro de 2018 trouxe-me elementos importantes sobre o início da construção do novo território e de como eu poderia conduzir esta dissertação. Por conta disto, estou considerando-o como a pesquisa exploratória deste trabalho.

Neste campo, uma das representantes do Conselho Ribeirinho me apresentou para as outras famílias que estão ocupando a região Palhal e eu fui muito bem recebida pela comunidade. Duas pessoas eu até já conhecia e isso facilitou as conversas, entrevista, fotos e gravações de áudio, os quais foram realizados sempre com a permissão prévia.

Apenas uma pessoa ficou um pouco desconfiada a princípio. Acredito que ela tenha achado que eu estava fazendo algum trabalho para Nesa, uma vez que na região existem

¹⁴ Neste período já havia iniciado a ocupação do reservatório.

diversas empresas terceirizadas que fazem entrevistas com os ribeirinhos, motivando desconfiança.

Foram realizadas 16 entrevistas com representantes de famílias (entre 32 a 68 anos) reassentadas na região do Palhal. Devido ao diálogo aberto, houve contribuições de outros membros do grupo doméstico.

Houve perguntas sobre a historicidade, modo de vida antes da barragem e depois da barragem e transformações do meio natural. Além disso, foram elaborados croquis das áreas de uso e observação participante (ALBUQUERQUE et al., 2010); com conversas informais para a complementação das informações.

Nos trabalhos de campo posteriores, foi realizada a observação participante, acompanhando as atividades produtivas do cotidiano, principalmente na casa de D. Joana e Sr. Lindolfo, onde fiquei mais tempo, mas também na casa do Sr. Nelson e D. Ivonete, Sr. Hildo e D. Socorro. Observei a organização sócioespacial e as inter-relações que se estabelecem entre as atividades produtivas. Além disso, foi feito registro sistemático no caderno de campo.

Voltei a campo de 06 a 26 de junho de 2019. Fiquei uma semana no Palhal e mais outra na casa da cidade da Conselheira Joana e sua família. Era o momento em que as 192 famílias, que ainda não foram “reassentadas”¹⁵ poderiam receber a autorização para ocupação, pois o Conselho Ribeirinho já havia aprovado o Plano do *território ribeirinho* junto à Nesa e encaminhado para aprovação do Ibama.

Dessa forma, eu iria acompanhar presencialmente a segunda fase de ocupação. No entanto, as datas foram sendo adiadas. Por conta deste impasse, o último trabalho de campo foi realizado em novembro de 2019, com a esperança de entrevistas com os novos moradores do Palhal, mas não foi possível, pois até o momento as famílias não receberam a liberação da Nesa.

Sendo assim, eu ressalto que para o desenvolvimento deste trabalho foram entrevistadas as famílias ribeirinhas que já estão ocupando a região do Palhal, ou seja, as famílias que receberam o *ponto* da Nesa; as famílias que não receberam o *ponto*, mas vivem nas áreas correspondentes ao *ponto* de familiares; e famílias que ainda não receberam o *ponto*, mas que estão com nome na lista para recebê-lo e decidiram ocupá-lo por conta própria. Ou seja, todas as pessoas entrevistadas moram no Palhal. Logo, as famílias que receberão os

¹⁵ Vale ressaltar que não se trata de um reassentamento, pois a regularização fundiária ainda não foi definida, no entanto, reassentada e realocadas são os termos utilizados pela Nesa para quem já recebeu o *ponto* de moradia às margens do reservatório.

pontos, mas que estão residindo na cidade, não foram entrevistadas. *Ponto* é a forma pela qual as famílias denominam o local designado pela Nesa para a construção da casa, isto é, para a ocupação às margens do reservatório.

Além dos moradores do Palhal, foi entrevistado um ribeirinho na cidade. Este é membro do Conselho Ribeirinho e terá o seu *ponto* no Costa Junior, última localidade do reservatório. Ele foi entrevistado porque possui amplo conhecimento sobre as embarcações tradicionais do beiradão e as novas embarcações do reservatório. Isto trouxe elementos importantes para este trabalho, no sentido de apontarem as formas pelas quais os ribeirinhos estão atualizando os conhecimentos em face do ambiente destruído.

2 O TERRITÓRIO RIBEIRINHO PRÉ-BELO MONTE

Conforme Little (2002), a territorialidade humana produz diversos tipos de território, assim o autor recomenda que “para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisasse de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado” (p. 3). Nesse contexto, esse capítulo traz a historicidade do *território ribeirinho* pré-Belo Monte, evidenciando essa territorialidade com ampla mobilidade dentro do Território.

Estudos arqueológicos evidenciam a ocupação pré-colonial de povos indígenas na região do Médio Xingu, correspondente à área que vai da Volta Grande do Xingu até a divisa com Mato Grosso (FARIA, 2016; SILVA; GARCIA, 2015). Essa presença indígena é registrada a partir da chegada dos missionários na região (MAGALHÃES, 2008; MARIN, 2010).

Os viajantes do século XIX, como o príncipe Adalberto da Prússia [1977 (2002)] em sua expedição ao Xingu, em 1842, e Henri Coudreau [1896 (1977)], em 1859, mencionam a presença de diversos grupos indígenas e não indígenas ao longo do Rio Xingu.

Até os dias atuais essa região pode ser considerada um território multiétnico. Nela existem etnias de três troncos linguísticos falados no Brasil: o Tupi (Assurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaya, Parakanã e os Xipaya), Jê (Kayapó, Xikrin do Bacajá e os Kararaô) e Karib (os Arara com três grupos distintos: da terra indígena Arara e os da Cachoeira Seca) (MAGALHÃES, 2008) e brancos.

Assim, a ocupação do espaço foi inicialmente sendo organizada a partir das territorialidades e relações socioculturais estabelecidas ao longo do tempo baseado na história social de cada grupo étnico.

Apesar de existir registros da inserção holandesa desde 1600 na região do Baixo Xingu, a Cachoeira Grande, local onde atualmente está instalada a hidrelétrica de Belo Monte, “serviu como barreira de penetração europeia no começo da colonização. Ela aparece no começo do desvio do leito conhecido como a Volta Grande” (KELLY-NORMAND, 1988, p. 9).

Coudreau, que esteve em viagem ao Xingu em 1896, levou nove dias descendo esse trecho encachoeirado do rio e ressalta que para subir não poderia ser feito em menos de um mês, devido as dificuldade das cachoeiras.

De acordo com Magalhães (2008), os primeiros registros históricos sobre a região acima da Volta Grande do Xingu, onde hoje se localiza a cidade Altamira, ocorreram em 1752, na Missão Tavaquara, realizada pelo Padre Roque Hunderfund, encarregado para “trabalhar nos descimentos dos índios o aldeamento que inaugurou um longo processo de relações interétnicas que persistem até hoje” (MAGALHÃES, 2008, p. 24).

A inserção dos missionários no século XVIII provocou certas mudanças na organização sócioespacial e no modo de vida dos indígenas que foram aldeados e considerados como reserva de mão de obra (MARIN, 2010). Porém, vale ressaltar que essas mudanças não aconteceram em todos os lugares e nem da mesma forma para todos os grupos (FARIA, 2016).

Para Becker (1994, p.11), o povoamento por não índios na Amazônia “a partir da colonização se fez sempre em surtos devastadores vinculados à expansão capitalista mundial”. Primeiramente, com a exploração das drogas do sertão, principalmente nas áreas de florestas de várzea; e posteriormente com a exploração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.). Isto permitiu que a economia capitalista determinasse a forma de desenvolvimento na região e, conseqüentemente, a dinâmica de ocupação do espaço.

Na região do Médio Xingu, a ocupação não indígena está vinculada à formação econômica da Amazônia de meados do século XIX a início do século XX, com a exploração de borracha para o mercado dos EUA e da Europa.

No princípio a demanda do mercado externo da borracha natural era pequena, mas apresentava indicações de crescimento. No entanto, apesar de ser um produto singular e atraente para o mercado, a borracha natural possuía uma grande sensibilidade à variação de temperatura, fator que limitava a ampla utilização nos países do hemisfério norte (WEINSTEIN, 1993).

Portanto, segundo a própria Weinstein (1993), somente a partir de 1839, com aperfeiçoamento do processo de vulcanização inventado por Charles Goodyear, houve um aumento significativo da demanda, pois a borracha tornou-se mais apropriada para a produção de diversos produtos.

Durante o período colonial, a exploração do látex da seringa era realizada em terras não declaradas da Coroa Portuguesa. “As florestas exploradas pelas expedições coletoras eram quase sempre terras não declaradas (e, por vezes, inexploradas) da Coroa, acessíveis a quem se dispusesse a pagar e equipar uma turma de trabalhadores” (WEINSTEIN, 1993, p.57). Desta maneira, em princípio, não existiam propriedades privadas e habitações fixas no interior dos seringais.

Contudo, posteriormente, as áreas de seringais do estado do Pará, foram se concentrando nas mãos de poucos e grandes seringalistas da região através do aforamento¹⁶.

Ao mesmo tempo, para suprir a necessidade de mão-de-obra nos seringais no intuito de consolidar a exportação da borracha, o Governo brasileiro, durante a campanha da segunda guerra mundial, incentivou amplamente a vinda de nordestinos, chamados de “arigós” ou soldado da borracha (KELLY-NORMAND, 1988). Com isso, novos atores sociais, compostos por seringueiros, seringalistas e outros, envolviam-se nessa atividade econômica e organizavam-se no espaço da região.

Na região do Médio Rio Xingu e seus principais afluentes, Iriri, Curuá, Fresco e Bacajá, existe grande concentração da *Hevea brasiliensis* nativa nas florestas. O primeiro a explorar essas terras foi o Coronel José Porfírio de Miranda Jr que “chegou a controlar comercialmente toda a produção de borracha daquele município [Souzel] e do Alto Xingu, acima das cachoeiras” (MOREIRA; HÉBETTE, 2009, p.196), ou seja, uma área de aproximadamente 159.533,328 km², que corresponde ao tamanho atual do município de Altamira.

No entanto, esse espaço não estava vazio, pois como dito, existiam diversas etnias indígenas vivendo ali. Sendo assim, a ocupação dos seringueiros na região não foi totalmente pacífica, uma vez que havia uma grande disputa por essas áreas e constantes e violentos enfrentamentos com os povos indígenas, em que muitos índios e seringueiros morreram nessa sangrenta guerra (FRANCESCO et al., 2017a).

Além disso, muitos dos “arigós” chegaram à região sem famílias e se casavam com as mulheres indígenas “pegada” ou “roubada da mata” (FRANCESCO et al., 2017 p. 45). Isso possibilitou uma intensa relação por meio de casamentos interétnicos. Portanto, os ribeirinhos são os descendentes dessa relação, são da geração que nasceu no Xingu, a qual pode ser observada na história de Raimundo Carlos da Costa:

Os pais de Raimundo Carlos da Costa cortavam seringa no alto Xingu, Morro do Limão, hoje Morro do Costinha por causa de seu pai, na ilha do Belo Horizonte (hoje Reserva Extrativista do rio Xingu). O pai era filho de uma índia Arara, “pegada da mata”. Conta Sr. Raimundo: “Os seringalistas mandavam o pessoal atacar os índios para espantar para longe do seringal e nessa guerra pegaram ela e trouxeram para o barracão, criaram até ela ficar maior de idade, quando se casou com um cearense, um seringueiro do barracão, o meu avô, e teve filhos gêmeos Valdemiro, meu pai e Valdomiro, mas a mãe morreu no parto”. Então Valdemiro foi convidado para ir pra Altamira. “Mesmo com medo de cidade aceitou porque lá já estava muito difícil, os seringalistas já estavam fracassando, tinha que plantar cana para poder tirar o açúcar”. Vieram descendo no rio até chegar na ilha do Babaquara

¹⁶ Moreira e Hébette (2009, p.195) menciona que os seringais que se encontravam mais distante da capital, foram sendo “apropriadas por nacionais de tino dinâmico e comercial, vindos, principalmente, de Ceará, Pernambuco e Minas Gerais”.

e continuaram cortando seringa, mas já eram outros padrões. Ficou na ilha, no meio do rio, porque na terra os índios não deixavam. Seu Raimundo nasceu na localidade do Babaquara em 1951, onde permaneceu até ser retirado pela Norte Energia. (FRANCESCO et al., 2017a, p 44).

Ao longo dos anos, as atividades da borracha passaram a ser desenvolvidas em concomitância a outras atividades produtivas. O crescimento do comércio da borracha, que fez Belém prosperar, atraiu empresas interessadas em outros produtos da floresta como cacau (*Theobroma cacao* L.), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), couro e pele. Devido à extração de látex ser realizada apenas no período do verão amazônico, no inverno a economia da borracha ficava estagnada. Tal período coincidia com a safra da castanha e, assim, as empresas que exportavam seringa, durante o período do inverno amazônico concentravam-se na castanha (WEINSTEIN, 1993). Além disso:

À medida que esses “arigós”, como eram chamados, começaram a se estabelecer na região e a desenvolver suas próprias formas de adaptação ao ambiente, incorporando tradições culturais e técnicas indígenas, a exploração da borracha passou a coexistir com outras atividades, como a pesca, o extrativismo de uma diversidade de produtos e a roça (FRANCESCO et al., 2017, p. 43).

Com o declínio do preço da borracha, na década de 1960, provocado pela concorrência dos seringais da Ásia, tornou-se cada vez mais difícil a permanência das famílias nos seringais do alto Rio Xingu, região que hoje corresponde ao chamado mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, principalmente devido ao difícil acesso a bens de consumo e serviços básicos (FRANCESCO et al., 2017a).

Neste contexto, muitas famílias que viviam nesses seringais foram descendo o rio para os seringais mais próximos à cidade de Altamira ou até mesmo foram morar na cidade ou para outras áreas na zona rural, até chegarem à região das ilhas, onde hoje é o reservatório de Belo Monte.

2.1 Ocupação da região onde hoje é o reservatório

A vida dos ribeirinhos nos conduz pela história de ocupação desta região do beiradão que hoje faz parte do reservatório de Belo Monte. Sr. João, por exemplo, mais conhecido como Paraíba (72 anos) foi casado com Dona Maria Gomes de Oliveira (falecida), que tinha uma terra no Costa Junior de herança dos pais.

Paraíba conta que sua esposa era da família do Anfrisio Nunes, famoso seringalista que “dominou a região na primeira metade do século XX” (BARROS, 2017) e do Frizan, que

foi até prefeito de Altamira - a avó, finada Francisquinha, que trouxe a família em três navios vinda do Acarape, Ceará.

Nesse tempo, “morreram muitos índios, índios mataram muita gente [não índia] também... era uma guerra”. Sr. Caramuru (66 anos) lembra que os avós maternos são nordestinos, chegaram a Altamira em 1917, a mãe e ele nasceram na localidade Pedral, hoje inundada.

O Sr. Ramiro, que nasceu em 1957 na localidade Arraial, seringal no Riozinho do Anfrísio, região do Alto Xingu, chegou à região, em outra leva migratória provocada pelo fechamento dos seringais do alto: “lá era difícil, o regatão ia de ano em ano, só pra buscar a borracha e deixar a mercadoria”. Posteriormente, o pai comprou uma terra próxima ao parque de exposição, onde ele viveu até os vinte e dois anos. Depois que casou, ele foi para a região onde hoje é o reservatório, e permaneceu na região com a esposa e filhos até o momento em que foram expulsos para a construção de Belo Monte.

Com o declínio, os seringais desta região foram sendo abandonados e os seringueiros tomaram posse das terras estabelecendo suas ocupações nas margens e ilhas do Xingu principalmente pela denominada posse agroecológica (BENATTI, 1998), a qual é reconhecida pela comunidade por suas áreas de uso.

Desse modo, com a queda da economia da borracha, a comunidade passou a desenvolver mais intensamente outras atividades econômicas, as quais muitas vezes já desenvolviam tradicionalmente, como a pesca, além de atividades de agricultura e extrativismo.

As ilhas eram lugares estratégicos para estabelecer as casas, devido aos ataques dos indígenas nas áreas de terra firme, às margens do Xingu. No período da ocupação era comum que as casas fossem construídas nas ilhas devido aos índios “bravos” que ocupavam as áreas de terra firme nas margens.

Segundo Henri Coudreau (1977) já era comum em todo o curso do rio encontrar moradias dos seringueiros nas ilhas. Entretanto existiam pessoas que insistiam em permanecer nas áreas de terra firme, às margens do rio.

Sr. Ramiro relatou que quando casou foi morar no “Morro do Máximo”, localidade no Largo da Taboca. Seu sogro contava que esse lugar tinha esse nome devido aos constantes confrontos com os indígenas no tempo da ocupação e que a regra era matar o máximo de índios que fosse possível; “morreu muito índio, porque era matar ou morrer”, dizia ele.

Este lugar está localizado na terra firme, na margem direita, próximo de onde atualmente fica o barramento de Belo Monte. Possivelmente, essa é a mesma região citada no livro de Coudreau:

Na extremidade inferior da Cachoeira da Itaboca acha-se, a margem direita, Morro do Máximo (por causa do nome de um seringueiro que ali morava até recentemente). Nas últimas cheias os Açurinis estabeleceram uma aldeia temporária no sopé desta montanha. Nem é preciso dizer que, logo que teve conhecimento do fato, nosso seringueiro zarpou o mais depressa que pôde. Hoje ele está bem abrigado, longe do provável alcance dos terríveis índios, uma ilhota da outra margem, por trás da ilha da Taboca (COUDREAU, 1977, p.115).

O Sr. Nelson, que é da etnia Kayapó por parte de pai e Kuruaya por parte da mãe, chegou à localidade Cotovelo, acima do Palhal, em 1971, veio com o pai, os tios, era uma família grande, por volta de oito grupos domésticos.

A chegada da família provocou medo nos ribeirinhos e até os Asurini dessa região “foram embora, desertaram com a presença da nossa família que chegou pra cá [...] eles tinham uma raiva de Kayapó danada, porque diz que matava muito os outros”, relata Sr. Nelson.

Apesar de ter assustado os Asurini, logo depois foram fazendo amizade com os ribeirinhos. Depois dessa ocasião, os ribeirinhos começaram a fazer roça na área de terra firme, mesmo com as moradias nas ilhas.

Não existia ninguém que fizesse roça em terra, de jeito nenhum, só nas ilhas mesmo. Aí com a nossa chegada pra cá que começaram, os que moravam nas ilhas começaram a abrir roça: ‘não, os índios aí’, aí nós se unimos... a nossa família se uniu com os ribeirinhos mais próximos, fazer amizade, a gente veio, como se diz assim...pra arrumar uma terra, pra saber se tinha dono ou não tinha, aí como tudo voluntário, diziam: ‘não isso aí não tem ninguém’, aí começaram atravessaram pra roça, caçar, que sempre gostaram muito de caçar, né...

Sr. Turú (77 anos) chegou à região Palhal em 1978, com esposa, uma filha e um filho pequeno. Nessa época a Transamazônica já estava aberta e índios que andavam em terra já estavam “mansos”, os ribeirinhos antigos já faziam suas roças em terra firme, mas ainda mantinham suas casas nas ilhas.

Sr. Turú sabia da presença de outros indígenas pelos sinais que eles deixavam nas roças, avisando a passagem por ali. Ele, que era da etnia Xipaya, encontrava com outros indígenas na Fundação Nacional do Índio (Funai), que ficava localizada, na época, na rua Coronel José Porfírio, dentro do Campus da UFPA em Altamira:

Denise: E tinha índio aqui perto?

Sr. Turú: Tinha, sempre eles mexiam nas coisas da gente [...], deixava um pau em cruz pra gente ver, lá roça, a gente deixava um bocado de banana, eles chegavam e botavam no chão, era assim... a gente notava que eles andavam por ali, mas eles não roubavam nada não [...] eles faziam pra saber que eles estavam passando aí.

Sr. Turú [...] às vezes quando a gente ia pra Funai, naquele tempo a Funai era bem na beira, ainda é, né! Sempre eles diziam: “passei no lugar teu, lá... passei na roça teu, levei jerimum pra comer”. Aí eles não saiam com a gente não, porque tinham medo da gente atirar neles, mas lá [cidade] quando eu chegava eles diziam: “passei no lugar teu lá, apanhei jerimum, botei banana teu lá no chão pra saber que eu passei lá”.

Denise: Eles sabiam que a roça era sua?

Sr. Turú: Minha, do compadre Lucimar, de Marinho, ali o Lourenço, Sabá Pessoa aqui, Seu

Geraldo ali, desse pessoal todo eles andavam assim e dava aviso, eles andavam por aí e não roubavam nada, não. Deixava a casa da gente aí, não mexiam em nada, nem galinha eles mexiam, não era como antigamente que eles atacavam, que nem lá pro alto que eles atacavam, matava gente, tomavam arma, levavam mercadoria toda era assim [...].

Denise: Por isso que as pessoas moravam nas ilhas?

Sr. Turú: Quando eu cheguei pra cá, mas rapaz, esse pessoal moravam tudo pelas ilhas. Tinha uma ilha chamada Ilha dos Nenéns, que morava o compadre Lucimar, tinha a ilha do Inocêncio lá que morava o Seu Sabá Pessoa, eles não moravam na terra não, moravam lá... Porque tinham medo [dos índios], botavam roça, né [na terra, mas moravam na ilha] aí quando vinham pra roça trabalhar, já via pontinhos deles aqui, aí na época que eles estavam aqui eles eram bravos, o cara não duvidasse não que era arriscado...”.

A descoberta de ouro na Volta Grande do Xingu, na década de 1940, trouxe outra leva de migrantes para a Ilha da Fazenda¹⁷ e outras áreas. No entanto, somente a partir dos anos 1980, com os maquinários adequados, foi possível explorar mais intensamente (KELLY-NORMAND, 1988). Neste período, o movimento era tão intenso que o Sr. Turú comercializava farinha, beju, berabubu (bolo de macaxeira) entre outros produtos da roça na Ilha da Fazenda, pois havia mais gente para comprar e dinheiro circulando do que em Altamira.

Kelly-Normand (1998) reitera que os migrantes, vindos de todos os lugares do Brasil, chegavam atrás das riquezas da terra. Na década de 1960 foi à vez da exploração de pele de animais, que possibilitou expedições no alto Rio Xingu.

Sr. Turú e os seus vizinhos do Palhal, mencionados no relato acima, depois foram ocupando as áreas de terra, ainda na mesma localidade. Com a abertura da Transamazônica, em plena ditadura militar, foi implementado o Programa de Integração Nacional (PIN)¹⁸, onde houve mais uma corrente de migração para essa região.

¹⁷ Veja em dissertação: Não teve enchente nesse inverno”: povos tradicionais e efeitos socioambientais a jusante de Belo Monte (VIDAL 2017).

¹⁸ Implementado por meio do decreto-lei nº1.106, “visando ocupar definitivamente a Amazônia” (BECKER, 2013, p.33)

Assim, as terras das margens do rio foram ocupadas por extrativistas, pescadores, indígenas. A partir da década de 1970, foram sendo tituladas. Com o passar dos anos a região dos Assurini¹⁹ foi sendo ocupada de forma espontânea e, posteriormente, “com o aumento do número de famílias, no final da década de 1980, as famílias residentes começaram a reivindicar a regularização da área, conseguindo a demarcação dos lotes pelo INCRA em 1987. Porém, o PA Assurini foi criado apenas em 1995” (PACHECO et al, 2009, p. 40)²⁰. Assim parte dos ribeirinhos que estavam na margem do rio recebeu o título pela terra que já ocupavam tradicionalmente.

Na época, ele [Inkra] fez um levantamento do Bacabal até a Ilha da Fazenda, depois foi do outro lado do Arroz Cru, todo mundo foram reassentando pelo Incra, eles tiravam o lote, depois apresentavam para o Incra, “olha eu tenho uma terra em tal lugar”, aí fazia o processo, e marcava a data para voltar, era aquele Tadeu, Cesário e outros, eles iam fazendo levantamento, demarcando e reassentando. Depois eles começaram tirando pelo centro as picadas (Turú).

As áreas dos indígenas que moravam às margens do Xingu não tiveram tratamento diferenciado, de modo que suas áreas foram tituladas como parte do assentamento. Sr. Nelson conta que esse processo foi acompanhado pela Funai: “A Funai vem aí, que nem é uma área indígena, veio, levaram para o conhecimento do Incra, cortaram os piques todinho, enfiaram as pedras, aí ficou a área demarcada dos 20ha”. O pai e cada um dos tios do Sr. Nelson que era da etnia Kayapó receberam os documentos das terras que ocupavam.

Sr. Turú também recebeu o documento da terra, onde viveu por 13 anos, depois precisou vendê-la devido a dívidas adquiridas: “porque fiz um empréstimo do FNO²¹, o presidente me logrou, aí não apareceu dinheiro, não apareceu com o gado, comeram o dinheiro e eu que fiquei com a conta, ai fui obrigado a vender terra para pagar a conta do banco [...]”.

Depois disso, ele voltou a viver na ilha que, inclusive, nunca havia abandonado. Muitos ribeirinhos, conforme Francesco et al. (2017, p. 50), saíram das terras devido a pressões fundiárias e outros ribeirinhos que estavam assentados em terra acabaram vendendo suas terras e voltando para as ilhas.

Além das pessoas que chegaram à região, onde hoje é o reservatório, pelas correntes migratórias trazidas pela exploração extrativista, depois pelo fechamento dos seringais do

¹⁹ Vale ressaltar que o nome da região faz referência à antiga ocupação dos índios Asurini.

²⁰ Muitos ribeirinhos continuaram morando nas ilhas, mas há registros de famílias que além de não reconhecidas como ocupante de terras foram expropriadas pelo Incra (FRANCESCO et al., 2017a).

²¹ O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

Alto e com os garimpos da Ilha da Fazenda, outras famílias de agricultores chegaram devido à pressão fundiária em locais próximos.

Sr. Paraíba, por exemplo, (apresentado no início deste texto), nasceu em 1947 em Taperoá, próximo a Campina Grande na Paraíba e aos 18 anos foi morar em Pernambuco, passou por Terezina (Piauí). Depois disso, um conhecido conseguiu uma vaga para Sr. Paraíba trabalhar no Incra, em 1971, no KM 74 (Altamira- Itaítuba) e disseram-lhe que se ele trabalhasse por seis meses, ganharia um lote. Porém nunca o deram-lhe.

Nesse lugar ele casou, trabalhou, conseguiu comprar um lote no KM 67 (Altamira – Marabá). Nunca deixou de trabalhar na agricultura. Morou em tal lugar por uns 30anos, saiu de lá por pressão fundiária, devido aos conflitos existentes, próximos à região onde a Dorothy vivia.

O dinheiro da venda, segundo o próprio Sr. Paraíba, foi depositado no banco e por conta do Plano Color, a quantia foi confiscada. Deste modo, ficou em Altamira trabalhando em um supermercado. Logo após, conseguiu negociar um lote de 100 ha nos Curicas (localidade hoje inundada), onde viveu por 5 anos. Saiu dali para não brigar com os vizinhos (isto é, conflito com fazendeiros), foi morar no Costa Junior na terra da esposa e, por último, na ilha do Palhal.

Como se vê, a ocupação ribeirinha pré-Belo Monte é fruto da ocupação de diversos grupos e etnias vindos de diferentes correntes migratórias para região, mas que tinham em comum essa ampla mobilidade no território como característica unificadora.

2.2 “Nós já fizemos muitas casas”



Fonte: Denise Graça, Junho 2019.

A dinâmica da territorialidade das famílias ribeirinhas do trecho do Xingu em questão permitia que tivessem diversas casas ao longo da vida. Cada família tem uma trajetória e suas motivações pessoais que levam à migração para outros lugares. No entanto, existem elementos comuns nessa mobilidade.

As casas indicavam uma fase no desenvolvimento do grupo doméstico²², a relação social com o lugar e a situação socioeconômica. Quando os casais decidem viver juntos, logo eles constroem ou improvisam uma casa ao lado de familiares até conquistarem os bens necessários, principalmente uma canoa, que garantam autonomia da família para abrir sua própria ilha ou outro lugar de morada.

A trajetória da família Gomes Aranha, que vivia no Palhal antes da barragem, mostra as diversas casas construídas e a mobilidade dentro do território, ao longo do tempo. A

²² O grupo doméstico materializa-se como unidade de produção em configurações particulares, como também é o caso de sua materialização como unidade de consumo, mas a circulação dos bens e das pessoas admite perfeitamente trocas mercantis e conhecimento da flutuação dos preços. Apenas os padrões de legitimidade da autoridade doméstica estão relacionados ao fato de se ter de obter o necessário para a reprodução de um mesmo conjunto de pessoas, de uma casa na linguagem nativa, mediante a mobilização do esforço desse mesmo conjunto de pessoas. Os padrões que conferem legitimidade às autoridades sobre o estabelecimento agrícola não estão vinculados a maior ou menor rentabilidade financeira dos recursos que podem ser mobilizados a cada ciclo agrícola, até o trabalho dos próprios membros da família”(GARCIA JUNIOR; HEREDIA, 2009, p.224).

primeira casa do casal, ainda na localidade Triunfo, no alto curso do Rio Iriri, foi em um defumador de seringa. Eles trabalhavam durante o dia defumando seringa e à noite eles esperavam o fogo apagar para poder atar a rede para dormir. Não demorou muito tempo para o casal construir a sua própria casa. A primeira casa construída media 10m x 8m, com telhado de duas águas, coberta de palha braba e fechada de olho de palha, com sala, quarto e cozinha.

Depois foram trabalhar quebrando castanha na localidade Os Brabos, ainda no Rio Iriri, onde construíram outra casa com o mesmo modelo, de 8m x 6m. Posteriormente, foram trabalhar no garimpo Estrela e fizeram outra casa, depois vieram passar um tempo em Altamira e surgiu uma oportunidade para trabalhar no garimpo do Galo, próximo a Volta Grande do Xingu.

Nesta ocasião, a filha do casal acabou pegando malária, levando a esposa para a cidade para cuidar da saúde da filha. Depois, o marido foi visitá-las e poucos dias após foi chamado para “cortar seringa” na Fazenda Maracajá, no km 193, sentido Altamira-Uruará.

Tal trajetória mostra a amplitude do território e a capacidade de se recriar em novos contextos e oportunidades, visto que o deslocamento dentro do território visava a garantir a reprodução social da família camponesa, sempre em busca de trabalho e cuidados com a saúde.

Além desse grande deslocamento dentro do contexto dos “ciclos econômicos”²³ havia os deslocamentos menores. Em 1987 quando a família Gomes Aranha chegou à região deste trecho do Xingu, que hoje faz parte do reservatório, a convite do Sr. Adaíde Costa (Tio de Sr. Lindolfo), foram para a ilha do Poção e viveram por um ano em uma casa que já estava feita.

Em busca de independência mudaram para a Ilha da Taboca, onde construíram uma casinha 5m x 4m, vivendo ali por um ano. Porém como eles ainda não tinham canoa, o outro tio chamou para morar mais próximo, dando um pedaço do lote em terra firme, no qual logo construíram uma casa grande de pau-a-pique coberta de palha, onde eles viveram por cinco anos, depois o tio morreu e o primo vendeu a terra.

Em 1994, a família foi trabalhar para a irmã do Sr. Lindolfo na Ilha do Palhal, onde construíram um barraco de palha. Sr. Lindolfo trabalhava como vaqueiro e a família trabalhava para o vizinho, Sr. Zé Vieira, abrindo roça e nos cuidados com o gado. Mesmo assim, a família sempre pescava, principalmente peixe ornamental. Nessa localidade viveram dois anos, depois voltaram para a Ilha do Palhal, onde passaram 6 meses.

²³ Ciclos e econômicos é como são chamados os períodos de intensa exploração da seringa, castanha, pele de gato e ouro, mas vale ressaltar que mesmo com o fim dos ciclos, essas atividades continuaram sendo desenvolvidas em menor intensidade de exploração (FRANCESCO et al., 2017a)

Assim, em busca da reprodução física e cultural, a família passou vários anos “andando [vivendo e trabalhando] na casa dos outros” (D. Joana). Devido não ter muitos pertences, moravam sempre próximo a familiares que tinham embarcação que lhes possibilitava o transporte até a cidade.

Depois do tempo prestando serviço para familiares e vizinhos, o casal foi adquirindo alguns bens, o que lhe garantiu certa autonomia e possibilitou abrir a ilha da família. Como conta D. Joana, “nós fomos caçar uma ilha para abrir o local, porque aí a gente já tinha dois motores, duas canoas [...] já estava bem equipados... aí fomos abrir a Ilha da Sumaúma [...] e tocar a nossa vida por conta nossa”.

“Quando fomos pra lá [Ilha da Sumaúma], chegamos lá colocamos nossas coisas na praia²⁴ [...]. Chegamos lá abrimos, fizemos um limpo na beira da praia, fizemos um barraquinho provisório, aí fomos tirar os esteios pra fazer a casa grande” (Sr. Lindolfo). Depois construíram outro barraquinho para separar a cozinha de onde eles dormiam. Posteriormente construímos a casa.

As crianças estudaram as séries iniciais na escola do Palhal. Depois D. Joana teve que ir para a cidade acompanhar as filhas e filhos. O marido continuava na casa. Aos finais de semana a família toda descia o rio para a casa da ilha Sumaúma. No início passaram um período na casa de familiares, mas acabaram construindo uma casa na cidade, com o terreno doado pelo padre, no bairro da Brasília. Quando as duas filhas casaram também construíram casa na ilha da Sumaúma e viveram lá até a Nesa os expulsar.

A família de D. Francilene (irmã do Sr. Lindolfo) chegou nesta região do Xingu com um ano de idade, passou a infância na cidade e no rio. Após casar, também fez diversas casas ou barraquinhos (como ela chama), durante a vida. Até a expropriação pela Nesa já haviam construído quatro casas nesta região do reservatório.

Posterior à expulsão, a família passou um tempo na casa da cidade, mas não conseguiu ficar morando lá, devido ao gosto de morar no mato. Sendo assim, foram para uma ocupação no Asurini. Lá fizeram barraquinho beira chão, com telhado que ia até ao chão e servia como parede, de palha amarrada (semelhante a um defumador). Ficaram seis meses; porém por conta de ter muita onça, fizeram outro barraco com assoalho bem alto, no oitão, de tábua de paxiúba (*Socratea exorrhiza* Mart.) e coberta de palha, não era fechado. Passavam o dia em baixo e dormiam em cima, com medo da onça. Viveram ali por cinco meses e resolveram derrubar uma árvore que estava muito perto do barraco e a árvore acabou caindo em cima do

²⁴ Colocar as coisas na praia significa que não tinha nenhuma estrutura ali, tiveram que “começar do zero”.

barraco, partindo-o bem ao meio (isto sucedeu em época de chuva e, portanto, para cobrir a casa foram pegar uma lona no lote do filho de D. Francilene, ao lado).

Mais uma vez construíram outro barraquinho, coberto de palha, fechado/tapado de paxiúba (*Socratea exorrhiza* Mart.). O quarto e a cozinha eram fechados de paxiúba. Já a sala era fechada de olho de palha, com a biqueira levantada. Não era mais no chão, era de esteio e com piso de barro. A sala era aberta, mas quando o filho e a nora foram morar ali, houve a necessidade de fechar de palha por causa da onça. Tinha duas portas e uma janela do jirau. Os barracos eram feitos no mesmo lugar e aproveitavam-se os materiais das casas derrubadas.

Passaram oito meses e houve um conflito com os vizinhos. Por conta do medo de permanecer ali, deslocaram-se para Altamira. Quando voltaram para o Assurini, foram trabalhar na roça e perderam o controle do fogo, que é tradicionalmente usado no preparo da roça, levando à queima do barraquinho com todos os pertences de D. Francilene e Sr. Ademar.

“Nem vasilha eu fiquei, queimou tudo, o vizinho do outro lote que me deu dois pratos, dois copos, duas colheres”, outros vizinhos ajudaram dando alimentação. O fogo atingiu os milhos, cacau, laranjeira, paiol de arroz, casa de farinha, três mil pés de cacau do viveiro, tudo isso fruto do trabalho depois que chegaram nesse lugar.

Sendo assim, a família teve de começar do zero, botar roça, plantar cacau, milho, construir outro barraco de barro e palha. “Era de oitão, sala, quarto e cozinha”, não passaram muito tempo morando neste lugar e D. Francilene e família foram chamados pela Nesa para receber o *ponto* às margens do reservatório, onde vivem.

2.2.1 Uso dos recursos naturais na construção das tradicionais casas do beiradão

As tradicionais casas do beiradão eram construídas majoritariamente com os recursos da floresta. Como foi possível observar no tópico anterior, existiam diversas combinações: Coberta e fechada de palha, coberta de palha e fechada de tábua, coberta de palha e fechada de barro, com assoalho de madeira ou piso de terra batido.

Muitas dessas casas eram adaptadas para responder à dinâmica sazonal do rio Xingu:

Todo ano na época do inverno alagava. Eu tinha uma casa só de assoalho, não tinha nada de valor. Na época de cheia passava um tempo fora e depois voltava de novo. Na realidade, as ilhas que tinham antigamente, antes da barragem, eram raras as que

ficavam de fora, na enchente alagava tudo, só as de morro que não alagavam, mas as que eram baixas alagavam tudo. (D. Maria, 68 anos²⁵).

A dinâmica do rio era determinante, principalmente para quem vivia nas ilhas mais baixas que alagavam todo ano. A madeira é um material que deteriorava fácil com os alagamentos sazonais. Além disso, nas matas aluviais²⁶ das ilhas era mais difícil ter acesso a árvores boas para fazer a parede da casa ou assoalho e havia lugares com cachoeiras, o que impedia ou dificultava o transporte das madeiras que poderiam ser compradas na cidade. Assim, existiam muitas casas, ou barraquinhos, como são chamadas localmente, cobertas e todas fechadas de palha. Também gostavam de parede de palha pelo frio que fazia, tornando o ambiente mais agradável.

O piso de barro/terra batida também era comum, pois quando as grandes cheias do rio atingiam a casa, colocava-se um assoalho de madeira por cima e quando o nível da água baixava, retirava o assoalho e voltava para piso de barro. Nas áreas de terra firme, as casas não alagavam e quem morava ali poderia ter as casas de barro ou até móveis, sem a preocupação com alagamentos.

O pau de acapu (*Vouacapoua americana* Aubl) é preferido para fazer os esteios da casa devido a sua resistência e durabilidade. Esta madeira é encontrada principalmente na mata de terra firme, mas também em algumas ilhas altas, como a Taboca.

Para a construção das casas, D. Joana e Sr. Lindolfo encontravam o pau acapu nas áreas de baixão dos fazendeiros, mas não o derrubavam, somente pegavam os paus encontrados caídos e secos. “De um acapu que a gente achava, eles são grosso, cortava e dava pra fazer todos os esteios [...], apodrecia o brancal e fica só o cerne, aí o cerne pode esquecer... passa 10, 20 anos em cima da terra e não apodrece”. Ainda sobre a durabilidade do acapu, eles contam:

“Quando nós mudamos pra Altamira, eu arranquei os esteios de uma casa que a gente tinha na ilha e levei pra rua, aí fiz a casa lá no baixão [bairro da Brasília]. Depois de 21 anos, quando eles [Nesa] desmancharam a casa, eu arranquei os esteios de lá, aí levei lá pra cima [atual casa do Jatobá], construímos duas área lá atrás da casa, porque era pequena a casa e não cabia nossas coisas todas e ainda tem esteios bonzinhos [complementa Dona Joana]. Depois ainda trouxe pra cá de volta [casa no

²⁵ Entrevista em fevereiro, 2018.

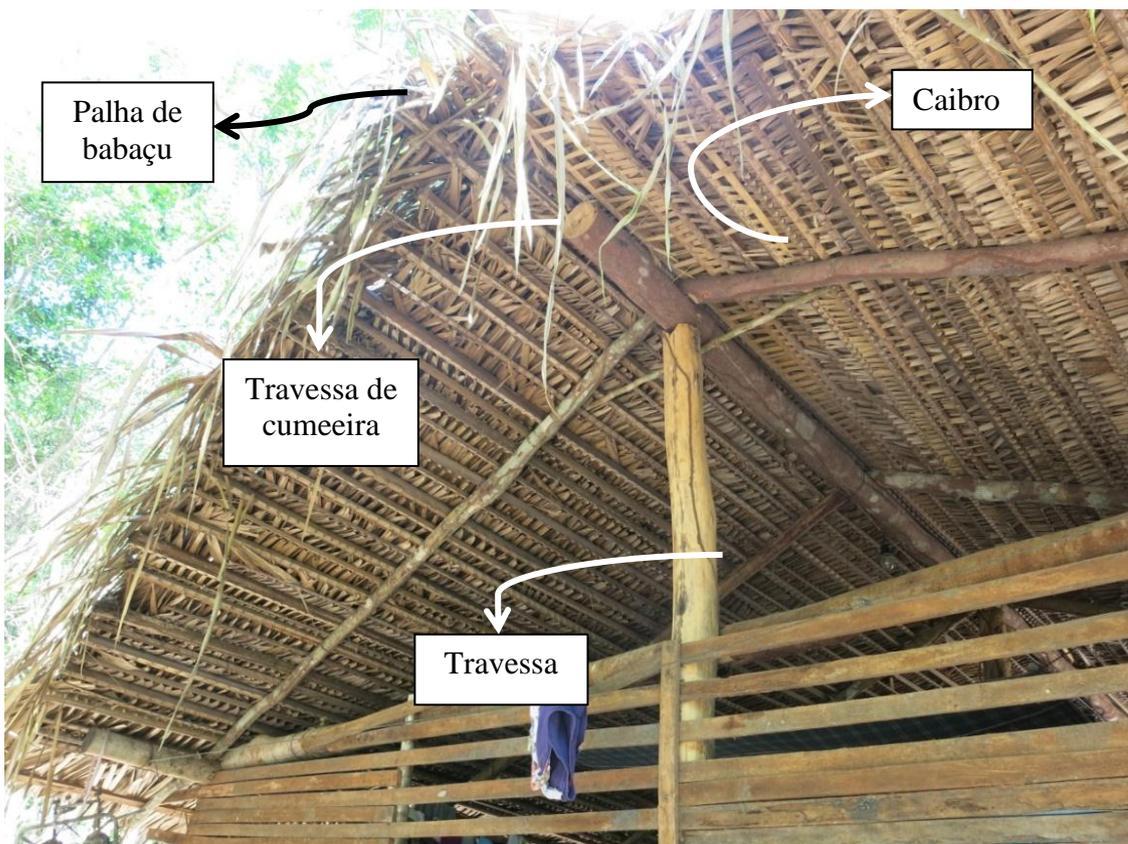
²⁶ Florestas Aluviais ou Floresta de várzea: “São florestas que sofrem inundações durante parte do ano. Ocorrem nas margens do rio Xingu, sendo mais comuns na zona do baixo curso. Em alguns trechos, aparecem formações com as palmeiras jauari (*Astrocaryum jauari*), açai (*Euterpe oleracea*) e caraná (*Mauritiella armata*) nas zonas mais rebaixadas do relevo. No entanto, não chegam a configurar um elemento de paisagem. São florestas localizadas na planície de inundações, com desnível variando entre 4 e 8 m nos picos anuais de enchente e vazante. Os solos são geralmente de origem hidromórfica, do grupo glei húmico; são de drenagem deficiente e incorporam considerável teor de matéria orgânica e nutrientes anualmente” (SALOMÃO et al., 2007, p.66).

território ribeirinho [...] é a melhor madeira que tem pro chão, não tem outra.” (Sr. Lindolfo).

As peças de cima, ou seja, para o telhado da casa, o caibro e travessa eram feitas de pau roliço, que são classificadas como pau branco, “madeiras linheirinhas e fina” (de aproximadamente 20m) que dava nas ilhas e baixões, lugares de solo argiloso. Podiam ser de camurim (*Chrysobalanaceae* Genre indet.), ata (*Fusaea* sp) condurú (*Onychopetalum amazonicum* R.E.Fr.), ameju (*Trigynaea duckei* (R.E.P.) R.E.Fr.). As peças não são serradas ou partidas, usava-se o pau inteiro para produzi-las.

Neste sentido, os ribeirinhos saíam procurando a árvore com as características que precisavam, para os caibros mais finas e para a travessa um pouco mais grossas. Essas espécies não se encontram mais nessa região do reservatório. A Figura 7 mostra a estrutura do telhado de uma casa tradicional desta região.

Figura 7 - Estrutura do telhado de duas águas, representação das casas tradicionais.



Fonte: Denise Graça, Junho 2019.

“As palhas, uma cobertura dessa aqui dura cinco anos, quando começava a gotejar você ia e trocava de novo, desmanchava, tirava todinha e reformava todinha a casa, se tivesse algum pau podre, quebrado... aí era assim renovando...” (D. Joana). A preferência é pelo olho de palha, ou seja, as palhas ainda fechadas, pois é amarela e bonita. Mas também fazem de palha braba, que são as que já estão abertas. O olho era mais usado para fazer a parede, mas também fazia telhado.

2.2.2 Boas práticas de manejo dos recursos naturais

Nesta região do Xingu, os recursos da mata eram coletados nas matas de ilhas ou nas matas de terra firme, nas margens, nas próprias ilhas das famílias ou nas áreas livres e nas áreas de vizinhos e parentes. Em tal atividade, além do respeito às áreas de uso, era importante fazer o manejo adequado para não acabar com o recurso.

Para fazer a amarração da palha do telhado da casa utilizava-se o cipó tracuá (*Philodendron melinonii* Brongn. ex Regel) e envira preta (*Guatteria sp*), que eram encontrados somente nas ilhas. Para isso era importante ter o conhecimento do manejo adequado. Segundo os relatos, o cipó não tinha segredo, "tirava esse ano e a haste dele fica lá encima, você tira só o cipó e ela fica lá todo tempo, de ano em ano ele desce outro cipó".

Já a envira preta é proveniente de uma árvore de grande porte, de onde é tirada a casca. Sr. Lindolfo conta como se dá a extração: "tira a casaca inteira, quando acabar passa no facão, o que a gente chama de sová, aí sai aquela casca dura e fica só a envira [...] faz isso no mato, só traz a “envira”[...]. De qualquer modo, o manejo adequado necessitava de um certo cuidado:

Tirava da altura que a gente quer, só não tirava toda [a circunferência] pra árvore não morrer, aí passava uns anos e ela recuperava de novo... volta a encascar [Dona Joana complementa] porque se tirasse ao redor dela todinho matava... ai a gente tem que tirar só até a metade, mais ou menos... ou tirava um pouco do lado daqui, um pouco do lado de lá e deixava ela pra fechar de novo, pra quando quisesse outra vez, fosse lá e tinha.

Utilizava-se a palha de anajá (*Attalea maripa* (Aubl.) Mart.) ou babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) para cobrir a casa, sendo a de babaçu a preferida. Sr. Lindolfo tirava a palha da Ilha do Palhal, ou de outras ilhas próximas. Sempre pedia permissão para os moradores da ilha para tirar, mas também em outras ilhas pegava sem pedir, pois em certos lugares tinha dono só em uma parte, enquanto que outra parte era de livre acesso.

Era necessário fazer o manejo adequado para sempre ter o recurso desejado: “Você chega lá e não derruba a palheira, você leva a foice e tira só a que a gente quer” [Sr. Lindolfo]. D. Joana complementa: “no outro ano já tem de novo”.

Além disso, era importante tirar só o mais adequado para o uso, como explica Sr. Lindolfo: “Você vai tirar o olho de palha, chega lá, tem dois olhos grudados assim [demostrando], caça o maior, puxa ele, ele solta o outro, a guia que a gente chama, ai puxa só o que a gente quer...”. Dependendo da altura da árvore levava até uma escada para tirar a palha sem comprometer a palheira.

3 PROCESSOS DE EXPULSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO



Fonte: Lalo Almeida, 2016²⁷

Este capítulo tratará sobre o processo de deslocamento compulsório das famílias que viviam nas ilhas e margens do Xingu e as formas que elas buscaram para garantirem a reprodução física e cultural. Esse contexto deu bases para a criação do *território ribeirinho*, objeto de estudo desta dissertação.

O processo de expulsão das famílias ribeirinhas do Rio Xingu teve início em 26 de janeiro de 2011, quando o Ibama concedeu a Licença de Instalação (nº770/2011) para a Nesa e na mesma semana teve início a construção do CHE Belo Monte (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2011).

Além da impossibilidade de desenvolverem as práticas que garantiam a reprodução social, esse processo foi extremamente violento e causou danos, prejuízos e traumas na vida das famílias ribeirinhas. Os relatos dos(as) entrevistados(as) no relatório interinstitucional

²⁷ Disponível em: <[https://\(a\)mazonia.org.br/2016/03/belo-monte-vira-realidade-mas-caos-na-cidade-da-usina-esta-longe-do-fim/](https://(a)mazonia.org.br/2016/03/belo-monte-vira-realidade-mas-caos-na-cidade-da-usina-esta-longe-do-fim/)>. **Belo Monte vira realidade, mas caos na cidade da usina está longe do fim – Amazônia.org**. Acesso em: 6 fev. 2019.

apresentados ao MPF (MFP, 2015; MAGALHAES; CUNHA, 2017) apontam que esse deslocamento causou diversas violações de direitos dos ribeirinhos²⁸.

As famílias foram obrigadas a sair de seus lugares e tiveram suas casas destruídas, muitas vezes queimadas com todos os pertences, e até mesmo animais e plantas; os barcos e equipamentos de pesca também destruídos ou roubados no porto da cidade (MAGALHÃES; CUNHA, 2017). Para algumas pessoas isso foi somado ao sentimento de dor e humilhação pelo não reconhecimento como ribeirinho atingido pela obra.

Vale ressaltar que as famílias ribeirinhas foram invisibilizados desde o processo de licenciamento, isso impossibilitou uma reparação adequada, que garantisse o modo de vida tradicional (SANZ, 2018). O Projeto Básico Ambiental (PBA) do CHE, que é um instrumento para mitigar os impactos causados pela obra, tem com premissa básica referente ao deslocamento compulsório a “recomposição dos modos de vida com qualidade superior ou ao menos igual à existente antes da obra” (MPF, 2015, p. 4 apud NT 000740/2015-56/COHID/IBAMA).

De forma generalizante, o plano de atendimento à população atingida²⁹ do PBA previa atender todos que de alguma forma dependiam do território, identificando cada situação de quem tem direito à indenização e/ou à reparação aos danos causados pela barragem:

O referido Plano identifica todos os grupos sociais, famílias e indivíduos que serão atingidos pelo empreendimento. Ou seja, todos os que de alguma forma dependem do território afetado e seus recursos, ou que nele estruturaram seus vínculos e serão atingidos: em função do deslocamento compulsório (físico-territorial); por perdas econômicas mediante a ruptura de suas atividades produtivas; pelo comprometimento dos vínculos sociais (comunitários, familiares, de vizinhança, de compadrio etc.); e pela perda dos equipamentos sociais ou da infraestrutura até então disponível (NESA, 2011, p. 14).

No entanto, na realidade, não houve reparação para todos os atingidos e “graves distorções no processo de reconhecimento [da população ribeirinha] feito pela Norte Energia”, foram identificadas (MAGALHÃES; CUNHA, 2017, p. 35). Como exemplo, as chamadas listas de reconhecimento, onde não constavam nem mesmo as famílias que possuíam o Taus, assim como constavam nomes de pessoas não reconhecidas pelos ribeirinhos (idem). Além disso, o não reconhecimento pode ser observado pela demanda junto ao MPF, DPE e DPU em busca do reconhecimento como ribeirinho atingido.

²⁸ Esse processo pode ser visto com mais detalhes no livro “A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC” (MAGALHAES; CUNHA, 2017).

²⁹ “O Plano de Atendimento à População Atingida é um instrumento capaz de lidar de forma integrada com os impactos sociais previstos, de modo a minimizá-los através da escolha de soluções compatíveis com a realidade local e com as demandas dos diferentes grupos sociais atingidos” (NESA, 2011, p. 14).

D. Francilene (50 anos), que antes da barragem vivia junto à família na Ilha do Cão, localidade Cana Verde próximo à barragem principal do Pimental, lutou muito para não sair da sua ilha, participou dos atos de resistência contra a construção do CHE, tendo passado 35 dias acampados na beira do rio, próximo à barragem. No entanto, com o início das obras e as explosões dos pedrais ela e a família acabaram decidindo sair da ilha antes da Nesa fazer o cadastramento, pois não se sentiam mais seguros no lugar:

“Ela [Nesa] não tirou nós, eu saí sem ela me tirar. Porque lá explodiam as pedras, [...] e dentro de casa mexia todinho as coisas. Uma vez fomos colocar a malhadeira bem pertinho de casa [...] quando eles explodiram as bichas[rochas] e as pedrinhas caíram bem pertinho de nós, disse: mais um pouco a gente tinha morrido aqui dentro do rio, ninguém ia saber que nós dois estava aqui. Aí eu desistir de lá.”

Esse relato revela o caráter autoritário da obra que iniciou as explosões sem se preocupar com a integridade das famílias que ainda estavam vivendo no local. Quando a empresa foi realizar o cadastro, a família de D. Francilene já não estava na casa e mesmo tendo o Taus e todas das benfeitorias, não foi reconhecida.

“Eles fizeram primeiro o cadastro... depois disseram que eu não morava lá. Aí eu fui para o Ministério Público, para querer meus direitos”, relata D. Francilene. Depois de uma inspeção da empresa junto ao MPF na ilha e nos documentos, a família foi reconhecida. Quatro dias depois chamaram para decidir se queria uma terra no reassentamento rural ou a indenização. Decidiram ficar com a indenização para poder dividir com os dois filhos, já que eles não foram reconhecidos (só a filha de D. Francilene foi reconhecida).

Sobre o aspecto autoritário do processo, Sr. Paraíba comenta:

“A Norte Energia era igual a ditadura militar, senhora conheceu a ditadura militar? [...] Eles batiam o prego aqui, era aquilo mesmo, a Norte Energia era a mesma coisa. Se entrar na justiça, agora que os promotores liberam a terra...é muito difícil, é tipo a ditadura militar, estão junto com o Governo.” (Sr. Paraíba, 72 anos).

Existem casos também de famílias que viveram a vida toda na região, mas não foram indenizadas. Como o Sr. Turú, que relata que na época do cadastramento houve um senhor que fez uma casa na Ilha Grande, mesma ilha onde ele vivia, e tirou algum documento da ilha, acabando por ter direito à indenização. Já o Sr. Turú, que vivia na ilha há muito mais tempo, não conseguiu a indenização pelas benfeitorias e nenhuma forma de garantia do modo de vida, muito pelo contrário, causaram mais prejuízos materiais e danos emocionais, pois como não saiu a indenização ele resolveu continuar na ilha e a empresa aproveitou de um momento que Sr. Turú foi à cidade para destruir a casa com todos os pertences dentro.

Sr. Turú: Tive que sair, eles me botaram pra fora mesmo, ainda derrubaram o meu barraco lá com tudo.

Denise: Deram um prazo para o senhor sair?

Sr. Turú: Deram um prazo, mas não me indenizaram como eu ia sair? Ai eram nove máquinas trabalhando nessas ilhas aí, derrubando madeira. Meu menino [filho] estava mariscando aí e me ligou dizendo que eles estavam derrubando a ilha lá, ai quando cheguei aí estava tudo espatifado aí, eu tinha motosserra, espingarda 36, tinha uma canoa, tinha utensílio de barraco, tudo eles levaram tudo, acabaram com tudo, a máquina jogava tudo dentro d'água, minha canoa eles esbagaçaram ela todinha, deixaram só o bagaço... panela, tarrafa, malhadeira, isopor, passaram o trator por cima... Aí não fui reconhecido. Agora com o reconhecimento dos ribeirinhos que estou sendo reconhecido, que eu era morador mesmo.

O relato do Sr. Turú dá ênfase na destruição da casa e dos pertences fundamentais para a vida na beira do rio: canoa, utensílios para a caça e pesca, que muitas vezes a família demora a vida toda para conquistar. Em poucas horas foi tudo destruído pelas máquinas da empresa e tudo jogado dentro d'água sem piedade. Ele acrescenta: “Não deu tempo para salvar nada” - relato similar aos encontrados em desastres naturais, como grandes terremotos, grandes enchentes, mas neste caso causado por um grande projeto do Estado.

A destruição da casa causa um forte sofrimento e morte social. Representa a “perda de uma possibilidade de recolhimento do espaço de sua intimidade, isto é, naquele que lhe permite o repouso, o devaneio, o ato amoroso, o exercício experimental dos papeis na vida pública” (VALENCIO, 2013, p. 225). Assim como atinge todas as referências de pertencimento, conforto, proteção que a família tinha com o lugar, expondo-a a situações de risco sem possibilidade de defesa (idem).

Nesse contexto, diversos ribeirinhos buscaram o MPF e relataram as formas como estava sendo conduzido o processo. Em março de 2015, o MPF solicitou uma inspeção interinstitucional nas áreas ribeirinhas onde estava acontecendo o deslocamento compulsório do CHE Belo Monte. O relatório dessa inspeção constatou 55 violações dos direitos (MPF, 2015).

A territorialidade e modo de vida ribeirinho não foram reconhecidos, até mesmo a dupla moradia comum no campesinato não foi reconhecida. Dessa forma, muitos ribeirinhos que possuíam casa na cidade foram considerados moradores urbanos e só tiveram a opção por uma irrisória indenização.

Para quem foi reconhecido(a), a forma de indenização dependia do tipo vínculo que a pessoa tinha com o imóvel. Cada tipo de vínculo determinava o tipo de tratamento para a indenização. Sobre isso citarei três situações previstas na tabela do PBA para exemplificar:

a) “proprietário não residente de área rural com título legal; ou posseiro cuja posse seja mansa e pacífica, sem contestação de qualquer dimensão”, o tratamento seria a indenização de terra e das benfeitorias existentes no lugar.

b) “proprietário residente de área rural com título legal ou posseiro cuja posse seja mansa e pacífica, sem contestação – imóveis acima de 4 módulos fiscais”, o tratamento seria a indenização de terras e benfeitorias; ou reassentamento no remanescente (no reservatório), caso seja viável economicamente, com relocação das benfeitorias e indenização pela parte atingida.

c) “proprietário residente no imóvel com título legal ou Posseiro, cuja posse seja mansa e pacífica, sem contestação – imóveis entre 1 e 4 módulos fiscais, teria direito à “indenização de terras e benfeitorias; ou Relocação assistida – para imóvel totalmente afetado ou parcialmente afetado, porém com área remanescente sem viabilidade econômica e não se interessa pela opção de reassentamento; ou reassentamento no remanescente, caso seja viável economicamente, com relocação das benfeitorias e indenização pela parte atingida” (NESA, 2011a, p. 62)

Em resumo, os tratamentos previstos no PBA (NESA, 2011a) eram os seguintes: a indenização da terra e benfeitorias em dinheiro; reassentamento em áreas remanescente (RAR); Relocação assistida (carta de crédito); Reassentamento Rural Coletivo (RRC); Reassentamento Rural Individual (RRI); acompanhamento da nova situação de emprego e moradia para casos de trabalhadores de atividade extrativista vegetal.

Na prática, apenas uma das famílias entrevistadas conseguiu receber a solução carta de crédito, todas as outras famílias receberam indenização. A maioria dos entrevistados que foi reconhecida (no total onze) não teve outra opção senão a irrisória indenização ofertada, sem possibilidade de negociação dos valores. “Era aceitar ou perder tudo”, comenta Sr. Lindolfo. Portanto, os ribeirinhos não tiveram a oportunidade de negociar o valor de indenização ofertado.

Apenas uma pessoa não aceitou o valor ofertado e conseguiu um novo valor. O valor aprovado foi de R\$31.000,00, mas a pessoa não aceitou, porque havia muita benfeitoria na ilha. Assim sendo, foi até a Nesa contestar o valor e lhe foi prometido uma carta de crédito no valor de R\$131.000,00. A pessoa não soube dizer a forma como o processo foi conduzido, mas não recebeu a terra e sim uma quantia de R\$ 80.000,00.

O PBA também previa pagamento de terras e benfeitorias com valores estabelecidos na tabela de preço e acertado em discussão com os atingidos (PBA, Vol. II). No entanto, os ribeirinhos desconheciam a forma de avaliação das benfeitorias reprodutivas e não

reprodutivas, mas mesmo discordando dos valores acabaram aceitando, por não haver o espaço para negociação (FRACESCO et al, 2018).

Os valores das indenizações foram irrisórios e humilhantes, além de não garantirem a reprodução do modo de vida das famílias ribeirinhas (MPF, 2015). No geral, as famílias entrevistadas no Palhal demonstraram insatisfação e sensação de injustiça pelos valores da indenização.

Para Sr. Mangueirão o lugar de vida e trabalho foi indenizado por R\$1.500,00. Para D. Joana ofereceram R\$4.200,00. Ela questionou o pessoal da Nesa: “O que eu vou fazer com isso? Eu pescando faço muito mais que isso, faço R\$1.000,00, R\$1.500,00 por semana, porque eu vou ganhar R\$4.200,00 da minha ilha?”. Sr. João recebeu de indenização R\$14.480,00. Para ele: “maior covardia que fizeram comigo foi isso bem aí”. Para o vizinho que recebeu R\$ 113.000,00, segundo ele, não havia tanta diferença entre eles, pois a única coisa de mais valor era um pé de castanheira que o avô do primeiro havia plantado e já estava florando.

Os valores das benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas eram estabelecidos a partir de um caderno de preço da Nesa, onde eram indicados os valores (NESA, 2013). No caderno de produtivas (produções vegetais) até previa a indenização de planta silvestre, mas apenas aquelas que estivessem cultivadas próximas a casa. Contudo, a forma como foi conduzida não deixou evidente o que entrou no cálculo e o que não entrou, lembrando que não houve oportunidade de revisão dos cálculos e valor estabelecido.

Até mesmo as plantas silvestres cultivadas, em alguns casos, podem não ter sido indenizadas, como relata S. Paraíba:

Disseram que castanheira nas ilhas é nativa, eu disse senhor, não existe castanheira nas ilhas nativa, nada nas ilhas é nativa, senhor. A maior parte dos frutos das ilhas foi que os moradores plantaram, naquela época que vieram pra cá, no tempo da borracha. Tudo tinha nas nossas ilhas” (Sr. Paraíba, 72 anos).

A incapacidade técnica de compressão da territorialidade e modo de vida das comunidades tradicionais na Amazônia contribuiu para os baixos valores atribuídos às benfeitorias. Assim, existem aspectos que essa forma de avaliação não contempla e não compensa os danos. Além das diversas omissões já mencionadas em processos similares, o patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade³⁰ que estão

³⁰ “A agrobiodiversidade é essencialmente um produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação como o ambiente natural” (SANTILLI, 2009, p. 94).

expressos nos sítios e roças e matas não cabem nos cálculos de benfeitorias, pois esses cálculos consideram - e apenas parcialmente - apenas aspectos que poderiam ser quantificados.

A não indenização de plantações de frutíferas dispersas no sítio que foram consideradas nativas na ótica dos técnicos não é um caso isolado, pode ser observada durante a desapropriação de outro grande projeto, como visto em Maia e Moura (1995).

Atualmente no *território ribeirinho*, Sr. Paraíba pretende registrar as benfeitorias, as árvores cultivadas, para não passar por mais uma injustiça de não ser indenizado por suas benfeitorias:

Todas as frutíferas e nativas foram plantado por mim, aqui mogno, cumaru, tuturubá, cupu, laranja, acerola, beribá, golosa, murici, foi eu que plantei. Isso aqui vou filmar tudinho, registrar tudo em cartório, vou limpar tudinho agora no verão, fazer uma relação e registrar [...] porque daqui uns tempo eles vão dizer que isso aqui é nativo. Já fizeram isso, quem plantou fui eu, senhora, não tem nada nativo [...].

Após o prazo estabelecido pela empresa, as famílias tinham que abandonar suas casas da beira do rio, ou ilhas, tendo ou não recebido indenização e buscar por conta própria seus destinos de morada. A empresa fez o transporte da mudança de apenas duas famílias entrevistadas. Para outra família ela pagou somente o combustível para a embarcação que fez a mudança e as outras tiveram que se mudar por conta própria, fazendo várias viagens em suas pequenas embarcações para tentar salvar os seus pertences.

Assim, as famílias buscaram organizar suas vidas em outros lugares longe do rio, como em uma espécie de diáspora, tentando se encontrar em lugares que, entretanto, não lhes permitiam exercer sua plena territorialidade.

A família Freitas e Santos (casal mais duas crianças pequenas) recebeu a carta de crédito. Eles tiveram que fazer a mudança da casa do Arroz Cru para a cidade por conta própria. Não puderam levar muita coisa, pois ainda não tinham para onde ir. Tiveram que alugar um quarto na cidade, onde passaram por muitas dificuldades e até fome, inclusive, a esposa D. Edilane estando grávida.

Na carta de crédito a empresa não entregava o dinheiro diretamente, a família precisava buscar por conta própria o imóvel e indicar para a empresa fazer o pagamento. Deste modo, o Sr. Grande alugava moto e saía procurando terra. Porém a Nesa não aprovou nenhuma das indicações que sua família fez, por haver problemas na documentação do vendedor e/ou do imóvel.

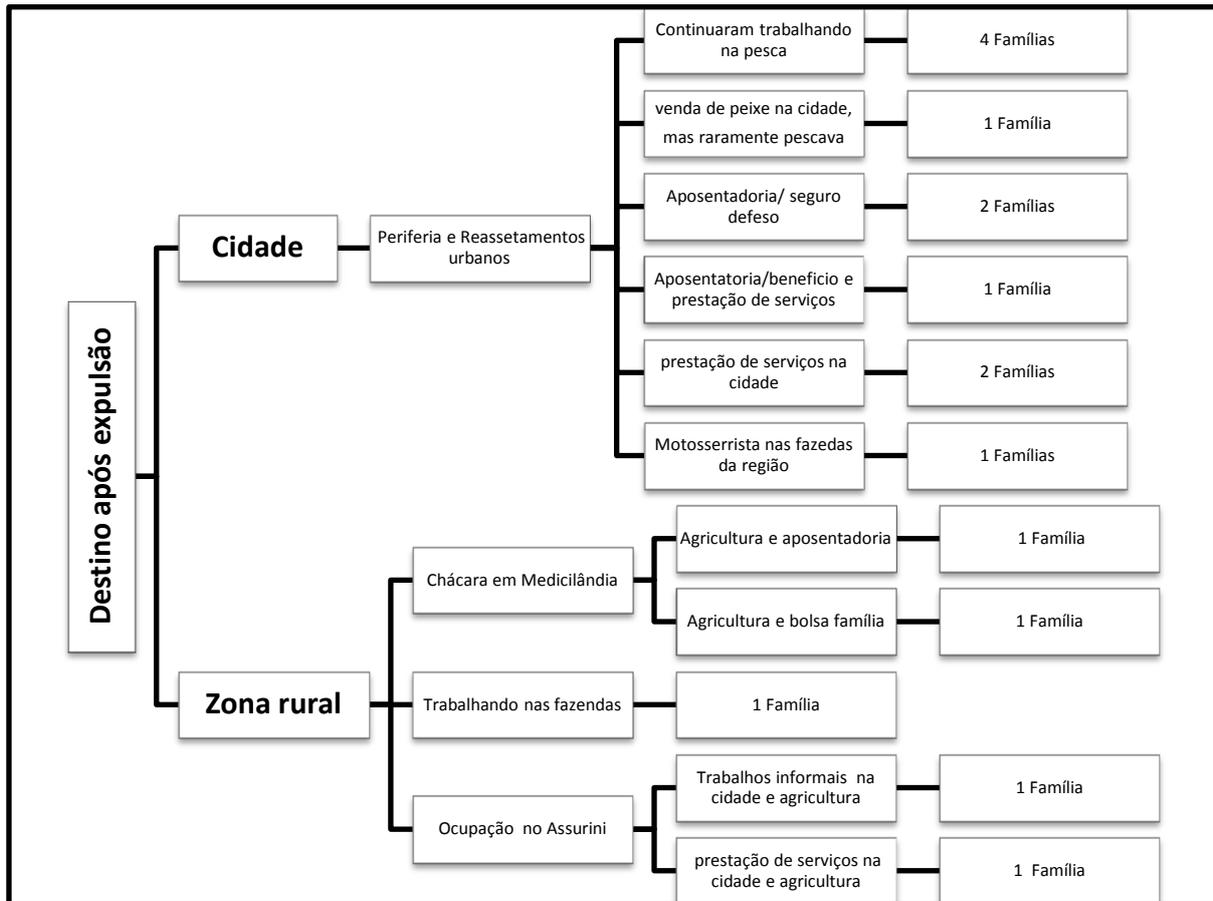
Em seguida a empresa indicou um corretor de imóveis. Depois de procurar muito, quase vencidos pelo cansaço, eles conseguiram uma terra na altura do quilometro 125 no sentido Altamira – Medicilândia, entrando em um ramal de mais 31km até chegar à casa. Além de toda a dificuldade com a distância, segundo D. Edilane, “Era tudo ruim lá, só sofrimento... para as crianças estudar”.

Como a família nunca recebeu a documentação da terra, já que a compra foi feito pela Nesa, e a mesma não repassou a documentação, assim não foi possível fazer financiamento no banco para começar a trabalhar na terra. Além disso, depois de um tempo morando no lugar, começaram a surgir outras pessoas se dizendo donos desta terra. Desta maneira, tiveram que vendê-la para não ficar sem nada.

Com o dinheiro compraram uma chácara, em uma agrovila em Medicilândia. Porém com as mudanças eles gastaram muito dinheiro e os poucos móveis que tinham foram se perdendo aos poucos. Sem conseguir se encontrar nesses lugares e sem conseguir trabalhar lá, voltaram para Altamira e em 2019 para o *território ribeirinho*, ou seja, onde acreditam que podem desenvolver seu modo de vida tradicional.

Outras famílias continuaram buscando alternativas no próprio território para garantir a reprodução de suas vidas. A maioria das famílias entrevistadas (no total onze) depois do deslocamento foi viver nas periferias de Altamira ou nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) que é uma modalidade de assentamento referente ao deslocamento das casas urbanas, que geralmente se encontravam nos baixões dos igarapés dentro da cidade de Altamira. Para melhor ilustrar, a Figura 8 apresenta um fluxograma com o destino de morada e fonte de renda das famílias ribeirinhas após a expulsão.

Figura 8 - Destino de moradia e fonte de renda das famílias ribeirinhas após o deslocamento.



No geral, logo que saíram do rio, as famílias foram usando o dinheiro da indenização para alimentação e medicamentos, já que o valor era insuficiente para a compra de uma terra. As pessoas que não tinham a casa da cidade tiveram que pagar aluguel, que à época estava custando valores altos, ou ficaram em casa de familiares e amigos.

Muitos dos ribeirinhos, principalmente os representantes do grupo doméstico, continuaram pescando ou depois de outras tentativas acabaram voltando a pescar na região do reservatório para garantir o sustento da família, mesmo sem poder construir algum barraco. O relatório interinstitucional denominou este movimento de deslocamento circular:

[...] estaria em curso um **deslocamento circular** de ribeirinhos, que retornariam à região afetada, agora em condições precárias, na tentativa de acessar os meios de produção e de reprodução de suas vidas e/ou passariam a ocupar áreas urbanas e rurais, em situação de exclusão e vulnerabilidade, com risco de ruptura definitiva dos seus modos de vida. (MPF, 2015, p.3).

Outras famílias ficaram trabalhando na cidade com prestação de serviço, isto é, ajudante de pedreiro, eletricitista, pintor, entregador de compras, dentre outros. Quem teve a possibilidade de ir para a zona rural visava a investir na agricultura, mas enquanto a roça não

produzia, a família precisou prestar serviço na cidade ou viver de aposentadoria ou bolsa família.

Uma das entrevistadas relatou que passou um tempo morando de aluguel na cidade, mas não conseguiu viver muito tempo e foi morar em uma ocupação na região do Assurini. Depois o filho, nora e os netos também se mudaram para o local, como mostra a Figura 8.

Logo, esse processo provocou uma desarticulação social, em que cada pessoa foi viver em um bairro diferente ou em outros lugares longe de suas redes de vizinhança e parentesco existentes no rio e na cidade (muitos ribeirinhos também foram expulsos de suas casas da cidade).

3.1 Contexto de criação do *Território Ribeirinho*

Após o deslocamento compulsório, ainda em busca de alternativas para a reprodução do seu modo de vida tradicional, as famílias buscaram apoio junto ao movimento social, principalmente MXVPS para fazer as denúncias ao MPF, DPU e DPE. Ou o fizeram de forma individual. Neste tópico farei um breve resgate de tal contexto de criação do novo território.

Uma Audiência do MPF, em 12 de novembro de 2014, pode ser considerada como o marco inicial para o reconhecimento social e político dos ribeirinhos e de suas demandas coletivas que até então estavam sendo invisibilizados. A audiência tratava de questões referentes à comunidade atingida nas áreas urbanas de Altamira. Mas, ali onde se “esperava o urbano ecoou o rural” (MAGALHÃES; CUNHA, 2017, p. 29).

Aos poucos as famílias foram buscando alternativas para buscar seus direitos. D. Joana encontrou na rua um conhecido (Sr. Zé Luiz) que também estava insatisfeito com o baixo valor da indenização, que não o possibilitou a compra de outra terra e havia contratado uma advogada particular. Recomendou-lhe que fizesse o mesmo.

A advogada só tinha o caso do Sr. Zé Luiz. D. Joana passou toda a documentação e a advogada cobrou 10% do valor que ela viesse a receber. No momento da audiência, o juiz pediu para escolher entre a indenização de R\$10.000,00 ou uma terra, e a D. Joana e família decidiram pela terra. Assim ocorrendo, a advogada abriu mão do pagamento para que eles ficassem com a terra, dizendo que caso ela aceitasse a terra, todas as pessoas que entrassem com processos iriam ganhar uma terra também. Depois o caso foi encaminhado para a DPU.

Diversos moradores de ilhas procuraram o Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria da República em Altamira. De falas simples e tímidas, que individualmente reagiam ao tratamento recebido neste processo de remoção compulsória, emergiu um grupo vulnerável, que não foi ouvido e considerado em

suas peculiaridades no licenciamento ambiental do CHE Belo Monte (MPF, 2015, p. 4).

Nesse contexto de deslocamento compulsório, ao longo do tempo, os grupos sociais que compunham o território pré-Belo Monte (indígenas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares), frente ao Estado e/ou à Nesa, surgem como um único grupo para lutar para o retorno para o rio e a manutenção do modo de vida tradicional, assumindo a identidade de ribeirinho.

A procuradoria da república em Altamira solicitou ao Ibama medidas para reavaliação dos impactos gerados pelo deslocamento compulsório de ribeirinhos atingidos por Belo Monte e adequação à premissa do PBA referente à garantia do modo de vida. Em resposta, em abril de 2015, o Ibama por meio da nota técnica (número 02001.000740/2015-56COHID/IBAMA) reconhece a condição de dupla moradia, estabelecendo a necessidade de revisão desses casos (IBAMA, 2016a).

Assim, houve diversas reuniões no MPF³¹, que culminaram na inspeção nas áreas dos ribeirinhos, em junho de 2015 (MAGALHÃES; CUNHA, 2017). No relatório de inspeção interinstitucional nas áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória do CHE Belo Monte constatou que esse processo de deslocamento não considerou a territorialidade ribeirinha, o que demonstra o descumprimento dos princípios do Plano Básico Ambiental (PBA³²).

Mais que isso, o relatório constatou a “invisibilidade de um grupo tradicional, que não foi ouvido neste processo e cuja participação reduziu-se a uma decepcionante negociação com o empreendedor, em que não lhes foi dado fazer propostas e contrapropostas” (MPF, 2015, p.14).

Esse relatório mostrou também que mesmo após o deslocamento os ribeirinhos retornavam à região afetada ou até mesmo não saíam imediatamente das áreas, pois

³¹ “Em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) e a Procuradoria Federal Especializada da FUNAI (AGUFUNAI), com a participação dos Professores Manuela Carneiro da Cunha, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Chicago (USP/UCHICAGO), Mauro William Barbosa de Almeida, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Sônia Magalhães, da Universidade Federal do Pará (UFPA), de pesquisadores que atuam com os grupos tradicionais da região, de entidades não governamentais e de representantes dos atingidos” (MPF, 2015, p. 3).

³² Documento que detalha os programas para a minimização dos impactos negativos do projeto (<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mpf-divulga-relatorio-sobre-remocao-de-ribeirinhos-pela-hidreletrica-de-belo-monte>).

dependiam desses lugares para a sua reprodução física e cultural, e assim permaneceram até o enchimento do reservatório.

Perante a gravidade de tais constatações apresentadas no relatório de inspeção, em seis de julho de 2015, o Ibama (por meio do ofício 02001.007279/2015-62 DILIC/IBAMA) suspendeu a remoção compulsória e demolição das casas (IBAMA, 2016a), dessa forma:

Em resposta a suspensão, em 14 de agosto a Norte Energia (NESA) apresentou ao Ibama a **“Pesquisa de desenvolvimento socioeconômico da população moradora/ocupantes de ilhas e margens do rio Xingu, em área diretamente afetada pelo empreendimento UHE Belo Monte”**, na qual apresentava uma proposta de revisão do tratamento ofertado aos ribeirinhos. Na primeira versão do estudo foram consideradas como tendo direito à reocupação de áreas com acesso ao rio apenas aquelas famílias que tinham o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), emitido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e que haviam declarado, na ocasião da realização do cadastro socioeconômico, ter na pesca uma atividade comercial. Foram excluídas da revisão de tratamento as famílias que optaram por carta de crédito ou tiveram mais uma opção de elegibilidade, aquelas que tinham dupla moradia, ou seja, tinham moradia permanente tanto na ilha/margem como na cidade e as famílias que declararam ter na pesca uma atividade de subsistência. Para as famílias que tinham dupla moradia ou a pesca como atividade de subsistência lhes seria ofertado apenas um ponto de apoio para a pesca. Este estudo demonstrou o desconhecimento sobre o modo de vida e a organização dos ribeirinhos e a consequente inadequação dos procedimentos adotados na remoção compulsória deste grupo social e as alternativas ofertadas (FRANCESCO; CARNEIRO, 2016, p. 3) [grifo das autoras].

Segundo as mesmas autoras, o Ibama pediu não só a revisão da proposta da Nesa, mas também dos critérios usados para se ter direito à reocupação. Posteriormente a Nesa apresentou uma segunda versão da proposta, contendo as alterações solicitadas. Sendo assim (por meio do ofício 02001.009885/2015-12 DILIC/IBAMA), o Ibama autorizou o prosseguimento do deslocamento e demolição das casas do beiradão (IBAMA, 2016a).

A violência do processo de deslocamento compulsório, comprovada pelo parecer técnico (PAR. 02001.003656/2015-94 COHID/IBAMA), mostra que as demolições continuaram mesmo diante da ordem de suspensão deste período de negociação. Com o agravante das casas terem sido queimadas, ressaltando que esse ato provocava medo aos vizinhos (FRANCESCO; CARNEIRO, 2016).

Então, visando a rever o tratamento dado pela Nesa durante o deslocamento compulsório e para garantir a participação dos ribeirinhos na reocupação, “a Secretaria Geral da Presidência, por intermédio da Casa de Governo em Altamira, instaurou o que veio a ser chamado de “Diálogos Ribeirinhos”: um processo que previa diálogo entre ribeirinhos e Norte Energia S. A. (NESA)” (ibidem, p.4).

Em 24 de novembro de 2015, o Ibama autorizou o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, por meio da Licença de Operação (nº 1317/2015)

(IBAMA, 2015), momento que provocou a grande transformação no meio natural e a capacidade de mobilidade no território diminuiu com o aumento do controle da Nesa sobre o reservatório. Para Padinha e Padinha (2017) o ato de barrar um rio que é fonte “sustento, imaginário e lazer” para uma comunidade significa estar “no caminho contrário ao que se reconhece como sendo o princípio da dignidade humana”.

E mesmo sem definição do total de famílias que teria direito à reocupação, ainda em 2015 aconteceram às primeiras destinações de *ponto* às margens do reservatório que se estenderam até fevereiro de 2016. Nessa ocasião foram ofertadas apenas áreas em ilhas remanescentes e ilhas novas (FRANCESCO et al., 2017b). No entanto, posteriormente “o Governo Federal solicita interrupção das negociações até definição de critérios para ocupação, também é estipulada uma verba de manutenção para as famílias ribeirinhas poderem viver até o retorno para local no reservatório”(IBAMA, 2016a, p. 5).

Assim, retomam as reuniões dos Diálogos Ribeirinhos e em março de 2016 a Nesa apresenta o mapa com as áreas disponíveis para ocupação e de interesse das famílias e uma lista com 217 famílias a serem reassentadas. Logo depois os ribeirinhos constataram que a referida lista ainda precisava de ajuste (ibidem).

Isto é, a Nesa estabeleceu critérios para decidir quem era ribeirinho ou não era, portanto, quem tinha direito a um *ponto* na ocupação e assim como no deslocamento diversas famílias ribeirinhas ficam de fora lista. Mais uma vez não considerou a autodeterminação dos povos tradicionais prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Posteriormente, em julho de 2016, o MPF fez o pedido à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para elaboração de um relatório para avaliação das condições necessárias para o retorno dessas famílias para as margens do reservatório.

Somente em setembro de 2016 é retomado o processo de “realocação”. Agora às famílias eram destinados *pontos* nas margens, na APP (FRANCESCO et al., 2017b). A partir das notícias que circulavam sobre esta nova fase, ou melhor, sobre esta conquista, as denúncias e as aberturas de processo na DPU e MPF foram aumentando.

No relatório, apresentado em audiência pública em novembro de 2016, a SBPC identificou violações dos direitos dos ribeirinhos, mostrando que a maneira como estava sendo conduzido o “assentamento” às margens do reservatório não contemplava todos os ribeirinhos atingidos e não garantia as condições para a reprodução sociocultural. Portanto, era necessária a participação dos ribeirinhos nesse processo.

Para isso, uma das recomendações do relatório foi à criação de um Conselho Ribeirinho do reservatório do CHE Belo Monte, com representantes das localidades, de forma geral, com finalidade de promover o reconhecimento social (MAGALHÃES; CUNHA, 2017). Assim, no dia 02 de dezembro de 2016 foi criado o Conselho composto por 28 (titular e suplente) representantes das 14 localidades, sendo estas: Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Sossego / Padeiro, Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru, todas atingidas pela formação do reservatório do CHE Belo Monte (GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL, 2017). Ver Figura 6, em área de estudo.

Até então 121 famílias haviam recebido o *ponto*, de acordo com os critérios da Nesa. Desde então, não houve outras destinações, pois a partir do relatório da SBPC o reconhecimento social passou a ser, de forma geral, uma negociação entre o Conselho Ribeirinho e a Nesa, que se traduz em uma sequência de reuniões realizadas entre janeiro e fevereiro de 2017, nas quais os ribeirinhos estabeleceram diversos critérios para definir o que é ser ribeirinho (IBIDEM). No entanto, a morosidade do processo fez com que as famílias tomassem iniciativas, em acordo com o Conselho Ribeirinho, mas também ocupando as áreas de forma independente.

O Ibama solicitou a reelaboração da proposta de relocação da Nesa para o novo *território ribeirinho*. Para isso, houve todo um processo para elaboração conduzido por empresa contratada pela Nesa (WorleyParsons), com a participação do Conselho Ribeirinho e grupo interinstitucional de apoio³³.

A Nesa protocolou a proposta do projeto no dia 18 de outubro 2018, no dia 29 do mesmo mês o Conselho Ribeirinho protocolou um documento concordando com a proposta 2018(NESA, 2018b). Assim, em resposta, o Ibama deliberou a aprovação, mas solicitou o detalhamento do projeto, por meio do parecer nº160/2018-COHID/CGTEF/DILIC, de 19 de novembro de 2018. E em junho de 2019, foi protocolado o projeto, dominado de “Projeto básico de recomposição do modo de vida das famílias ribeirinhas interferidas pela usina hidrelétrica de Belo Monte (projeto básico)”(NESA, 2019).

O plano de ocupação e uso do *território ribeirinho*, que faz parte do projeto básico, foi discutido e consolidado por representantes do Conselho Ribeirinho, grupo de apoio interinstitucional, WorleyParsons e Nesa, por meio de diversas reuniões entre abril e maio de 2019, para o qual tiveram como base:

³³ Grupo que acompanha as famílias ribeirinhas durante o processo, que é composto por representantes do MPF, UFPA, Unicamp, Isa e MXVPS.

- Lei Federal nº 12.651/2012 – Código Florestal; • Resolução Conama nº 369/2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP;
- Parecer Técnico nº 160/2018-COHID/CGTEF/DILIC que trata da análise da Proposta Norte Energia Ribeirinhos;
- Plano de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial PACUERA; • Zoneamento Ambiental feito pelo Conselho Ribeirinho;
- Capítulo 1 – História de Ocupação do Beiradão no Médio Xingu e Capítulo 9 – Recomendações para a Prevenção, Mitigação e Reparação de Violações decorrentes do Deslocamento forçado a partir dos Direitos Humanos, presentes no Estudo publicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e, julho de 2017.

O presente plano de ocupação e uso atende ao solicitado pelo Ibama em seu parecer nº160/2018-COHID/CGTEF/DILIC, de 19 de novembro de 2018, quanto a uma das condições para que se autorize o retorno das famílias ribeirinhas para o rio Xingu.

(Nesa, 2019, s/n)

Nesse contexto, o Conselho reconheceu 263 famílias, entre as realocadas e/ou outras que ainda não o foram. A Nesa já havia realocado 50, que contava no seu cadastro socioeconômico, mas que o Conselho não reconhece. Porém ficou acordado que elas não sofrerão nenhuma perda. Além destas, mais sete famílias, que estão realocadas em áreas remanescentes ditas viáveis e outras duas sobre as quais há divergência entre Nesa e Conselho. Portanto, um total de 322 famílias³⁴ (IBIDEM).

No dia 21 de novembro de 2019, o Ibama apresentou o parecer favorável ao projeto básico do *território ribeirinho*, o que permite a empresa organizar a realocação das famílias ribeirinhas reconhecidas pelo Conselho e as devidas trocas de *ponto* solicitadas. Contudo, até o momento (meados de fevereiro, de 2020) a nova fase de destinação de *pontos* ainda não foi iniciada, passados quase cinco anos do enchimento do reservatório.

3.2 Regularização fundiária do território

A modalidade que será adotada para a regulamentação fundiária do *território ribeirinho* ainda não foi definida. Vale ressaltar que o *território ribeirinho* é uma categoria política para designar as áreas às margens do reservatório do CHE Belo Monte que estão

³⁴ “o projeto básico aqui apresentado ainda não contempla o atendimento de todas as famílias previstas para o Projeto. Isso porque existem famílias que ainda não foram localizadas, que ainda não se decidiram plenamente quanto aos pontos de ocupação e áreas de agricultura, assim como àqueles que não concordam com o Projeto Ribeirinho, entre outros casos, o que impede que se tenha um projeto básico consolidado já neste momento. No entanto, um contingente expressivo de famílias já deliberou sobre as condições básicas para a sua inserção no Projeto e, nesse sentido, é possível apresentar um projeto que atenda as condições objetivas para recompor o modo de vida dessas famílias que já optaram por esse tratamento, assim como identificar as lacunas e direcionar as ações necessárias para que se supere esta situação” (NESA, 2019, p. 2).

sendo destinadas – sob a forma de mitigação de impactos - à comunidade ribeirinha a fim de garantir a recomposição do modo de vida.

Nesse processo de deslocamento compulsório as indenizações foram insuficientes para garantir a reprodução do modo de vida (MPF, 2015; GONÇALVES; SOUZA FILHO, 2017), portanto, é importante que o *território ribeirinho* possa oferecer as condições necessárias para a reprodução social dessa comunidade tradicional e para isso a regulamentação possui um papel importante.

O Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhece os direitos dos povos e comunidades tradicionais e de suas áreas tradicionalmente ocupadas (BRASIL, 2007). No entanto, o decreto não aborda as formas de regularização fundiária.

Por outro lado, o Taus é um documento fornecido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e concede autorização para o uso sustentável dos recursos em favor de comunidades tradicionais das áreas de várzeas e beira de rio e ilhas da união (Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010).

Antes do deslocamento compulsório, as terras ocupadas tradicionalmente pelas famílias ribeirinhas, principalmente as ilhas, por muitos anos não tiveram reconhecimento jurídico, deixando, assim, a comunidade vulnerável frente ao poder econômico e político (GONÇALVES et al., 2016). Segundo estes mesmos autores, a partir de 2007 a SPU iniciou a regularização fundiária nas ilhas e várzeas do Médio Xingu, por meio do Taus e esse processo foi intensificado em 2012 com o início das obras de Belo Monte, embora não tenha alcançado todas as ocupações. Neste caso, “a sua entrega aos ribeirinhos do Xingu representa um reconhecimento formal por parte da União de serem sujeitos de direitos” (SANZ, 2018, p. 88).

“Essa autorização de uso poderá depois ser transformada em Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) que pode ser individual ou coletiva”(CARVALHEIRO et al., 2013, p.71). Os mesmos autores ressaltam ainda que em parceria entre SPU e INCRA essa autorização pode se transformar também em Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de desenvolvimento Sustentável (PDS) ou em parceria com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) pode ser criada uma Reserva Extrativista (Resex) ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

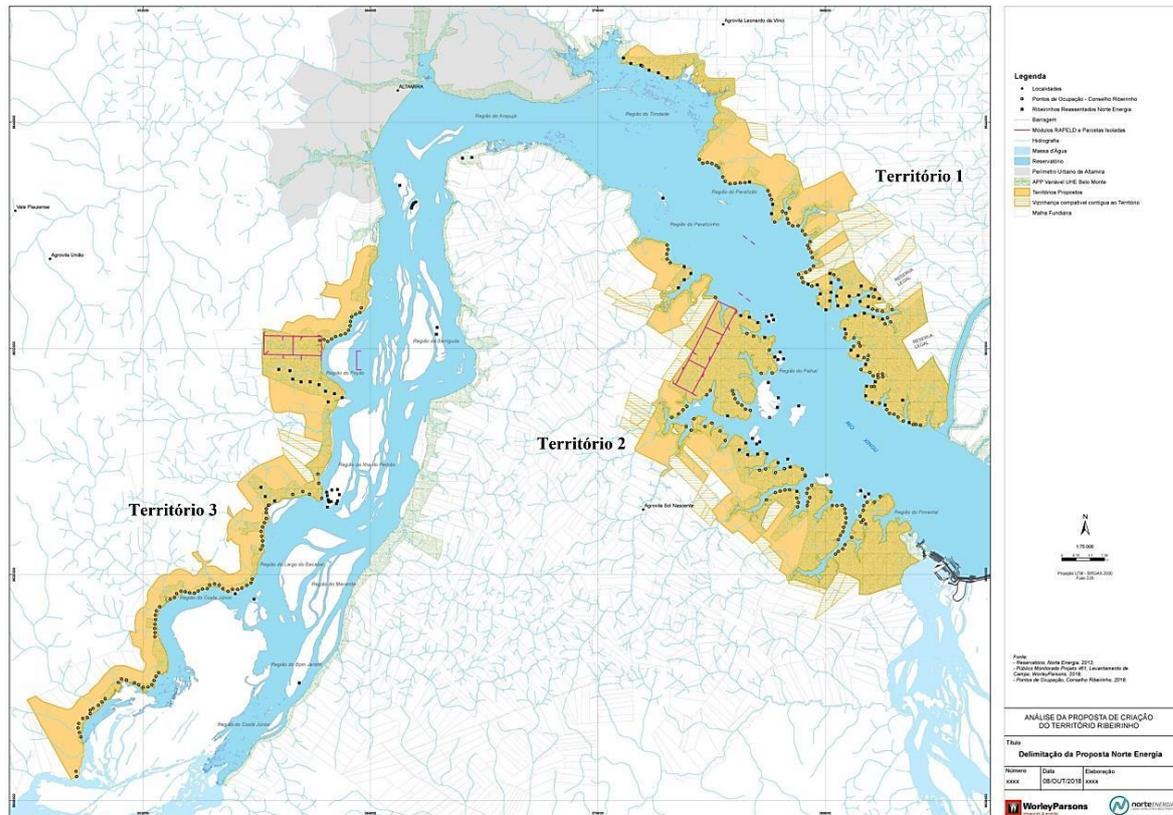
No relatório SBPC, a proposta apresentada como resultado de oficinas e reuniões com as famílias ribeirinhas indica uma regulamentação de propriedade coletiva, como as modalidades mencionadas acima. No entanto, a escolha da solução para a regularização do

território de comunidades tradicional é um processo complexo que exige amadurecimento do grupo envolvido e informações de cada modalidade.

A SPU emitiu em março de 2018 três portarias intituladas: “Portaria de Auto de Demarcação visando a reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pela CHE Belo Monte no rio Xingu”. Estas portarias (Portaria de número 3207; 3208 e 3209) são referentes a três áreas: **Área 01**: localizada na margem esquerda do rio Xingu, no município de Vitória do Xingu/PA com uma área de aproximadamente 10.208 ha; **Área 02**: localizada na margem direita do rio Xingu, no município de Altamira/PA como uma área de aproximadamente 14.883 ha; e **Área 03**: localizada na margem direita do rio Xingu, no município de Altamira/PA, com área total de aproximadamente 8.658 hectares. Vale ressaltar que essas áreas englobam as realocações já existentes.

Isto tudo corresponde ao que o Conselho Ribeirinho está denominando de: **Território 1**, localizado na margem esquerda do reservatório, município de Vitória do Xingu, tendo como principais localidades Trindade e Paratizão; **Território 2**, localizado à margem direita do reservatório, município de Altamira, no Palhal e Paratizinho; e o **Território 3**, na margem esquerda do reservatório, município de Altamira, na localidade do Costa Junior, Curicas, Poção e Arapujá, conforme Figura 9.

Figura 9 - Mapa de localização das três áreas do *território ribeirinho*, reservatório de Belo Monte.



Fonte: (NESA, 2019)

Essas áreas destinadas às famílias ribeirinhas correspondem à APP³⁵ do reservatório e, portanto, pertencem à Nesa. O código Florestal (Lei 12.651/2012) estabelece normas gerais sobre essas áreas:

§ 1º Na implantação de reservatórios d'água artificiais de que trata o caput, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em conformidade com termo de referência expedido pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, não podendo o uso exceder a 10% (dez por cento) do total da Área de Preservação Permanente (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012) (Brasil, 2012).

Assim, essas áreas precisariam seguir toda a legislação específica de uma área protegida, cujo uso não pode exceder a 10% da APP. Dessa forma, o *território ribeirinho*, que é um instrumento para o reconhecimento dos direitos dos ribeirinhos, precisaria se adequar às

³⁵ “APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;”(BRASIL, 2012).

normas, em acordo com o estabelecido no Pacuera³⁶ de Belo Monte, elaborado anteriormente à conquista do *território ribeirinho*.

Até o momento em que foi realizado o trabalho de campo, os(as) entrevistados(as) entendiam que o *ponto da família* (denominado pela Nesa de área de uso direto familiar) corresponde a uma área de 9,8ha, com 500m de beira de rio e com um raio de 250m em formato de meia lua, tendo o marco deixado pela Nesa como centro. Essas dimensões foram estabelecidas pela Nesa, baseada em uma metodologia usada pela SPU em contextos de emissão do Taus, a diferença é que a SPU não utiliza o formato meia lua, mas sim um raio de 500m a partir da casa (VILLAS-BÔAS et., 2017).

Durante a pesquisa de campo foi possível observar que a maioria dos ribeirinhos não compreendia muito bem como funciona esse formato meia lua. Dessa forma, as dimensões das áreas de uso familiar acabam sendo na prática variadas e ainda é objeto de demanda junto à Nesa e de reorganização entre eles mesmos.

Com a aprovação do projeto, de acordo com o plano de uso do *território ribeirinho*, o *ponto* de ocupação às margens do reservatório, chamado pela empresa de área de uso direto familiar, é composta por três áreas: “área de ocupação”; “área de subsistência” e “área para agricultura”:

Área de Ocupação – área destinada à construção da casa.

Área de Subsistência – área destinada ao cultivo da horta/pomar/terreiro e criação de pequenos animais para a subsistência da família ribeirinha.

Área para Agricultura – área destinada à agricultura/roça e localizada fora da Área de Preservação Permanente – APP

(NESA, 2019 s/n) [grifo do autor].

Então, cada área de uso direto familiar (área de ocupação e área de subsistência) terá as seguintes dimensões:

Área de Uso Direto Familiar (Área de Ocupação e Área de Subsistência)

6. Cada ribeirinho só poderá ter uma Área de Subsistência com tamanho total de:

← - 1,25 hectares ou 5 linhas quando o ponto de interesse de moradia estiver localizado em APP estreita (100 metros) e intermediária (de 100 até 500 metros);
← - 2,25 hectares ou 9 linhas quando o ponto de interesse de moradia estiver localizado em APP larga (mais de 500 metros).

(NESA, 2019 s/n) [grifo do autor].

Além dessa área, as famílias terão direito a uma área fora da APP destinada à agricultura que terá de 12 a 13ha dependendo se a família está em APP larga ou estreita e

³⁶ visa a “[...] regulamentação dos usos dos recursos naturais, bem como compatibilizar a ocupação das terras do entorno dos reservatórios a serem criados pelo empreendimento”(PACUERA, 2011, s/n).

intermediária e ilhas. Terão direito também a outra área de uso coletivo e de conservação ambiental do reservatório destinada ao extrativismo (NESA, 2019).

As áreas destinadas ao uso coletivo e de conservação ambiental estão dentro das áreas da APP com ocorrência de matas, próprias para as atividades extrativistas no *território ribeirinho*. O zoneamento ambiental foi realizado em 2018 pelo Conselho Ribeirinho e o grupo de acompanhamento interinstitucional (NESA, 2019).

4 O INÍCIO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO APÓS BELO MONTE: ESTUDO DE CASO NO PALHAL

Depois da desterritorialização ou a expulsão do rio, a comunidade ribeirinha buscou, por conta própria, formas de garantir a vida. Essa busca sempre acabava apontando o rio como o melhor lugar para viver. Assim foi dado início a uma luta de retorno para o rio, no entanto, esse trecho do Xingu não era mais rio e o território também já não era mais o mesmo.

Dessa forma, a chamada reterritorialização ou retorno para o rio neste contexto é uma forma metafórica de se referir ao passado perdido, pois o lugar dos ribeirinhos agora só existe concretamente na memória, nas relações e nos conhecimentos, revelando o processo de construção de um novo território sobre as ruínas de um desastre ambiental.

Neste capítulo exponho como está se dando o início da construção da vida das famílias ribeirinhas no Palhal, diante da natureza destruída e da desarticulação social causada pelo deslocamento compulsório e a nova forma de ocupação às margens do reservatório. Assim, os relatos dos ribeirinhos e as observações feitas em campo me dão base para contar as transformações ocorridas no rio, à configuração espacial do Palhal, a forma como foram conduzida as realocações e recomposição das redes de relações sociais.

4.1 “Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”

No nosso rio nós andava, cantava alegre e sorria,
diferente desse lago, onde nós anda hoje em dia.

O rio era nossa vida, a nossa mãe verdadeira.

Antes o nosso rio não existia barreira,
mas depois de Belo Monte só ficou a bagaceira.

Eu sei que muitos entende, mas eles não quer nem saber,
que nós ama o rio e a nossa terra, isso eles podem crer...

É dele que nós tira o sustento que é pra nós sobreviver.

Que quando eu ando nesse lago, lamentando a minha dor,

Olhando para a natureza, nossa maior riqueza que Belo Monte acabou,

isso se torna uma revolta [...]

(Leonardo Batista)

A poesia do conselheiro Leonardo Batista, mais conhecido como Sr. Aranô, recitada no dia do terceiro aniversário do Conselho Ribeirinho, expõe um sentimento comum entre os atingidos(as) por Belo Monte, que é o sentimento de tristeza ao olhar para a paisagem destruída. Esse trecho do rio que era vida, que era mãe provedora de vida e sustento para as famílias ribeirinhas, passou por intensas transformações não só na paisagem, mas nas relações que a comunidade estabelecia entre si e com a natureza.

A barragem literalmente representou um grande divisor de águas, uma vez que a vida ficou dividida entre antes e depois da barragem. O tempo do rio é sempre lembrado como uma época de fartura de recursos florestais, da produção das roças, mas principalmente da pesca. Nesse tempo de afluência (SAHLINS, 1978) os momentos de confraternização e lazer nas praias eram sempre regados pela partilha dessa abundância:

Eu morava aqui, e dia de sábado, essa minha comadre [Dona Antônia] mulher do compadre Lucimar, ela mandava dizer pelo Albino, filho dela: olha fala lá para o compadre João que sábado, nós vamos para praia. Ela já tinha convidado umas 70 pessoas, lá do outro lado, que chama Arroz Cru, aquele Parati... Quando era de manhã, dia de sábado, só via canoa nesse meio de mundo aí, tudo pra lá... Cansei de levar uma lata de farinha, ela levava duas, todo mundo que vinha daí trazia, fazia aquele ranchão... Aí menino ia brincar na praia dia todinho e os pescadores iam tudo jogar tarrafa, o cabra não dava conta de comer, não, cansei de ir para as pontas de praias no santo Antônio ali e encher a canoa só de Curimatá e pacu branco, só na tarrafa e os outros que vinham?! Então aquilo aí era fartura. Quem bebia, trazia seu gorozinho para tomar, então era assim, vida boa (Sr. Turú).

O depois da barragem é caracterizado por um período de limitação de recursos causados pela construção da barragem e pelas proibições derivadas da transformação da área em APP, assim um tempo de escassez (SAHLINS, 1978).

Nesses primeiros anos nas margens do reservatório, a paisagem de antes da barragem permanece forte na memória dos ribeirinhos entrevistados. Na pesquisa exploratória, realizada em fevereiro de 2018, as famílias estavam há aproximadamente um ano no novo território e as comparações de como era antes da barragem eram muito intensas naquele momento. Sobre isso Sr. Lindolfo conta das mudanças na paisagem:

Aqui onde nós moramos, no Palhal, só vinha pra cá quem já conhecia essa região, porque tinha uma cachoeira [Cachoeira do Palhal] que pra quem tinha um motor parece esse meu era poucos que subia, só quem conhecia o canal, que formava aquele paredão de pedra e tinha só um lugar certo onde a água descia que a gente podia passar naquele lugar, não era em todo lugar. Hoje não, todo mundo pode passar aí [...] Quem não conhecia e chegar agora e ver a gente contando o que acontecia há dez anos atrás, o cara pensa que até que a gente tá mentindo [...] Não sabe nem como era o rio! É outro lugar, muito diferente, antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago (Fevereiro, 2018).

A cachoeira do Palhal era respeitada/temida pelos ribeirinhos. Nesse trecho morreu muita gente “alagada” depois de colidirem nas pedras. Contudo também morreram muitas pessoas de febre, há muitos anos. Este foi, inclusive, o motivo de ter sido feito um cemitério na Ilha do Palhal.

Para evitar tantas perdas durante a travessia pela cachoeira, os ribeirinhos deixavam as coisas no porto, onde hoje é o *ponto* de D. Maria e Sr. Piau, e subiam um pequeno morro e desciam no outro porto, permitindo que o piloto da embarcação passasse sozinho na cachoeira para evitar acidentes.

Sr. Turú (77 anos) nasceu e se criou na região do alto Xingu. Chegou ao Palhal em 1978 e relata que escolheu a Ilha Grande para viver e criar seus filhos e filhas porque achou o lugar muito bonito. Com saudade, descreve com muitos detalhes a região do Palhal naquele momento de chegada:

De frente era a coisa mais bonita do mundo. Tinha uma praia chamada Praia Chata. Ela descia nesse meio de mundo aí e ia bater na Taboca³⁷ [no período do verão]. Muito grande, tartaruga botava aí, era umas 40 tartarugas, botava aí, até esse meu menino [Hildo, 46 anos] alcançou ainda. Tinha outra ilha de frente que chamava Praia do André lá eram 25 tartarugas que botavam todos os anos, [no] barrancão grande que tinha... Isso era a coisa mais linda que tinha aí, era gostoso. Hoje pra gente ver do jeito que tá... quem conheceu aquela época pra chegar agora e olhar, você chora, oh.

É gerado um sentimento de tristeza não somente ao recordar a paisagem e os lugares importantes para os ribeirinhos, mas também ao olhar para a paisagem destruída. Isto é, um misto de dor e revolta, tal como expresso no poema de Sr. Aranô.

Segundo Valencio (2013), a experiência de desastre ambiental causa um sofrimento coletivo sobre o território destruído semelhante ao que a guerra provoca. Apesar disso, as pessoas não medem esforços para detalhar uma paisagem que agora só existe nesta memória coletiva, como se fora com a intenção de fazer com que o gravador ou o celular, que gravava a entrevista, eternizasse de alguma forma o lugar de que falavam.

O alagamento causou a destruição das bases materiais do território de tal maneira que as pessoas andavam pelos lugares e não reconheciam onde viveram por muitos anos ou a vida toda, principalmente para quem morava nas ilhas que foram completamente submersas. Isto provocava uma angustias difícil de esconder.

³⁷ Ilha próxima de onde hoje está a barragem de Pimental.

Em 2018 uma ribeirinha chegou a emocionar-se, contando-me que não sabia onde ficava a ilha em que viveu e criou os filhos. Em junho de 2019, ela fez questão de levar-me lá no que restou da ilha para eu ver como ficou. Ali encontramos apenas as árvores e galhos mortos e secos: resquícios do que antes era o sítio e o local da casa.

Os relatos revelam que o território pós-desastre não é o mesmo que existia antes e que não foi apenas a paisagem que mudou; as relações sociais também:

Denise: mudou muito?

Sr. Turú: Mudou de mais, de mais... não é mais o que era não.

Denise: É outro lugar?

Sr. Turú: É outro lugar, o ritmo é outro, pessoal é outro, não é mais aquele, aí ficou tudo diferente, acabou... Antigamente isso aí era a coisa mais linda do mundo. Dia de sábado para domingo formava aquele grupo de 80, 70 homens e mulheres, nós ia para aquelas praias grandes, fazer rancho só para ir passear, tomar banho, pegar peixe e comer lá assado, era bom demais... hoje não existe isso mais).

O alagamento provocou mudanças significativas na paisagem natural, como notadamente nas ilhas, praias e cachoeiras, que foram submersas ou nas áreas mais altas e topo de morro de terra firme que emergiram como ilhas novas, além das dinâmicas naturais referentes aos ciclos das águas, de renovação da fertilidade dos solos, da caça (MAGALHÃES; CUNHA, 2017).

Dessa forma, as tartarugas relatadas por Sr. Turú desapareceram da região, assim como diversos peixes comestíveis, como o pacu de seringa, e ornamentais, como o zebrinha³⁸. Os pássaros também, que ficavam nas pontas de praias e sarobas, como o maçarico, cacural, gaivota grande, corta água, periquitos e a galega, todos estes desapareceram depois do alagamento.

O rio que foi fonte provedora de alimentos e renda para as famílias ribeirinhas, com uma natureza viva, com as águas correntes, reprodução de diversos animais aquáticos, de vegetação de igapós “verdes” cheios de vida, agora se transformou em um lago com águas paradas, quente, escura/sujas, profundas e desconhecidas e que provoca medo (GRAÇA, 2018).

Sr. Caramuru: Não tem mais nada lá, desmancharam tudo lá. Era alta lá, a ilha era ilhazinha de serra [...].

Denise: Tudo no fundo agora?

Sr. Caramuru: Pois é tudo no fundo, agora tudo acabou. Mais mudou muito.

³⁸ Espécie endêmica do Xingu. “O marcado caráter sazonal do rio, seu amplo gradiente e sua complexa geomorfologia (com diversos canais entrelaçados cuja largura vai de alguns metros a vários quilômetros) criam uma impressionante heterogeneidade de habitats, que contribui para a manutenção de uma fauna de peixes única no mundo” (FITZGERALD et al., 2018, p.2).

Denise: Senhor acha que parece outro lugar?

Sr. Caramuru: Agora parece que a gente está vivendo aí no Baixo Amazonas, banzeirão. Agora está aparecendo mutuca e sovela de noite, daqui muito próximo aí se só vai dormir se estiver com casa telada, porque a criação [desse inseto] é proveniente da água parada (Caramuru, 66anos).

4.1.1 O Antigo e o novo Palhal:

A localidade do Palhal estava situada a aproximadamente 35 km da sede do município de Altamira, na margem direita do rio, abaixo do trecho encachoeirado que se iniciava no Parati, no sentido em direção à Volta Grande do Xingu.

As famílias viviam em ilhas e em terra firme, às margens do rio, onde existia forte relação de vizinhança e compadrio. Tais relações davam base para as mobilidades no território e acesso aos recursos naturais.

Além de escola, do antigo cemitério e um campo de futebol onde frequentemente eram realizadas partidas, na localidade existia um famoso festejo de Nossa Senhora da Conceição, comemorado anualmente no dia 8 de dezembro na capela com o mesmo nome, nas terras de uma ribeirinha conhecida por D. Antônia.

A missa e festejo duravam dois dias, as pessoas levavam redes para dormir nesse período, pessoas de todos os lugares, até de Altamira, participavam da festa. Nesta capela a missa era realizada só uma vez por ano. Deste modo, as famílias frequentavam missas e cultos religiosos quando estavam em Altamira.

Primeiro festejo foi lá na ilha do Inocêncio, tinha os filhos Edilson, Albino, Socorro. Parece que foi a promessa da Comadre Teodora, que era mãe da Dona Antônia, depois a Dona Antônia assumiu o festejo. Ela fez uma reunião para todo ano fazer a festa, aí todo ano um dava a farinha, outro dava uma caça, outro uma galinha, chegava o dia do festejo o boião era à vontade aí, dois dias de festa. Pessoal desse meio de centro estava começando essa agrovila aí, pessoal vinha aqui por dentro da mata (Sr. Turú).

A cidade era o local onde os ribeirinhos tinham acesso ao mercado para compra de itens de necessidades básicas, a venda de peixes e produtos agrícolas e florestais não-madeireiros, assim como acesso à unidade de saúde e escola, pois na comunidade havia apenas uma escola municipal de ensino fundamental.

Depois do deslocamento compulsório, enchimento do reservatório e posteriormente a ocupação do espaço por antigos e novos moradores vindos de outras localidades, podemos dizer que o antigo Palhal está vivo somente na memória coletiva dos ribeirinhos que viveram

o lugar. Sr. Turú, por exemplo, diz “É outro lugar, o ritmo é outro, pessoal é outro, não é mais aquele, aí ficou tudo diferente, acabou...”.

Vale ressaltar que o novo Palhal está em processo de construção e muitas famílias ainda receberão *ponto* nessa região, outras estão em processo de mudança de *ponto*, outras não se sabe se desistiram definitivamente ou se ainda voltam. A configuração da ocupação ainda está em curso, segue em disputa e sofre os constrangimentos das regras legais – da Nesa e das legislações referentes à APP.

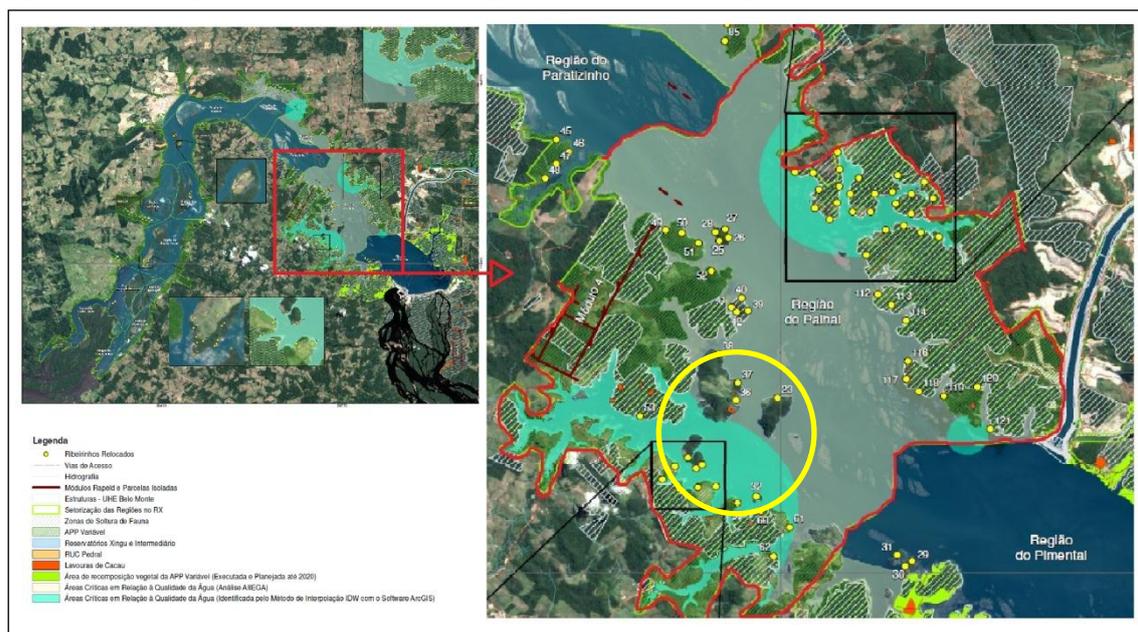
A Nesa estabeleceu uma nova configuração em toda a região. Sendo assim, as dimensões do que a comunidade considera como Palhal são diferentes do que a empresa reconhece como Região do Palhal.

De fato, as áreas de APP do reservatório estão sob o controle da Nesa, que as dividiu em 13 Regiões, são elas: Pimental, Palhal, Paratizinho, Paratizão, Trindade, Arapujá, Poção, Barriguda, Ilha do Pedão, Largo Bacabal, Meranda, Costa Junior, Bom Jardim. As regiões possuem os mesmos nomes das antigas localidades, mas com configurações diferentes das que existiam (NESA, 2018).

Entre os ribeirinhos(as), em 2018, o que predominava eram as denominações dos antigos lugares. Porém quando eu perguntava o nome do lugar em que estavam realocados(a)s, percebi certa dúvida sobre a configuração a utilizar e acabavam dizendo a configuração estabelecida pela Nesa. Em julho/novembro de 2019, os ribeirinhos me respondiam predominantemente suas antigas configurações. Vale ressaltar que hoje existem outros espaços criados com o alagamento e as denominações são baseadas nos antigos lugares.

Assim, o Palhal, para os ribeirinhos, está localizado à margem direita do rio, a jusante da cidade de Altamira, como é possível observar na Figura 10. Mas para a Nesa, a chamada Região do Palhal inclui as áreas do antigo Palhal e outras localidades, como Cotovelo e parte do Paratizinho, inclusive, localidades na margem esquerda do reservatório como Arroz Cru e parte do Paratizão.

Figura 10 - Mapa da área considerada pela Nesa como Região do Palhal.



Fonte: NESA, modificado pela autora, 2018.

Nota: Destaque em amarelo para a área denominada Palhal pelos ribeirinhos, os *pontos* amarelos indicam os *pontos* das famílias.

4.2 A ocupação do território Ribeirinho às margens do reservatório

A ocupação do *território ribeirinho* às margens do reservatório foi realizada em duas fases. A primeira foi conduzida pela Nesa de forma pouco transparente, com diversas inadequações e violações aos direitos dos ribeirinhos. Diante disso, o Ibama, conforme mencionado, fez diversas suspensões devido às inadequações das metodologias usadas nesse processo, no qual era prevista a realocação apenas para quem havia declarado a pesca comercial como principal atividade produtiva no momento do cadastro ou que tinha o Taus.

Na segunda fase, a Nesa teve que elaborar um projeto para o *território ribeirinho* com a participação do Conselho Ribeirinho o grupo de apoio interinstitucional. Essa fase ainda está em curso³⁹ e as famílias que já foram reconhecidas pelo Conselho começarão a receber os seus *pontos*. Vale ressaltar que agora para a escolha do *ponto* de ocupação estão sendo levados em consideração o parentesco, a vizinhança e o local de origem, entre outros critérios sociais usados no momento da escolha.

³⁹ Até o momento da última pesquisa de campo, realizada em novembro de 2019, as famílias reconhecidas pelo Conselho ainda não haviam recebido a autorização para a ocupação das áreas destinadas, mas como dito anteriormente, o Ibama já deu o parecer favorável para o projeto base.

Devido à demora no processo, algumas famílias reconhecidas passaram a ocupar áreas de parentes ou amigos. Dois grupos domésticos ocuparam suas áreas de forma independente. As famílias entrevistadas que receberam o *ponto* na primeira fase, isto é, no processo conduzido pela Nesa, em que o *ponto* foi definido sem referências com o lugar de origem ou aos vizinhos e parentes que compunham a rede de relações antes da barragem.

Nesta primeira fase conduzida pela Nesa, geralmente eram apresentadas três opções de *pontos*. Os ribeirinhos eram levados de voadeira e muitas vezes a escolha era feita até sem descer em terra. Com isso havia poucas possibilidades de uma verdadeira escolha, com critério baseados nas referências sociais, culturais e técnicas dos ribeirinhos.

“Eu queria lá onde criei meus filhos, mas não estava disponível. A Norte Energia deu três opções [, era pra ser três moradores na ilha, no outro lado não deu certo, porque tinha o Eudes que o banzeiro [e vento forte, complementou depois] tirou ele, aqui não estamos do lado de dentro, e ainda assim o vento é forte” (Ramiro, entrevista fevereiro 2018).

Dentro das poucas opções ofertadas, as famílias estabeleceram critérios próprios de acordo com suas necessidades e interesses, para decidir a área de ocupação. Esses critérios serão tratados com detalhes ao longo deste trabalho. Ainda assim, a escolha foi muito limitada e com isso existem algumas casas com características de abandono no Palhal, com portas e janelas abertas, sem mobília e sem ninguém vivendo e que não se tem notícias das famílias. Segundo os ribeirinhos e reuniões do Conselho, essas famílias não se acostumaram/gostaram do *ponto* ofertado. Embora tenham chegado a construir as casas, depois as abandonaram.

Dos *pontos* abandonados no Palhal, sabe-se que dois estão em processo de mudança para áreas mais próximas de familiares. Outro é o caso de um ribeirinho que teve uma morte súbita enquanto pescava; depois disso o filho pouco frequenta a casa. Por conta de doenças sabemos de mais duas famílias que tiveram que sair para cuidar da saúde. Com uma destas cheguei a conversar na pesquisa exploratória em 2018. Trata-se de um casal de idosos que estava morando em um lugar muito íngreme, tinham dificuldades de levar água do porto até a casa⁴⁰, agora com a doença do marido a esposa decidiu ficar na cidade. Segundo informações do Conselho Ribeirinho, nenhum desses casos corre o risco de perder o direito ao *ponto*, mas o auxílio de transição de R\$900,00 fica suspenso.

O referido auxílio também é resultado das mobilizações dos ribeirinhos e do apoio do MPF e está sendo fundamental para esse momento inicial no *território ribeirinho*, em que as

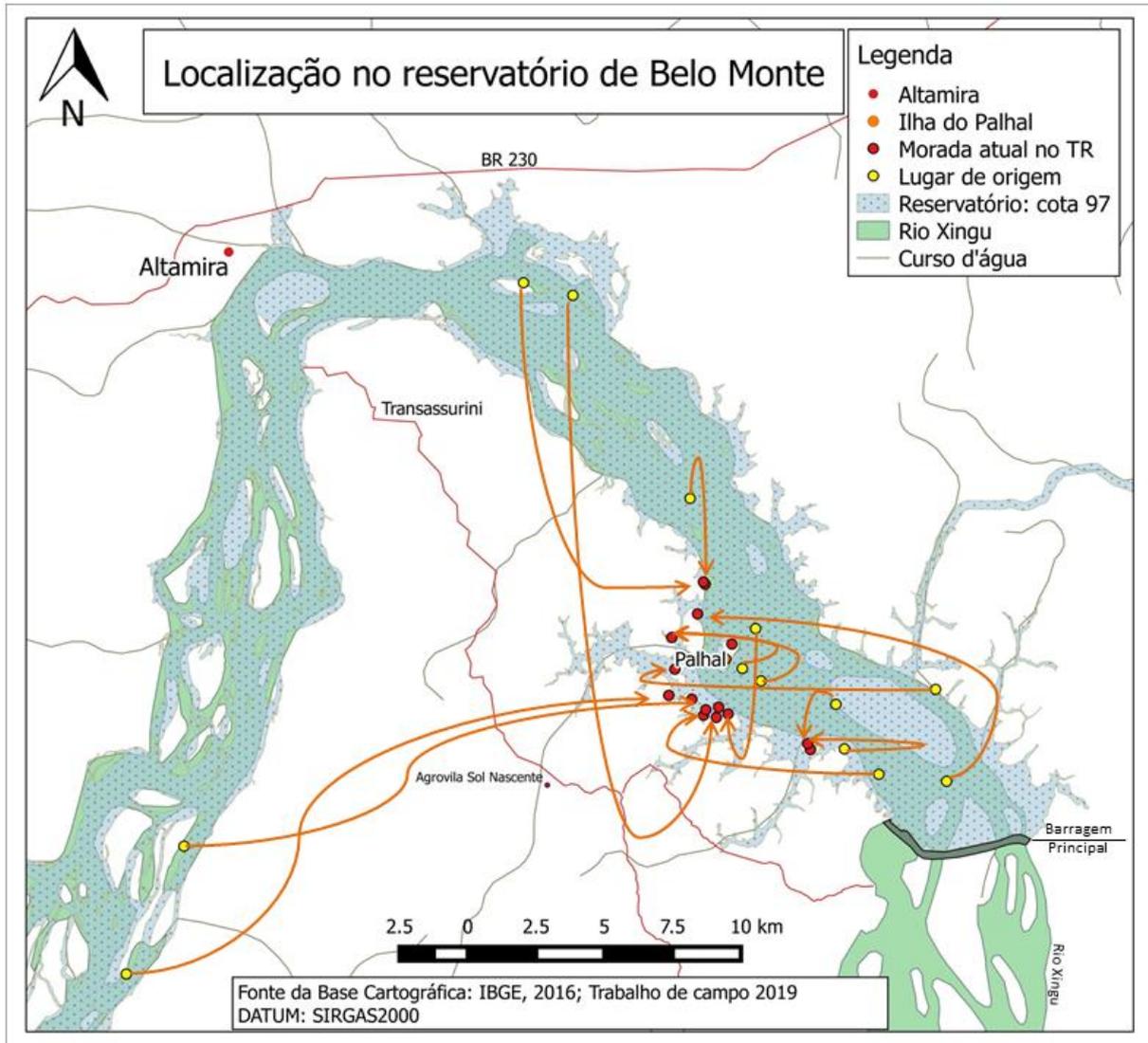
⁴⁰ Naquele momento eles não tinham recebido bomba para puxar água do rio até a casa no alto do morro.

famílias precisam organizar a produção (agrícola, extrativista, criação de animais de pequeno porte) nesse novo ambiente até que possam gerar alimentos e renda, já que não se pode contar somente com a pesca. O que revela a importância da assistência técnica oferecer apoio não só à organização produção como também ao escoamento. Durante as entrevistas verifiquei algumas famílias com a dificuldade de comercializar a produção.

O projeto do *território ribeirinho*, seguindo as demandas do Conselho, possibilitou que as famílias mesmo tendo aceitado o *ponto* na primeira fase conduzida pela Nesa, tivessem oportunidade de mudar de *ponto*. Deste modo, no Palhal, cinco famílias estão aguardando esse processo de mudança. Foram citados os seguintes motivos para desejar a mudança: uma família pretende ficar próximo ao seu lugar de origem e de outro morador que tenha terras agricultáveis; duas querem ficar próximas aos familiares; e outras duas famílias pretendem mudar devido ao terreno ser íngreme, apresentando dificuldade para mobilidade de idosos e crianças, além da impossibilidade para fazer roça.

Cinco das famílias entrevistadas na região do Palhal viviam antes da expropriação efetivamente na região do antigo Palhal. As demais famílias provêm de outras localidades, são elas: Largo da Taboca (1); Taboca (2); Trindade (2); Cana Verde (2); Arroz Cru (1); Largo do Souza (1); Babaquara (1) Meranda (1). Pode-se notar, portanto, que o lugar de origem da família não foi considerado, bem como não foram consideradas as redes de vizinhança. O mapa da Figura 11 mostra a localização aproximada do lugar de origem e da morada atual no reservatório.

Figura 11 - Mapa de localização do lugar de origem das famílias em relação morada no território ribeirinho às margens do reservatório.



Dessas famílias, apenas a do Sr. Paraíba (72 anos) conseguiu voltar para o lugar de origem. Como os filhos não foram reconhecidos e, portanto, não tiveram direito ao um *ponto*, ele e a esposa viveram os dois primeiros meses na casa às margens do reservatório. Ela faleceu e ele, que já é idoso, agora passa quatro ou cinco dias na casa do Palhal, acompanhado pelo filho que sempre vai pescar; em seguida volta para casa do outro filho, na zona rural de Medicilândia. Apesar de o grupo doméstico estar dividido entre o Palhal e Medicilândia e de não poder abrir roça no Palhal (o que é uma das grandes críticas dele ao novo território) ele não pensa em desistir do *ponto*: “Aqui dá pra sobreviver, porque tem muita fruta no mato, tem bacaba, tem cupu [...]” Complementando em outros momentos:

Porque na beira do rio, um pouquinho de sal e farinha almoça e janta, lá no seco [na rua], não passa sessenta dias, porque tem que comprar de tudo. Gente que eu conheço que recebeu 500 mil acabou muito rápido[...]

[...] Aqui a casa é boa, a terra é boa, aqui é o lugar onde a gente pode viver. Agora se me desse 10 alqueire, mas querem dar 2,5 alqueire. Minha proposta pra eles foi 10 alqueire na terra da Odileida, mas dois alqueire não ajuda gente pobre não, eu conheço aquela terra pra li.

4.3 Recomposição das relações sociais e grupo doméstico

Diante da desarticulação social em que as famílias ribeirinhas se encontravam após a expropriação, a chegada ao *território ribeirinho* exigiu uma recomposição das relações sociais e fortalecimento das relações de amizade e parentesco que já existiam.

Como visto no tópico anterior, a forma que foi conduzida a destinação dos *pontos* não considerou as relações sociais estabelecidas antes da barragem, diferente do modo como está sendo conduzida após a formação do Conselho Ribeirinho, no qual essas relações, principalmente de familiares, têm relevância no processo de escolha. No entanto, não se pode negar a habilidade do campesinato de se recriar em novos contextos e de construir novos grupos domésticos e de vizinhanças (HÉBETTE; ALVES, J; QUINTELA, 2002).

Muitos ribeirinhos chegaram à região do Palhal sem conhecer ninguém ou conheciam poucas pessoas. Contudo, antes da barragem eram essas relações que davam base para a vida no beiradão.

As famílias chegaram em momentos diferentes, sendo a maioria no final de 2016. Independentemente do momento, a chegada sem conhecer ninguém não é fácil. A família de Sr. Grande e D. Edilane (oriundas do Arroz Cru), depois do deslocamento não conseguiram viver por muito tempo na terra em Medicilândia (receberam uma carta de crédito). O pai da D. Edilane, que recebeu um *ponto* no Palhal, quando não conseguiu trabalhar na terra, foi viver na cidade e deu a casa do Palhal para a filha e família, que chegaram em junho de 2019 e contam sobre esses primeiros cinco meses em um lugar sem conhecer muita gente:

Lá (Arroz Cru) era tão bom que quando o vizinho não tinha mandioca no ponto a gente liberava pra ele tirar da nossa, assim a gente se ajudava. Aqui para conseguir um cacho de banana o cara tem que gostar muito de você, eu pedi uma muda de banana ali do outro lado, eles não me deram, disseram se desse ia matar a roça dele de banana (Sr. Grande).

Assim sendo, viviam de forma mais isolada, como dizem: “a gente não atravessa pra canto nenhum”; somente no final do mês quando iam à cidade que tinham contato com familiares e amigos.

Aos poucos, as novas amizades que fizeram no Palhal foram fundamentais para a permanência da família. Dois vizinhos mais próximos perceberam as dificuldades que a família enfrentava, pois eles não recebiam auxílio transição, a roça ainda não estava produzindo e nem possuíam equipamento de pesca. Dessa forma, ajudavam-lhes, com alimentos, quando era possível e em seguida conseguiram para Sr. Grande um emprego de vigilante na escola do Palhal.

Cabe destacar que as famílias que chegaram ao Palhal em 2016, foram estabelecendo suas amizades com a vizinhança, pedindo e trocando mudas de sementes, ou foram se conhecendo por meio da pesca, ou dos mutirões organizados pela empresa de assistência técnica para as instalações de fossas sépticas. Nesse ritmo, aos poucos, as relações foram se estabelecendo.

A criação do Conselho Ribeirinho, por sua vez, proporcionou o reencontro de um grupo de pessoas que até então estavam sentindo isoladamente a dor coletiva da expropriação e da violação dos direitos. Para quem faz parte do Conselho Ribeirinho as redes de relações se estenderam para além da vizinhança do Palhal, tendo ligações com pessoas de todas as regiões do *território ribeirinho*; com a rede de apoio interinstitucional.

O Conselho, que tem atuado para o reconhecimento social das famílias que não haviam sido reconhecidas e na elaboração do projeto de recomposição do modo de vida às margens do reservatório, agora faz planos de construir um barracão, onde possam ser realizadas as reuniões no Palhal e até um campo de futebol. Todavia, como observa o Sr. Caramuru (66anos), há equipamentos básicos a serem ainda construídos:

Olha, foi conversado, foi elaborado um esquema de fazer festejo de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Luzia, não sei o que... era pra ter sido construído campo de futebol pra turma de divertir, morreu tudo, não saí nada, era pra ter sido construído uma igreja, também nada. Por isso eu solicitei na reunião, que em vez de construir esse tipo de coisa que não leva a nada às vezes, construía um posto de saúde, seria muito mais útil pra todo mundo.

Aos poucos as relações de reciprocidade e solidariedade vão ajudando a criar laços sociais mais fortes. Sr. Caramuru (66anos) vive sozinho a maior parte do tempo na casa do Palhal (a esposa fica com os filhos que estudam na cidade). Agora pretende mudar de *ponto*,

na mesma localidade, devido ao terreno ser muito íngreme e o porto ter muito banzeiro⁴¹. Sr. Turú conta como é a relação com os outros vizinhos:

Seu Nelson aqui, seu João tudo a gente se dá muito bem. Lá com a Dona Francilene, Ademar são pessoas que quando a gente fala assim: “vem aqui”, logo eles vêm, eu vou lá... É assim, quando um precisa pede outro, nunca deixa o outro sem nada, não existe isso. Aqui quando Seu Nelson sabe que eu não estou pescando vem aqui: “você quer um peixe?”, mesma coisa lá, quando eu sei que ele não está pescando, está cuidando só na roça, vou lá deixo um peixe pra ele comer, é assim que a gente faz... Bons vizinhos.

Na localidade do Paratizão, os festejos de São Lázaro voltaram a acontecer. No Palhal, os ribeirinhos lembram com carinho dos festejos, os quais ainda não aconteceram. Quem sabe aconteçam com a chegada de D. Antônia, que era a pessoa que estava à frente do festejo de Nossa Senhora da Conceição, no velho Palhal.

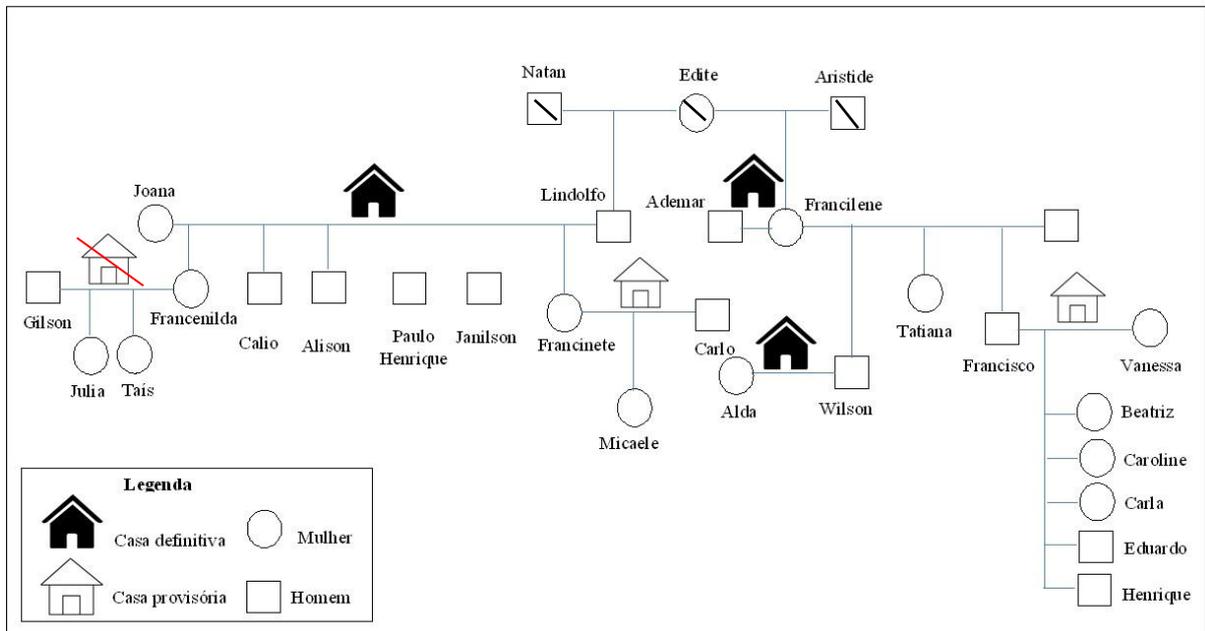
Apesar da desarticulação inicial, na região do Palhal três grupos domésticos aparentados receberam *pontos* relativamente próximos entre si. Como dois primos da família Pessoa (que não estavam em suas casas no momento que estive em campo); as irmãs Maria Francisca e Deuzina, com suas respectivas famílias, que embora estejam em uma região abaixo do antigo Palhal, são representados pelo Conselheiro do Palhal; e o casal e a irmã deste D. Francilene, da família Aranha.

O casal (D. Joana e Sr. Lindolfo) foi os primeiros a escolher o *ponto* na região do Palhal. Posteriormente, D. Francilene descobriu que havia um *ponto* disponível próximo ao do irmão, sobre o que relata: “eu escolhi aqui, porque eu pensei assim: como não tinha barco, vou pegar perto do Lindolfo [irmão], porque no dia que ele for lá pra baixo eu pego uma carona com ele”.

Por isso logo quando chegaram ao *território ribeirinho*, sabendo da dificuldade da canoa para pesca, a sobrinha ia pescar de canoa e sempre deixava uns peixes para D. Francilene e família. Depois de algum tempo, Lindolfo deu uma canoa para a família. Os filhos e filhas de ambas as famílias estão morando no mesmo *ponto* de ocupação em casas provisórias. Como forma de melhor representar estas situações, a Figura 12 mostra o esquema das famílias que ocupam a região do Palhal.

⁴¹ São ondas provocadas pelos fortes ventos, que dificultam a navegação no reservatório. O banzeiro é comum em reservatório inclusive Ertzogue; Zagallo (2018) que abordaram a ressignificação do termo para os barqueiros atingidos pela hidrelétrica de Estreitos, no Tocantins.

Figura 12 - Esquema das famílias que conseguiram se reagrupar na região do Palhal.



Nota: A casa definitiva é referente ao grupo doméstico que recebeu o *ponto*, as casas provisórias são referentes a grupos domésticos que esperam receber os seus *pontos*. Observe que são três *pontos* reunindo cinco famílias. O risco em vermelho na casa provisória indica essa expulsão da família pela Nesa.

As casas provisórias são moradias das famílias que não receberam o kit moradia da empresa por não terem sido reconhecidas. Das famílias que receberam *ponto* no Palhal, cinco possuíam filhos que não foram reconhecidos(as), e que, portanto, não receberam um *ponto* no *território ribeirinho*, os casos estão sendo revistos pelo Conselho.

Nestes casos, para garantir a reprodução social, adotaram variadas estratégias: três⁴² famílias decidiram fazer suas casas nas áreas dos pais; outros ou ficaram morando na cidade ou decidiram não voltar e ficar trabalhando como empregado na área rural, como vaqueiro e como motosserrista na região do Assurini e Transamazônica.

Entre os que ficaram no *ponto* dos pais, teve um grupo doméstico que logo no início fez um barraco de lona e no final de 2017 começou a construir um barraco de palha nas proximidades, onde plantou macaxeira, mandioca, milho, entre diversas frutíferas, para que, conforme fossem colhendo as variedades anuais, ficasse formado o sítio em volta da casa que esperavam receber.

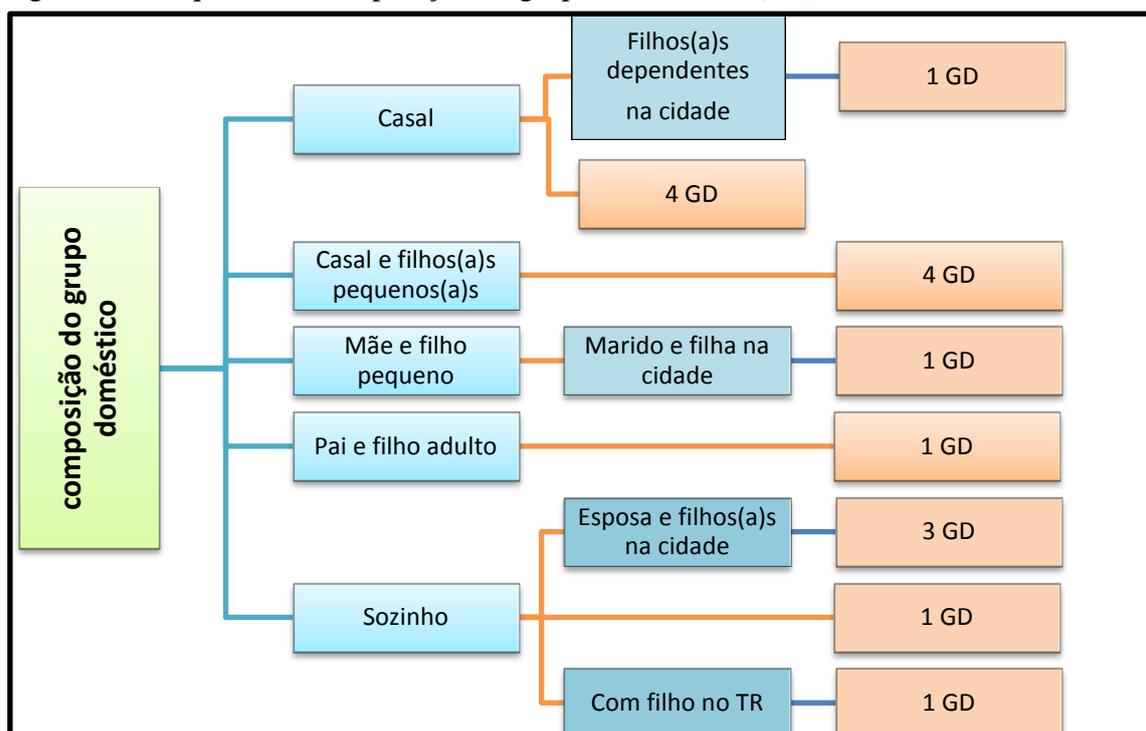
Entretanto, não tiveram nem tempo de colher a primeira safra do milho (que é colhido por volta de cinco meses), porque a Nesa mandou que eles tocassem fogo no barraco e

⁴² Duas famílias estão com nomes na lista e estão esperando a liberação dos *pontos*. Já a outra, segundo informações da conselheira a família não deu entrada ao processo para o reconhecimento social e, portanto, o nome acabou não entrando na lista.

esperasse a autorização para ocupação do *ponto*. Diante desta ocorrência, a família decidiu trabalhar em outros lugares enquanto o *ponto* de ocupação fosse liberado. Na Figura 12 o risco em vermelho na casa provisória indica essa expulsão. Outros dois grupos domésticos, que fizeram suas casas dentro dos limites da unidade dos pais, conseguiram continuar.

A composição das famílias e/ou grupo doméstico é bem diversificada, vai desde pessoas que vivem sozinhas na casa da beira até casal com cinco crianças (como mostra o esquema da Figura 13). O esquema mostra também que em alguns casos a família se divide entre a casa da beira e a casa da rua, isso porque os filhos estudam na escola da rua e um adulto (pai ou mãe) fica acompanhando. Nessas ocasiões, tudo o que é produzido, coletado ou pescado é para o consumo das duas casas, assim como outras rendas vindas de trabalhos na cidade também são investidas em ambas as casas, ou seja, para o sustento da família.

Figura 13 - Esquema da composição do grupo domésticos (GP) entrevistados no Palhal

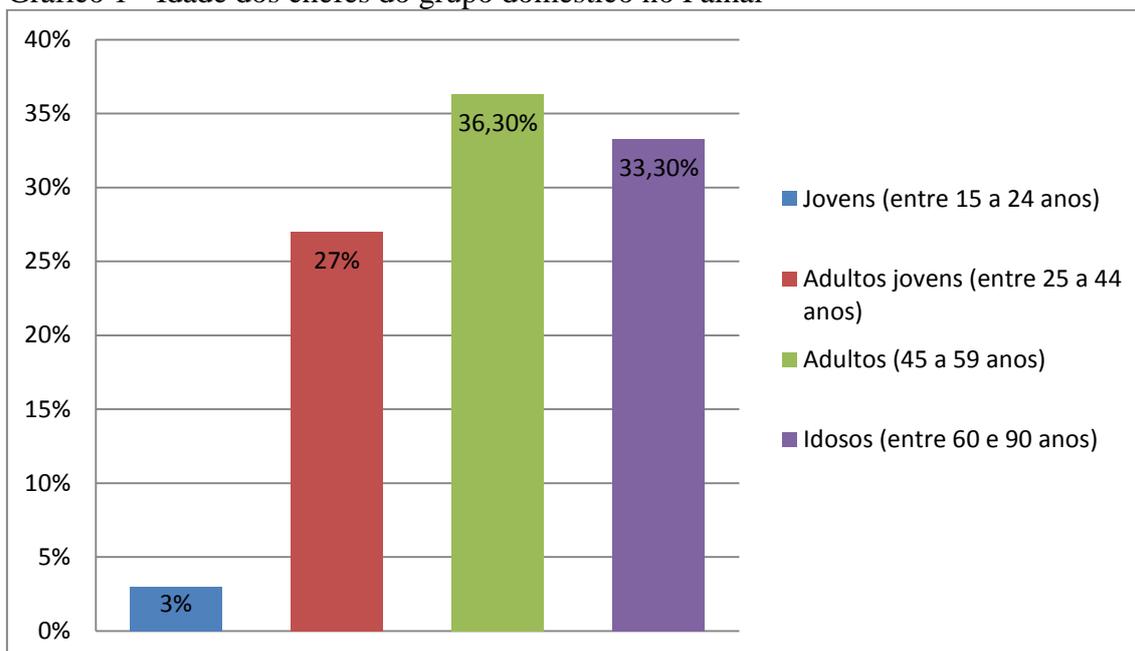


Fonte: Trabalho de campo, 2019.

No que diz respeito à idade dos chefes do grupo doméstico 36,3% das pessoas são adultas (entre 45 a 59 anos), 33,3% são idosas (entre 60 e 90 anos), 27 % são adultas jovens (entre 25 a 44 anos) e 3% são jovens (entre 15 a 24 anos)⁴³, como pode ser observado no Gráfico 1. Vale ressaltar que esses valores são referentes ao casal ou o(a) representante familiar, quando não há cônjuge.

⁴³ Classificação de idade baseada na Organização Mundial da Saúde - OMS

Gráfico 1 - Idade dos chefes do grupo doméstico no Palhal



O ciclo de vida de cada grupo doméstico influencia diretamente no desenvolvimento das práticas que garantem a reprodução social ao longo do tempo (GARCIA JUNIOR; HEREDIA, 2009).

Os grupos domésticos que são compostos apenas pelo casal, estão em um ciclo de vida mais maduro na faixa etária adulta e idosa, nos quais os filhos já estão casados ou são independentes e vivem em outros lugares (com exceção de uma família em que o marido ainda está na faixa etária de adulto jovem e o enteado que vive na casa da cidade é dependente). Isso interfere diretamente na força de trabalho menor em comparação às outras fases da vida e conseqüentemente no uso dos recursos naturais.

Uma frase que eu ouvi as pessoas repetirem foi: “ah se eu tivesse essa terra há uns anos atrás”⁴⁴. Como se uns anos atrás tivesse força de trabalho muito maior para trabalhar na terra do que hoje, pois, inclusive, iniciar a vida nessa fase da vida exige muito trabalho.

Começar a vida em um lugar em que tudo precisa ser plantado ou ter que descobrir onde tem os recursos necessários para coleta, aprender como se lida nesse novo meio natural exige muito trabalho. Isso é mais evidente ainda para as pessoas que vivem sozinhas e para os idosos.

No Palhal, entre os homens que moram sozinhos, quatro são idosos. Entre eles, três possuem membros do grupo doméstico, como esposa e filhos(as), que vivem na cidade. Outro

⁴⁴ Nas ilhas as áreas agricultáveis eram menores, algumas pessoas plantavam no período que o nível do rio estava baixo e tinha que colher antes que o nível da água subisse.

o filho fez a casa próximo à dele. Há um caso em que o senhor é idoso e separado da esposa e os filhos são casados e vivem em outros lugares.

Além disso, há arranjos baseados na reciprocidade nesse novo território. Sr. Caramuru pede para que o Sr. Turú fique na casa dele por enquanto, pois da última vez que ele saiu para ir à rua, roubaram 24 galinhas.

Ademais das redes de vizinhança e parentesco que foram desarticuladas, alguns grupos domésticos foram modificados durante o processo de expropriação, o que exigiu uma recomposição para construção da vida no novo território.

A este exemplo, tem-se o caso de D. Alda (50 anos), que ficou viúva logo após a expropriação. O motivo foi um acidente de trânsito com o marido. Sendo assim, ela precisou estabelecer formas próprias de construção do novo espaço de vida e trabalho. Para isso escolheu um *ponto* em uma área de pasto, devido à falta de mão-de-obra familiar para cortar a mata para fazer roça. Como o único filho (19 anos) fica mais na casa da cidade, ela convidou um senhor, morador de rua, para ficar no *ponto* de ocupação e ajudar nos trabalhos. Ele plantou macaxeira, mandioca, banana, entre outras. Não havia pagamento remunerado, o que prevalecia era a relação de reciprocidade e gratidão por ter tirado ele da rua.

Assim, ele fez um barraquinho separado para morar, mas a produção e consumo eram complementares. Depois que o senhor saiu, sempre aparecia alguém pedindo para passar um tempo na ocupação. Um casal passou um tempo lá e nesse período, Dona Alda conheceu o Wilson (34anos), filho da atual vizinha. Não demorou a estes decidirem viver juntos.

Este não foi o único casamento no Palhal nesse início de construção do novo território; sabe-se de mais dois casais. Um deles é Sr. Manduca (68 anos) e Maria (50 anos). Antes da barragem ele vivia sozinho na região do Babaquara. Depois da barragem, no local que lhe foi ofertado ele tinha apenas um conhecido, que lhe deu manivas-semente para abrir uma roça. Sr. Manduca construiu sozinho uma casa grande, a respeito da qual todo mundo lhe questionava: “pra que fazer uma casa tão grande pra viver sozinho?”. Ele sempre respondia que era para poder receber algum parente que fosse lhe visitar ou talvez encontrasse alguém que quisesse “comer um peixe junto com ele”. Acabou dando certo, porque pouco tempo depois ele conheceu Maria e decidiram morar juntos na casa recém-construída no Palhal.

Este trabalho faz uma leitura de um processo que ainda está em curso. Sabemos que algumas famílias estão mudando de *ponto*, outras deixaram o local, mas não sabemos as motivações da maioria dessas pessoas.

Das famílias ribeirinhas que continuam ocupando o Palhal, apesar de um início isolado, as relações sociais estão se estabelecendo aos poucos a partir do convívio e da

solidariedade, que são importantes nesse momento de construção da vida em um ambiente devastado. Seja construindo por relação com a vizinhança, seja fortalecendo os vínculos que já existiam de amizade e parentesco. Hoje tudo indica que o Palhal vive novas formas de relação que a comunidade tem entre si e com o ambiente.

5 FORMAS DE APROPRIAÇÃO SÓCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO

Neste capítulo exponho como está se dando o início da construção da vida das famílias ribeirinhas do Palhal, a partir das formas de apropriação, controle, uso e atribuição de significado, conforme proposto por Godoi (2014) e Little (2002) sobre os espaços estruturadores da organização da vida social.

Considero espaços estruturadores aqueles que organizavam a vida social preexistente: casa – rio – sítio - roça – mata. A casa definitiva ou provisória é um elemento central na organização sócioespacial, uma vez que logo na chegada as famílias constroem um barracão de lona ou palha para abrigar a família, já pensando onde pode ser o local da casa.

O rio sofreu graves efeitos deste desastre ambiental, se tornando um reservatório do CHE Belo Monte controlado pela Nesa. As intensas transformações no ecossistema refletiram até nas tradicionais embarcações, importantes nesta territorialidade, pois possibilitam essa organização sócioespacial.

Os outros espaços estruturadores vão sendo apropriados de acordo com o desenvolvimento das práticas produtivas, como roças, sítios, a pesca, a coleta de recursos florestais e a caça. É na prática cotidiana que os conhecimentos se atualizam e orientam as decisões de como lidar com as adversidades do novo lugar e com as novas regras estabelecidas pela Nesa.

Adiante que a apropriação sócioespacial vem sendo marcada pela atualização dos conhecimentos tradicionais para lidar com o novo ambiente - ruínas do desastre; e com as novas regras estabelecidas para o uso dos recursos na APP do reservatório.

5.1 Atualizações dos conhecimentos tradicionais no novo ambiente

As transformações que ocorreram no meio natural exigiram que as famílias ribeirinhas atualizassem os seus conhecimentos para garantir a vida às margens do reservatório. Os conhecimentos tradicionais “são frutos da luta pela sobrevivência e da experiência adquirida ao longo dos séculos pelas comunidades, adaptados às necessidades locais, culturais e ambientais e transmitidos de geração em geração” (Convenção sobre Diversidade Biológica, 2012 s/n).

Quando se fala em conhecimentos tradicionais corre-se o risco de ser considerado algo estático, atrasado. No entanto, mesmo o decreto de número 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que define povos e comunidade tradicionais, os reconhece como provedores de inovações e práticas que são transmitidas para as seguintes gerações:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007).

Neste caso estudado, frente à destruição do meio natural para a construção de hidrelétrica, as famílias ribeirinhas tiveram que usar seus conhecimentos tradicionais, dentro de todo um processo de experimentação, de tentativa e erro, tentativa e acerto para atualizar seus conhecimentos. Essas atualizações podem ser observadas em vários momentos, principalmente com o aparecimento de camarão, com as embarcações no reservatório e a farinha de macaxeira (que serão vistos adiante).

5.1.1 Camarão no reservatório

Logo na chegada ao Porto da Carroça, Altamira, em junho de 2019, deparo-me com a inusitada cena da Figura 14, a qual mostra a venda de matapi, armadilha artesanal utilizada para captura de camarão, indicando as mudanças na região do reservatório de Belo Monte. Os vendedores aproveitavam para vender a armadilha com o preço bem alto em relação aos lugares onde a pesca de camarão é comum. Os valores variam entre R\$40,00 a R\$60,00 por armadilha.

Figura 14 - Venda de matapi, Porto das Carroças – Altamira.



Fonte: Denise Graça, Junho 2019.

Esta é uma novidade ainda muito recente no reservatório. Em fevereiro de 2018, durante a minha pesquisa exploratória nem se falava sobre o assunto, até mesmo durante a pesquisa de campo realizada em junho de 2019, havia pessoas no reservatório que ainda nem sabiam da incidência de camarões. Por outro lado, havia pessoas que já estavam pescando, vendendo e até produzindo o seu próprio matapi.

Os ribeirinhos relatam que sempre existiu camarão no Xingu, mas em quantidade muito menor, se comparado à região abaixo da cachoeira da Volta Grande, sendo assim, insuficiente para o consumo ou comercialização. Segundo Magalhães et al. (2018), nesse trecho do Xingu, as espécies de camarão mais comuns antes da barragem eram a *Macrobrachium amazonicum* e *Macrobrachium brasiliense*.

Provavelmente o reservatório proporcionou as condições ideais para o desenvolvimento do camarão de água doce. Sr. Lindolfo conta como descobriu o camarão:

Fui jogar a tarrafa acolá [...] a água engrossando, parecia uma lama, quando foi de manhã cedo, fui ver em cima da canoa, estava branco de camarãozinho deste tamanhozinho [bem pequeno], mas tem grande também. Hoje colocamos o matapi e tiramos, nós pegamos. Até na tarrafinha, mas na tarrafinha pega os grandes e os pequenos.

Outras pessoas souberam pela vizinhança:

Denise: Como vocês descobriram que tinha camarão?

Socorro: Seu Nelson falou pra nós e depois a Poliana, mulher do Junior, também começou a pegar também. [Poliana:] “Turuzinho, vocês estão perdendo camarão aqui no porto?” – [Socorro] eu fui e falei assim: “tu está pegando?” - [Poliana] “Tô

olha o tanto”. Ela levava até pra vender na rua, aí ela fez o primeiro frito pra nós, eu nem sabia, aprendi com ela.

Inicialmente a captura de camarão estava sendo realizada com a tarrafa, que é uma rede circular de pesca com pequenos pesos por toda a borda, conforme é visto na Figura 15. Com esse instrumento eles conseguiam pegar uma quantidade maior do que com o matapi. Porém, como mencionado no relato acima, com a tarrafa capturam-se os camarões grandes e os pequenos. Assim, o matapi aparentou ser a forma mais adequada, pois captura os de tamanhos maiores.

Figura 15 - A) Pesca de camarão de tarrafa; B) Camarão do reservatório de Belo Monte.



Fonte: Denise Graça, Junho 2019.

Sr. Manoel Manduca relata que “tem muito camarão próximo à casa do Wilson, e no Áureo, ano passado estrondaram de camarão, digo vou preparar uma armadilha”. Ele nunca havia fabricado o matapi, mas como cresceu na região de Vitória do Xingu, onde tem camarão, na infância observava a mãe fazer e aprendeu. O matapi do Manduca chama a atenção pelo tamanho, bem maior em comparação aos outros vendidos no porto.

No momento da entrevista, Sr. Manduca ainda não havia terminado a armadilha e foi importante observar um pouco desse processo de primeira tentativa de confecção. A parte de dentro, que é no formato de um cone, ainda não estava proporcional ao tamanho da peça de fora, que é no formato cilíndrico. Posteriormente ele faria determinados ajustes na peça. Essa confecção da armadilha remete ao processo de tentativa e erro, tentativa e acerto, em que a prática cotidiana promove um aprimoramento dos equipamentos e das técnicas de capturas, como se vê na Figura 16.

As experiências cotidianas nesse ambiente vão proporcionando respostas aos melhores lugares e aos materiais adequados para aperfeiçoamento da atividade. Atualmente, o matapi é

colocado no porto das casas. Na primeira tentativa alguns quebraram devido ao banzeiro, posteriormente foram sendo colocados em lugares mais adequados.

Figura 16 - Matapi fabricado pelas famílias ribeirinhas do Palhal



Fonte: Denise Graça, Junho 2019.

Na região do Baixo Amazonas, é tradicionalmente usado o matapi da palmeira jupati (*Raphia vinifera* P. Beauv), que possui o tempo médio de utilidade de três meses (CAMARGO et al, 2009). No Palhal, as duas pessoas que estão confeccionando o matapi usaram a fibra de arumã (*Ischnosiphon* sp) que é uma planta da região de baixões. Esta, agora é mais difícil de encontrar, pois as áreas de baixão foram todas alagadas e as árvores morreram ou foram derrubadas. A amarração está sendo feita com fitilho plástico ou linha de crochê.

Segundo Toledo e Barreira-Basolls (2015), as comunidades tradicionais aperfeiçoam sua experiência em processos circulares, em forma espiral, com o passar do tempo, a partir da experiência acumulada historicamente, compartilhada socialmente e da própria vivência individual. Dessa forma, os eventos passados são fundamentais nas tomadas de decisão futuras.

A experiência com o camarão vai além das técnicas de captura, uma vez que a forma de preparo para o consumo e armazenamento também são fundamentais, tanto para a alimentação da família, quanto para a comercialização. Para as famílias que não possuíam experiência com camarão foram realizadas diversas tentativas até conseguir o melhor resultado. Nesse processo, as produções até apodreciam.

A primeira vez que D. Joana pescou o camarão, tratou-o como se estivesse preparando peixe. Porém, depois de algumas tentativas, o filho, que pesca na região do Baixo Xingu, ensinou que ela precisava escaldar o camarão e colocar sal. Ela fez da forma que se sentia mais segura. Mas mesmo depois de escaldar duas vezes, ela ficou com receio de comer, pois tinha medo de que o camarão estivesse cru. Dessa forma, ela resolveu fritar o camarão, como se frita peixe, e só assim conseguiu comer, sem medo, só que em quantidade pequena. Durante as tentativas, ela também salgou e colocou em cima do telhado para secar, também como é feito com peixe salgado.

Além disso, o desconhecido camarão chegou com a fama de ser reimoso⁴⁵, ou seja, de que oferece perigo à saúde. Dessa forma, sobre qualquer mal-estar se questionavam se não havia relação com o consumo do camarão. Assim, a iguaria era consumida com muito cuidado e em pouca quantidade para não fazer mal.

D. Socorro que também não sabia prepará-lo, no período em que soube que estava tendo camarão ela e a família estavam morando na casa de uns amigos, no Palhal, pois a família ainda não havia sido realocada pela Nesa. Deste modo, ela aprendeu a fazer com uma senhora que é de Tucuruí e tem experiência:

“É assim Socorro” [Poliana dizia], aí eu fui e ela foi colocou numa frigideira (que a gente tinha chegado da rua todo mundo no mesmo dia) “nosso almoço vai assim hoje”, ela foi e botou sal, deixou meia horazinha, colocou no fogo, botou o sal, aí ele ficou todo coradinho, vermelhinho, fritou, ficou muito bom.

Depois que eu fui perguntar pra ela, Poliana o nome dela, Poli eu pensei que passava o sal deixava três dias no sol e depois que a gente ia usar ele. Ela falou: “não Socorro na mesma hora ele fica corado”, acho que é por causa do sal, né, que entra na carne dele.

Depois que o peixe começou a diminuir, as famílias buscaram outros produtos para consumir e comercializar. Desta forma, o aparecimento de camarões gerou uma possibilidade, no entanto, o ambiente ainda é instável ecologicamente. Em novembro, por exemplo, quando o reservatório estava com o nível muito baixo, os camarões desapareceram e não se sabe se foi por consequência de sobrepesca ou outras questões.

⁴⁵ A reima faz parte da cultura amazônica (MAUÉS; MAUÉS, 1978). Na classificação de alimentos reimosos dos ribeirinhos do Xingu também aparecem peixes e caças.

Como se trata de um evento muito recente, não encontrei trabalhos tratando sobre o assunto em Belo Monte. Contudo, Silva (2010), em um estudo no reservatório de CHE Marimbondo na região do Triângulo Mineiro, mostrou que a abundância de camarão da espécie *Macrobrachium amazonicum* sofre variação de acordo com a temperatura da água no reservatório. Isto muito se assemelha com o comportamento no reservatório do Xingu, todavia são necessários estudos para confirmar. Inclusive, o mesmo estudo mostra que a abundância de camarões contribuiu para o aumento da população de tucunaré e corvina. Assim sendo, o manejo adequado pode ser relevante.

Portanto, não se sabe ao certo como se dá o comportamento dos camarões. Entretanto essa primeira experiência pode mostrar como as famílias ribeirinhas respondem e atualizam os conhecimentos para garantir a vida às margens do reservatório. Outro exemplo de como estão respondendo a esse novo ambiente é a adaptação das embarcações tradicionais.

5.1.2 A importância da embarcação na sociedade ribeirinha

A embarcação foi e continua sendo um importante instrumento para o desenvolvimento das atividades sociais e econômicas no Xingu. Além da pesca, é utilizada para o deslocamento da casa do beiradão para a cidade, onde é realizada a comercialização da produção da pesca, agricultura e extrativismo e onde as famílias têm acesso a serviços públicos, igreja, entre outros.

Neste sentido, as embarcações possibilitavam a organização sócioespacial e a territorialidade dessa comunidade ribeirinha e este tópico visa a ressaltar as transformações que ocorreram após a formação do reservatório.

Antes da barragem, possuir uma embarcação significava para a família certa independência para escolher o lugar onde viver e onde desenvolver as atividades produtivas. Quando o casal se formava, geralmente precisava fazer a casa próximo aos familiares que possuem embarcações para poder fazer os deslocamentos até a cidade.

Esta era uma preocupação principalmente para quem tinha filhos(as) pequenos(as) e precisava levar ao médico ou para casos de urgência, já que não havia transporte público até a cidade e nem posto de saúde na maioria das localidades nessa região do Xingu. Desse modo, quando a família conseguia adquirir uma embarcação, ela poderia abrir uma ilha e sair para pescar em lugares mais distantes da casa.

Nessa região do Xingu existiam diversas cachoeiras e praias que exigiam que o piloto conhecesse os lugares certos para navegar, Sr. Lindolfo conta que só quem conhecia o canal conseguia passar na cachoeira do Palhal:

[...] que formava aquele paredão de pedra e tinha só um lugar certo onde a água descia que a gente podia passar naquele lugar, não era em todo lugar, hoje [pós-barragem] não, todo mundo pode passar aí...

Esta comunidade também detinha profundo conhecimento sobre os lugares de pesca, que variam de acordo com a dinâmica de cheia e vazante do rio e horários de pesca.

Com a formação do reservatório do CHE de Belo Monte ocorreram intensas transformações no meio natural e conseqüentemente na navegabilidade, sobretudo com o aparecimento de fortes banzeiros. Além disso, atualmente as famílias reassentadas enfrentam dificuldade para produzir as tradicionais embarcações do beiradão, em virtude da falta de recurso florestal madeireiro disponível.

De acordo com Melo Júnior, Krueel e Hanazaki (2019) “alguns grupos se destacam por terem seus modos de vida intimamente dependentes de suas embarcações, muitas vezes refletindo adaptações em uma escala fina, de acordo com as particularidades de cada ambiente”(p.14). Para a comunidade tradicional estudada as embarcações são fundamentais para a territorialidade e para construção do *território ribeirinho* pós-barragem.

A princípio, eu não havia notado tamanha importância das embarcações no processo de reterritorialização das famílias ribeirinhas. Contudo, seja para o meu deslocamento da cidade até o Palhal, seja até a casa das famílias entrevistadas, tinha a necessidade de ter uma canoa adequada para as condições do reservatório. Caso fosse uma canoa menor tinha de ser em um momento que não estivesse banzeirando.

Tão logo vi que a dinâmica de organização sócioespacial, para o desenvolvimento da atividade de pesca, extrativismo, ou para ir à cidade vender o peixe ou resolver alguma coisa, esbarrava no banzeiro ou na embarcação. Portanto, as embarcações tradicionais pré-Belo Monte nos permitem conhecer as formas de apropriação e controle da natureza e as respostas que estão sendo criadas para esse novo ambiente formado pós-barragem.

5.1.3 A ciência das águas: as embarcações tradicionais e os conhecimentos associados

No âmbito da ciência moderna “raramente é ensinado a reconhecer a existência de uma experiência, de certa sabedoria, acumulada nas mentes de milhões de homens e mulheres que diariamente manejam a natureza” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p.85). Isto é, a ciência tradicional não reconhece os conhecimentos dos povos tradicionais, tratando-os como inferiores.

Sr. Turú, com plena consciência da importância dos seus conhecimentos para viver no beiradão, fala sobre a “ciência das águas”, que é como ele chama os conhecimentos sobre as águas. Isto lhe permite saber como cada embarcação se comporta na água para não alagar⁴⁶, aliás, quem tem domínio sobre a ciência das águas nunca se alaga. Depois entendi que essa ciência das águas pode se estender desde a escolha da árvore até as técnicas para a produção.

No geral, as tradicionais embarcações eram produzidas pelos próprios ribeirinhos especialistas em carpintaria. Sr. Lindolfo se orgulha em dizer que fazer uma embarcação “é uma tecnologia dos ribeirinhos, que poucos que sabe fazer”. Nesse trabalho, a pessoa precisa ter conhecimento e habilidade para fazer uma boa canoa, por isso é chamado de mestre o carpinteiro que desenvolve esta atividade.

Sr. Raimundo conta que a necessidade lhe motivou a produzir sua primeira canoa e que no processo de aprendizagem foi guiado pelo método de tentativa e erro, tentativa e acerto, no qual a prática aperfeiçoa o conhecimento adquirido: “[...] A gente nunca faz perfeito a primeira, sempre a gente tem aquele problema, você vai fazer e não sai bem, mas da segunda...”. Às vezes a pessoa tem a sorte de acertar de primeira:

Eu mesmo nunca tinha feito uma embarcação de madeira, a primeira que eu fui fazer saiu original, eu sou muito curioso. Eu era curioso demais, uma vez eu alaguei e pedi uma canoinha, fui com um rapaz “ah eu não posso fazer, só o mês que vem” e eu danado para fazer, joguei um pé de arapari no chão, enganchei o machado, com três dias eu estava pescando nela [...] Fiz um casco de uma madeira só, mas fiz. Quem viu falou “ah rapaz, está melhor do que o meu”, eu digo é a precisão, né. Então depois que eu aprendi fazer... [nunca mais precisou comprar] remo essas coisas também, nós usa muito remo da itaúba (Raimundo).

A curiosidade é fundamental no processo. É comum durante as entrevistas as pessoas falarem sobre o ato de ficar olhando os outros fazerem para aprender como se faz, isso desde criança acompanhando os pais e até adultos quando vão visitar o vizinho ou parente.

⁴⁶ O conhecimento tradicional para a apropriação dos recursos é necessário lançar mão do sistema cognitivo (que envolve pensamento, raciocínio, memória, linguagem, percepção etc), “uma vez que a toda práxis corresponde sempre um corpus de conhecimento” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 92).

Segundo Toledo e Barreira-Bassols (2015), o conhecimento tradicional é fruto de um processo histórico de acumulação e que é transmitido no espaço e no tempo por meio da oralidade, sendo a memória um dos fatores mais importante no processo.

As narrativas sobre as embarcações do beiradão eram sempre acompanhadas pela descrição de como se produz. Sr. Turú descreve com detalhes cada passo para se construir uma canoa de forma, mesmo sem nunca ter confeccionado esse tipo de embarcação. Isto é fruto das suas observações durante a vida, que são guardadas na memória caso precise usá-las em algum momento.

Para confeccionar uma boa canoa é preciso acessar diversos conhecimentos. O primeiro é referente à madeira que será utilizada. Na Amazônia “as espécies selecionadas para a construção da embarcação são geralmente de alta durabilidade natural e boa resistência mecânica, características apropriadas para a carpintaria naval” (BRAGA JÚNIOR et al., 2019, p. 52).

Na região do Xingu em questão, a itaúba (*Mezilaurus itauba* (Meisn.) Taub. ex Mez), louro (*Nectandra* sp), angelim vermelho (*Hymenologium petraeum* Ducke), castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) e pequi (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.) são as primeiras na lista de madeiras consideradas mais apropriadas para a construção de embarcações.

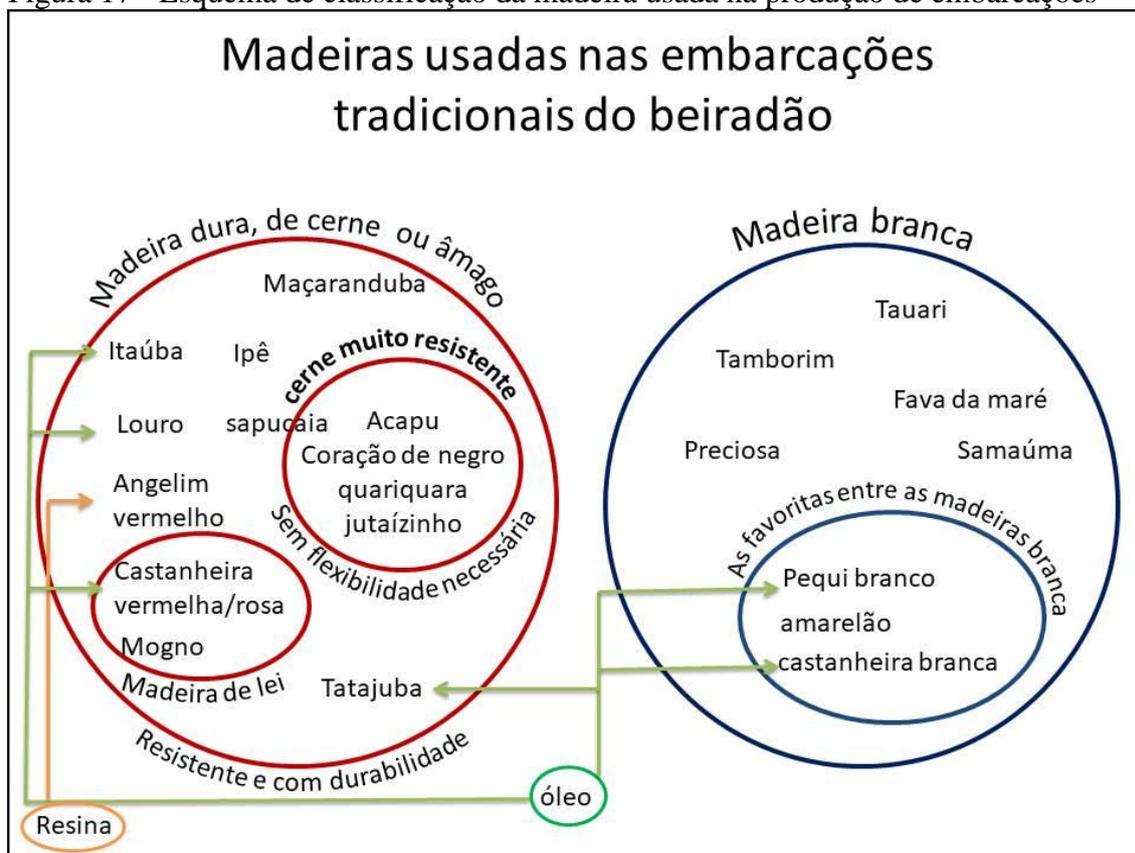
A principal característica citada pelos ribeirinhos para a escolha da madeira foi a resistência à água. O termo usado localmente é o quanto a madeira *atura* na água, que possui o mesmo sentindo de durabilidade. Para as condições de navegação anteriores à barragem, a resistência mecânica foi uma característica pouco citada.

Segundo a classificação local, mostrada na Figura 17, existem dois tipos de madeiras: a branca ou mole e as de cerne/âmago, que também são conhecidas como madeira dura ou de lei⁴⁷.

O primeiro tipo é caracterizado por “não apresentar cerne” e por ter baixa densidade, o segundo por apresentar cerne e alburno distintos pela cor e resistência. O alburno ou brancal é a parte mais próxima à casca e a parte mais nova, essa parte se deteriora mais facilmente. Já o cerne é a parte que está no interior da madeira, essa é a parte mais resistente, alta densidade, portanto demora muito mais para deteriorar. Em ambiente marinho, estudos mostram que as partes das embarcações feitas com cerne são mais resistentes a predadores (MÜLLER, 2010; SEN; SIVRIKAYA; YALÇIN, 2009).

⁴⁷ Madeira de lei é uma denominação também usada por algumas pessoas para as madeiras proibidas por lei de derrubar como a castanheira e o magno.

Figura 17 - Esquema de classificação da madeira usada na produção de embarcações



Em consequência disso, existe certa preferência pelas madeiras de cerne devido a sua resistência, principalmente para casco e caxiri. No entanto, vale ressaltar que não são todas as madeiras de cerne que são adequadas para as embarcações, pois segundo Sr. Raimundo, as madeiras que uns chamam de coração de negro ou de pau santo (*Chamaecrista bahiae* (H.S. Irwin) H.S. Irwin & Barneby) acapu (*Vouacapoua americana* Aubl), quariquara (*Rinorea guianensis* Aubl.) e jutaízinho (*Hymenaea* sp), possuem o cerne muito resistente, portanto não possuem a flexibilidade necessária para abrir a canoa. “Ela não tem liga, ela estala uma tábua facilmente”, comenta.

A sapucaia (*Lecythis pisonis* Cambess.) também não apresenta a flexibilidade necessária para abrir canoa, mas possui uma madeira muito resistente, boa para fazer canoa de três tábuas. Outra forma de fazer canoa com madeira sem flexibilidade é a seguinte: [...] “você faz igual do pessoal do Baixo Amazonas, parte a banda dela [da árvore], já faz a canoa na medida certa para não ter que estar puxando ela nas tesouras”

[...] você vê que as canoas do Baixo Amazonas é diferente das nossas canoas, ela é feita de banda, de uma banda de uma sapucaia, eles fazem duas canoas, uma é comprida baixinha. É diferente, aqui a gente quer fazer uma canoa que ela tenha mais porão, lá não, diferente o estilo, feito de banda (Raimundo).

No entanto, outros fatores são levados em consideração no momento de fazer uma canoa, como a disponibilidade de madeira e a preferência pessoal de cada pessoa. Outra característica citada é a densidade da madeira, que influencia quando a canoa alaga, ou seja, quando entra água na canoa completamente, no sentido de que, dependendo da densidade da madeira em relação à densidade da água, a canoa pode flutuar (boiar) ou submergir (afundar).

Em vista disso, segundo Sr. Lindolfo, quem quisesse uma embarcação que aturasse mais, poderia utilizar a itaúba preta (*Mezilaurus* sp) ou angelim vermelho (*Hymenologium petraeum* Ducke), que são classificadas como madeira dura, difícil de encharcar; porém quando a canoa alagar, ela vai para o fundo.

Já a canoa feita da castanheira branca (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), pequi (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.), tamborim (*Enterolobium* sp), amarelão (*Apuleia mollaris* Spruce ex Benth.) não afunda, pois mesmo quando é alagada fica boiando. Isto se deve à madeira mole ou branca utilizada na fabricação. Contudo, esse tipo de canoa encharca fácil e, com isso, não atura muito.

A oleosidade da madeira foi outro fator considerado importante entre as características das madeiras utilizadas para a construção de embarcação objetivando garantir a sua durabilidade, como explica Sr. Raimundo: “Uma tábua que não é oleosa, vamos supor uma tábua de samaúma, ela infiltra água facilmente”. Assim sendo, a madeira oleosa demora mais tempo para ficar “puba” (expressão local para quando a madeira encharca), por isso ela é considerada mais resistente à água.

Além da impermeabilidade, óleo e resina presentes na madeira podem apresentar defesa contra predadores. Sobre isso, muitos estudos mostram que substâncias contidas no óleo e resinas na madeira podem apresentar defesa a insetos, fungos e bactérias (ALENCAR, 1982; PHILLIPS; CROTEAU, 1999)⁴⁸.

O óleo de espécies da família lauraceae, que inclui a itaúba (*Mezilaurus itaúba* (Meisn.) Taub. ex Mez) e o louro (*Nectandra* sp), umas das favoritas para as embarcações tradicionais, possui atividade antibacteriana, antimicrobiana, antifúngica (ALCÂNTARA; YAMAGUCHI; EIGA-JUNIOR, 2013). Além da itaúba e louro foram citadas na entrevista a tatajuba (*Bagassa guianensis* Aubl.) e castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) que possuem oleosidade na madeira; e o angelim vermelho (*Hymenologium petraeum* Ducke) que, embora

⁴⁸ Em ambiente marinho as embarcações de espécies folhosas demonstram mais durabilidade, quando comparadas com espécies coníferas, devido apresentar propriedades físicas e químicas, diversas substâncias presentes principalmente na região do cerne, resistentes a predadores aquáticos (SEN, SIVRIKAYA, YALÇIN, 2009).

não seja oleosa, possui uma resina que também favorece a durabilidade das embarcações, segundo o Sr. Raimundo.

Nos conhecimentos tradicionais do beiradão, para proteger a embarcação de broca⁴⁹, era necessário observar a fase da lua para poder derrubar a madeira. Diversos grupos utilizam o calendário astronômico para as suas atividades produtivas, principalmente para marcar o tempo, em alguns povos até para dar significado simbólico e prático aos céus (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Isso aí depende da fase da lua, você nunca pode derrubar uma madeira pra fazer uma embarcação com a lua clara, nunca pode, né. E outra, nunca pode derrubar pra fazer uma canoa na força da lua cheia, porque a madeira racha todinha, tem que derrubar sempre na lua nova. Se você faz uma canoa dessa com luar, derrubada com a lua clara, o que acontece a broca come a canoa todinha, você escuta, parece um peixe mastigando tucum, com pouco tempo ela está podre.

As embarcações tradicionais nessa região são chamadas de casco, caxiri, canoa ou barco de forma e lancha. Antes da barragem, no geral, as lanchas (com motor de centro) e as canoas de forma (com motor de popa ou rabeta) oferecem um modelo mais adequado e confortável para a viagem até a cidade. Estas tinham estruturas que permitiam melhores condições para grandes deslocamentos e tamanhos maiores para transportar maior quantidade da produção (peixe, galinha, farinha) ou das compras feitas na cidade.

O casco e o caxiri eram mais usados a remo para a pesca e deslocamento mais próximo à casa. Era comum sair para pescar com uma canoa de motor rabeta com um casco amarrado, para quando chegasse próximo aos lugares de pesca, passar para a canoinha para mariscar ou colocar a malhadeira. Mas também era possível fazer viagem até a cidade com o casco, tendo ou motor rabeta ou de popa, porque eram adequados para as condições de navegabilidade que o rio apresentava. Para melhor ilustrar os referidos, tipos de embarcações tem-se a Figura 18.

⁴⁹ A madeira é naturalmente passível à biodeteriorização, um dos principais organismos responsável são denominados xilófagos (nome que vem do grego, referente a se alimentar de madeira), entre eles estão às brocas-de-madeira, que faz parte de um grupo de insetos composto milhares de espécies (BRITO, 2014).

Figura 18 - Modelos de embarcações tradicionais desta região do Xingu: A) Caxiri mais usado para a pesca; B) Barco ou canoa de forma três tábuas; C) Barco ou canoa de forma com caverna; e D) Lancha mais usada para transporte até a cidade.



Fonte: Denise Graça, junho e novembro 2019.

Basicamente a diferença entre os tipos de embarcações está no modelo, na forma e nas técnicas como são produzidas. O casco e o caxiri são os modelos de canoa que são esculpidas diretamente no tronco da árvore, existindo diferenças na forma de confecção entre elas. O casco, por exemplo, é feito boleando o tronco, como conta o Sr. Lindolfo:

Derruba uma árvore, boleava [para ficar liso] toda ela, tira o brancal, e deixava só no âmago [cerne, parte central da árvore, que apresenta mais durabilidade], lavra a cuba... Ai vai cavando para ficar o bojo, depois levava ao fogo, faz a limpeza, colocava a poupa, depois a proa, tudo talhado na própria tora. Termina de bolear, escolhe a espessura adequada para o tamanho, tem que ficar de uma bitola só, não pode ficar nem mais grosso, nem mais fino para não rachar. Coloca um arco de poa [ferramenta], um bico com a medida certa, faz os furos para medir a grossura da canoa, cada furo com dois palmos e meio de um furo para outro, para não talhar mais ou menos o que é necessário.

Esses furos, que depois serão fechados, servem apenas para medir o fundo da canoa, para garantir que fique toda na mesma espessura e nenhuma parte fique muito fina e a *ponto* de furar o casco quando batesse nas pedras que havia antes da barragem. Sr. Raimundo comenta sobre o processo de abrir a canoa:

Você prepara uma canoa de itaúba, porque você faz ela não é abertona daquele jeito, você faz ela cavada bem feitinha, aí você faz uma vala no chão, enche de lenha, toca fogo, quando está só a brasa você pega aquela embarcação e só emborça encima daquela vala ali, aí pega um paninho molhado, ela começa esfumaçar e fica batendo em cima dela, vai batendo desse jeito aqui, quando ela está bem quente ela fica batendo desse jeito [demostrando o som que a batida na canoa faz, que muda depois que ela fica quente], aí você coloca umas tesouras para abrir a canoa, puxando ela para poder dar a largura para ficar pronta, tem madeira que se você puxar ela estoura.

Já no modelo caxiri não se utiliza o fogo para abrir a canoa; ela é toda esculpida no tronco. Sr. Turú conta como se faz:

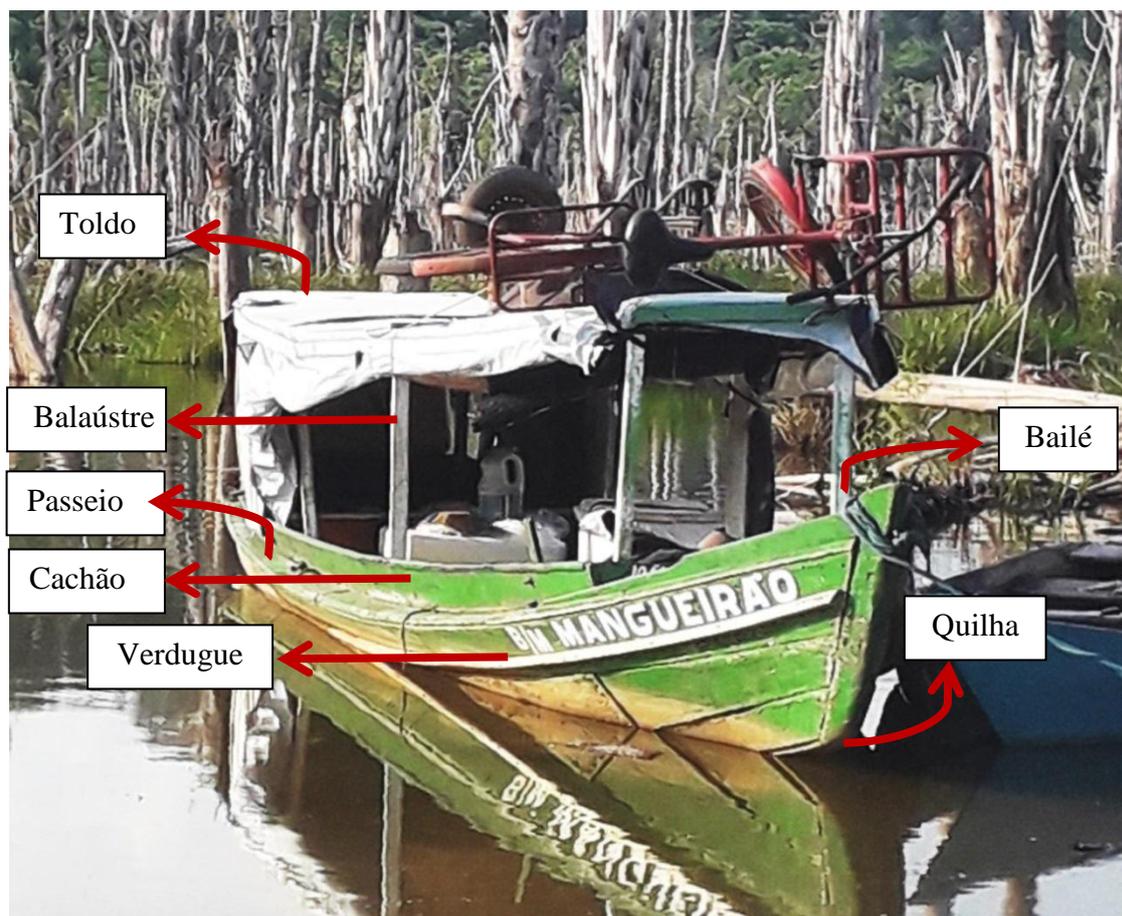
O casco é aquele que a gente faz cavado e o caxiri você pega uma árvore derrubada, lava ela [...] cava ele com a linha pra fazer aquela canoa ali [forma o desenho], aí depois que ela está feita você tira o molde pelo lado de fora, se não tiver motosserra tira com o machado, até tirar aquela madeira do molde que está por dentro, aí você tira na grossura que você quer.

A canoa de forma (motor de poupa ou rabeta), barco ou lancha (motor de centro) são feitas com madeira serrada: as peças de madeiras são cortadas e depois vão sendo montadas e depois são calafetadas (frestas são vedadas com algodão para a água não entrar). Mas existem algumas diferenças entre esses modelos: a canoa três tábuas não apresenta as cavernas, que é a principal característica do outro tipo de canoa. Já a lancha possui caverna e uma peça chamada quilha ou quilhão, que é a base central. Sr. Turú comenta sobre a construção de uma lancha:

[Comentando sobre uma foto de uma lancha] Essa aqui é a embarcação de forma: que eles fazem levantamento desde baixo, essa aqui é uma peça coloca por baixo [quilha], dá lavouro nela [fazer o desenho/molde], que é para ir assentando as cavernas [estrutura que fixa as tábuas] da popa pra proa [...] o bico aqui, chama ele de bailé, então você só coloca ele quando for produzir a levantação, aí você coloca ele e torneia de um lado e de outro de madeira, que é para ir assentando essas tábuas em baixo, de um lado e do outro, até chegar em cima [...] depois de dentro d'água é que vai assentar o balaústre [coluna de sustentação do toldo], o toldo [cobertura], malagueta [volante, para dirigir].

Diferente do caxiri e do casco, que são feitos com apenas um tronco, as canoas de forma e lancha (que podem ser vistas na Figura 19) podem ser construídas com diferentes tipos de madeiras, dependendo da peça. Segundo Sr. Raimundo, para fazer a proa é uma peça de pequi, assim como as tábuas da lateral, caverna e braço que também podem ser feitas de pequi, madeira branca. Já o quilhão geralmente é feito de maçaranduba ou de angelim vermelho ou sapucaia. “O quilhão tem que ser de madeira mais resistente, para não selar, porque se você faz de madeira mole ele sela com o peso, porque se ele ceder o fundo ele empena as tábuas, abre goteira ou quebra, ele faz isso” [...] (Sr. Raimundo).

Figura 19 - Embarcação tradicional do beiradão: modelo lancha, região do Palhal



Fonte: Denise Graça, novembro de 2019.

5.1.4 Embarcações no *Território Ribeirinho*

Com a expropriação, as famílias ribeirinhas não tiveram outra opção senão deixar suas embarcações no porto da cidade, de onde muitas embarcações foram roubadas, perdidas, quebradas, vendidas e outras foram deteriorando-se com o tempo. Assim, as famílias que perderam suas embarcações tiveram que comprar outras novas para iniciar a vida no *território ribeirinho* ou esperar carona de vizinhos e familiares que as possuem. Mas logo perceberam que as tradicionais canoas não são adequadas para as novas condições do reservatório.

“Quando a gente ia pra lá [se referindo à morada antiga] não tinha tanto banzeiro como tem agora. Muito banzeiro mesmo, no dia que nós viemos nós tivemos que parar e voltar do meio do rio, parar lá no Massonoro, ficamos lá esperando a chuva passar... a lona que nós trazia o vento levou, desceu nas águas, que nós não tinha como voltar pra pegar, que o nosso barco é pequeno e vinha com as coisas e os meninos, ai chegamos aqui com as coisas toda molhada, rede e tudo... Paramos, esperemos, quando calmou mais, que nós saímos foi a maior luta, nós morrendo de medo... Pra chegar aqui é muito difícil de banzeiro, pra outra [se referindo a morada

antiga] não tinha esses banzeiros, ia beirando... o rio era todo tempo seco” (Ribeirinha, 56 anos- GRAÇA, 2018).

A fala da ribeirinha revela momentos de medo e a insegurança causados pelo banzeiro em uma das viagens da cidade até a casa no território ribeirinho. São comuns relatos dizendo que antes da barragem existia banzeiro, mas eles não eram tão fortes quanto nos dias atuais.

Conforme os ribeirinhos dizem, com a ausência das ilhas, praias, pedrais e sarobais⁵⁰ o vento ficou livre para correr, bate na água e forma o banzeiro (onda). E depois de quatro anos da formação do reservatório a situação tende a agravar-se depois que os paliteiros deteriorarem completamente. Sobre isto, Sr. Raimundo relata:

A situação vai se agravar muito mais ainda, porque com a perda da vegetação das ilhas, que era quem segura os ventos, ventania vem ela topa nas árvores, ela vai morrendo um pouco a pressão, a velocidade dela, então agora com a perda dessa floresta, vai ficar só rio e os largos vão se encontrar um com o outro, então o vento vai assoprar com mais velocidade, vai ter mais espaço pra correr em cima d’água e a onda de banzeiro cada dia vai aumentar mais.

[...] Os barcos não estão suportando a onda de banzeiro que está acontecendo, né. Os barcos eram preparados e outra, quando a gente tinha uma onda de banzeiro muito forte, muitas vezes, dava um temporal, como a gente falava, uma ventania, nós se escondia atrás daquelas ilhas, encostava e se escondia e hoje nós não tem aonde esconder, hoje é céu aberto, hoje é muito complicado e a tendência é se espalhar, quando essa vegetação morrer em toda área do lago, nós vamos ter dia de viajar, nem todo dia nós vamos poder viajar. Um dia como hoje que o sol está quente, não está tão ventando, é bom de viajar, o banzeiro está mais calmo, mas aquele dia que começa nublado com muitas nuvens carregadas de vento, aquele dia é impróprio para as nossas viagens, é muito complicado.

Sendo assim, agora a estrada do Assurini se tornou uma alternativa para quem não tem uma embarcação adequada para as condições atuais ou tem medo dos banzeiros. Uma ribeirinha relatou que escolheu o lugar devido à proximidade da estrada⁵¹, pois ficou com medo do banzeiro. O filho possui automóvel, ela considera mais seguro ir pela estrada. Outra entrevistada viajava de motocicleta da cidade até a casa no Palhal, levava 30 minutos do porto do Assurini até próximo a casa. No entanto, não poderia levar muitos pertences e, dessa forma, decidiu vender a moto e investir em uma rabeta, que demora em média 2 horas, dependendo da potência do motor da embarcação e condições de banzeiro.

O deslocamento dentro do Palhal e do reservatório como todo é feito principalmente por canoas com motor rabeta, já que não existem caminhos que interliguem as casas de parentes ou vizinhos. Até mesmo para quem tem os filhos no mesmo *ponto*, as casas não

⁵⁰Nome local dado à vegetação presente nos pedrai e ponta de ilha. São ecossistemas de “formações pioneiras arbustivas associadas aos pedrais, tanto de porte arbustivo/arbóreo, quanto essencialmente arbustivo”(FERREIRA; NECKEL; TAVARES, 2008, p10)

⁵¹ As outras opções também eram em áreas de pasto.

ficam no mesmo terreiro e o acesso é só por água. Exceto para Sr. Turuzinho que construiu a casa provisória próxima à do pai (Sr. Turú) e não precisa se deslocar por água.

Na região do Palhal devido ao banzeiro e vento muito forte, as canoas usadas com remo, usualmente utilizadas para pesca, têm sido evitadas por serem vulneráveis aos banzeiros. Sr. Turú explica que o casco e o caxiri não suportam o banzeiro, pois eles são roliços e, por esse motivo, quando o banzeiro bate na canoa a água entra facilmente. Ou seja, não tem proteção.

Desta maneira, com base nos seus conhecimentos, agora os ribeirinhos têm feito algumas adaptações nas tradicionais embarcações para suportarem o banzeiro: “[...] você faz um casco, se você não botar um ‘padefalque’, que chama, pra subir, aí as águas entra pra dentro todo tempo, [...] aí você botando aquela proteção, a água bate nele e abre fora, ele vai correndo e a água saindo pra fora” (Sr. Turú).

Apesar das adaptações nas embarcações e da escolha de modelos de embarcações que são mais estáveis, tais embarcações ainda trazem insegurança nas atuais condições do reservatório. Até mesmo as embarcações de forma que possuem verdugue⁵² (ou verdube), isto é, a barra lateral que joga a água para fora do barco, não estão sendo consideradas adequadas pelos ribeirinhos, como relata D. Francinete (36 anos):

Banzeiro é uma coisa inacreditável, a gente olha e não acredita no que está vendo [...] a lancha não é adequada, não! Antes a lancha era a melhor, que você ia mais confortável, hoje não é legal no banzeiro não, pelo que vi, não. A mais adequada é a de alumínio, porque a água bate e não tira o calafete.

Esse contexto provocou o aumento do custo com manutenção das embarcações. Os calafetes mencionados são algodões colocados entre as tábuas para evitar a entrada de água na canoa. Mas quando a onda bate eles saem e a água entra rapidamente na canoa, correndo o risco da canoa alagar. Assim “agora em seis em seis meses tem que colocar no seco”, como relata D. Francinete. Para completar, quando sujeitas a banzeiro forte, as tábuas e cavernas quebram nos portos das casas quando colidem no barranco.

Além disso, a grande quantidade de matéria orgânica da decomposição da vegetação no reservatório também pode ser a causa da proliferação de uma broca vermelha que ataca a madeira e o algodão das embarcações. “Hoje você deixa o barco com dois dias vai lá lavar ele faz nojo [...], não tem algodão que resista, que ela destrói mesmo [...] bicha é perseguidora.[...] Ela se instalou em uma quantia muito grande” (Sr. Raimundo).

⁵² Barra lateral da lancha

Em junho de 2019, três anos após o início da ocupação do reservatório, a Nesa, por meio do plano emergencial da pesca, começou a distribuir voadeiras de alumínio (como a mostrada na Figura 20) e alguns equipamentos de pesca para os pescadores da região do reservatório. Isso também foi resultado das mobilizações do Conselho e do apoio do MPF.

Figura 20 - Voadeira de casco de alumínio com motor de popa fornecida pela Nesa, região do Palhal.



Fonte: Denise Graça, novembro de 2019.

Contudo, não priorizou as pessoas que já estão residindo, pois apenas uma família entrevistada no Palhal havia recebido a voadeira até novembro de 2019. Por conta do fato, muitos ribeirinhos criticam os critérios de distribuição das embarcações, uma vez que segundo os entrevistados houve venda das voadeiras, fazendo com que a distribuição fosse adiada temporariamente.

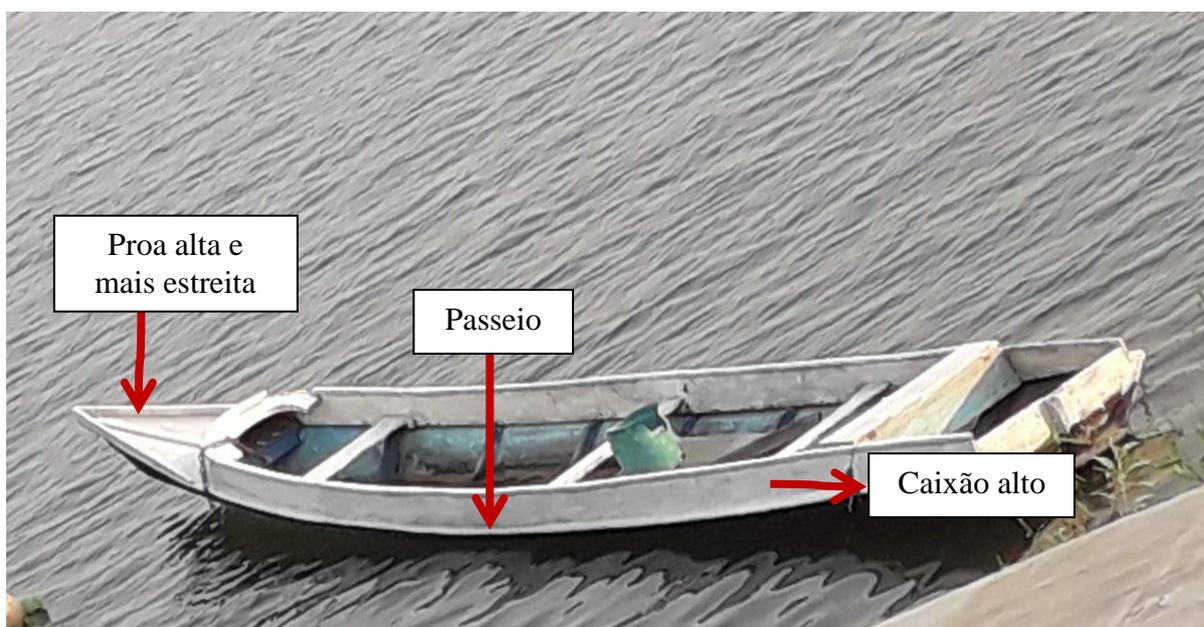
Assim, enquanto as voadeiras de alumínio não são entregues, os ribeirinhos têm buscado modelos de embarcação de outras regiões que são apropriados para os banzeiros, como os da região de Porto de Moz, cuja principal representante é a canoa do tipo catraias.

Neste modelo a forma da canoa é mais baixa, comparando-se às tradicionais canoas do beiradão, pois os ribeirinhos preferiam canoas com o porão fundo. A catraia tem a tábua lateral, chamada caixão, que a deixa mais alta e o passeio, que joga a água para fora da canoa. O estilo de proa da catraia a faz ser mais estreita e alteada para romper o banzeiro, conforme consta na Figura 21, como relata Sr. Raimundo:

A maresia, banzeiro é o seguinte [...] as embarcações que viajam pelo baixo Amazonas você pode ver, as proas delas são bem alta para rebater o banzeiro, então a catraia já é apropriada pra aquilo. [- Antes tinha catraia no beiradão?] Não, a catraia foi inventada tem uns três anos atrás, antes ela não existia, existia na região

de Porto de Moz, nessa região, a catraia veio pra cá há pouco tempo, ela é novidade pra cá... tinha muito pro Baixo Amazonas, a gente foi vendo, percebendo que elas eram umas canoas boa pra banzeiro, aí hoje os carpinteiros aqui já estão fabricando, mas não era dessa região. Aqui era canoa de um pau só ou canoa de forma ou lancha [...] agora que a catraca chegou e está fazendo sucesso, eu vi duas ou três no porto da Prainha.

Figura 21 - Embarcação de modelo catraia, orla do cais de Altamira.



Fonte: Denise Graça, novembro de 2019.

Na orla do cais de Altamira é possível observar as catraias e outras canoas inspiradas no referido modelo. Outras mudanças estruturais das embarcações dos ribeirinhos são em relação à altura da borda e o comprimento:

Denise: E o tamanho da canoa mudou?

Sr. Raimundo: Mudou, mudou totalmente, antigamente qualquer canoinha de cinco ou seis metros a gente andava pra todo canto [...] agora a maioria é tudo oito, nove, 10 metros, é o tamanho ideal [...] hoje ela mudou no tamanho e na altura. Antigamente eu fazia uma canoa com 30 ou 50 cm de altura, um passeio e um caixão ela resistia ao banzeiro, hoje eu tenho que fazer 80 cm de altura, botar um passeio de 20, e colocar um caixão de 20, 25 cm para poder enfrentar o banzeiro aqui, a canoa tem que ser bem alvorada, a proa bem levantadinha para resistir o banzeiro.[...] Antes a gente andava num casquinho que pegava 500, 600 kg e andava para todo canto, agora tem que ser barco de 1000, 1500 kg pra gente. Então mudou muito.

Apesar de o modelo ser considerado mais adequado, essas canoas são trazidas da região de Vitória do Xingu, onde é possível tirar madeira para produzi-las, o que contribui para o aumento do preço: “De primeiro comprava uma canoa por R\$200,00, canoa grande no máximo R\$800,00, hoje qualquer canoazinha que pegue duas pessoas é R\$1.000,00, 1.000,00

e pouco, por quê? Porque ninguém pode tirar madeira” (Sr. Lindolfo). Além de quê, as madeiras utilizadas nas embarcações não são consideradas de boa qualidade “eles fazem de fava de maré, fazem de taxizeiro, qualquer madeira branca que acham eles fazem, você usa sei meses [...] dois três anos, no máximo quatro anos [...] e não presta mais, então esse é um grande problema” (Sr. Raimundo).

Atualmente os ribeirinhos enfrentam dificuldades para produzir suas próprias embarcações devido ao recurso madeireiro. Como vimos, o *território ribeirinho* faz parte da APP do reservatório, gerida pela empresa responsável de acordo com o Pacuera que prevê a fiscalização para evitar o “aumento da pressão sobre os recursos florestais madeireiros e não madeireiros”. Isto posto, é estritamente proibida a derrubada de árvores na região do reservatório, o que também inclui as árvores que já estão mortas no lago, para as quais existe forte restrição⁵³. É proibida mesmo que seja para a garantia do modo de vida tradicional das famílias ribeirinhas.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituído pelo decreto presidencial n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, tem como principal objetivo: “[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais [...]”. Isto demonstra que a lei assegura o manejo tradicional de recursos florestais madeireiros para produção das embarcações, pois garante o modo de vida tradicional. Porém, além da proibição, existe uma escassez de recurso madeireiro. As matas de beira do rio e ilhas até o nível da cota 97 sofreram supressão vegetal ou foram submersas para a formação do reservatório. Logo, a APP do reservatório corresponde a “áreas degradadas, que vão desde áreas ocupadas com pastagens tecnificadas, até pastagens degradadas, áreas agrícolas abandonadas, trechos de florestas degradadas e em alguns poucos trechos com floresta mais conservada” (ADAMS et al., 2017, p.148).

Consequentemente, os relatos sobre as matas e rio de antes sempre têm um tom de nostalgia do tempo de abundância, D. Francinete fala que ninguém ficava com canoa velha, pois nas áreas ribeirinhas existiam recursos para a produção.

Para Sahlins (1978), nas sociedades de afluência, como no caso dessa comunidade ribeirinha, as necessidades materiais são facilmente satisfeitas, seja pela quantidade de recurso disponível ou produzido, seja pela pouca necessidade da comunidade. No beiradão, mesmo

⁵³ Segundo os(as) entrevistados(as) só podem fazer uso de árvores mortas do reservatório depois de autorização de uso.

que na ilha da família não tivesse a madeira para abrir uma canoa, era possível consegui-la através de parentes e vizinhos. Atualmente no reservatório, a comunidade enfrenta a escassez dos recursos e a proibição:

Se você derrubar um pé de uma madeira dessa aí angelim, pequi, um pé de mogno você vai pegar uma cadeia desgramada, então não tem mais condição e outra que está difícil [de encontrar madeira] não existe. Dentro das ilhas a gente achava muita fava da maré, naquelas ilhas de serra a gente achava muitas vezes uma itaúbeira então com a destruição dessas árvores do lago acabou tudo [...]. Hoje o fazendeiro que tem um pequizeiro lá não vai aceitar eu ir lá e derrubar, então acabou. Vamos tem que usar... uma coisa muito ruim é saber que a gente vai ter que usar [casco de voadeira]... a canoinha de pesca que precisava ser de madeira até por causa da temperatura do sol, que no alumínio esquenta muito a água, mas nós vamos ser obrigado a ter essas canoinhas com toda a certeza e a canoa de alumínio também (Raimundo, 52 anos).

Andrade et al. (2016), expõem que a proibição ao uso da madeira em área de proteção ambiental em uma das últimas comunidades de jangadeiros, que detêm o conhecimento da construção da jangada do nordeste brasileiro, também apresenta risco para essa tradição.

Nesse âmbito, todas as pessoas entrevistadas consideraram as voadeiras de alumínio mais adequadas para as condições do reservatório⁵⁴, referindo-se à resistência ao banzeiro, pois ela é veloz e “tem as cavas que a água bate nela e volta, jogam a água pra fora (Sr. Turú)”; não apresentam problema com a broca e nem com custo de manutenção. Além de tudo, os relatos são sempre sugerindo que a empresa precisa pagar pelo que causou e já que não podem tirar madeira, então a empresa tem de pagar pelas voadeiras.

Esse contexto me fez pensar se essa tradição da produção de embarcações artesanais está ameaçada, como em outro estudo sobre embarcação no reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito (ERTZOGUE; ZAGALLO, 2018). Baseado nisto, fiz a seguinte pergunta para o Sr. Raimundo:

Denise: o senhor acha que sempre vai existir o casco e o caxiri?

Sr. Raimundo: O casco de voadeira esquenta muito [não é bom para colocar o peixe], então enquanto puder ter madeira vai sempre fazer, mas só que está difícil, muito difícil [para conseguir madeira].

[Em outro momento da conversa ele complementou:] A tradicional é a canoinha de pesca. Se todo mundo pudesse ter uma de madeira eu nunca trocaria por uma de alumínio, porque ela tem qualidade. A canoinha de madeira ela precisa ter um porão, ela não pode ter caverna para não matar isca, ela não esquenta a água, não faz barulho quando o banzeiro bate nela, é o principal, você enxergava um pé de goiaba, você ia com a canoinha que o peixe nem escuta, uma canoa dessa [alumínio] o banzeiro bate é pla, pla, pla [imitando do som da água na voadeira], parece que você vai batendo tambor, o peixe foge na hora. [...] Uma canoa de alumínio é apropriada

para pôr malhadeira, que você vai colocar malhadeira de espera, volta pra casa, mas para pescar um tucunaré, um pacu de caniço ela não é apropriada.

A resposta do Sr. Raimundo mostra que para a atividade da pesca, mesmo nas condições do reservatório, o casco e o caxiri não estariam ameaçados. O grande problema está na dificuldade de obtenção de matéria-prima, o que ressalta a importância de um reflorestamento das áreas degradadas da APP com as espécies nativas importantes para as embarcações. No entanto, até essas árvores que ainda serão plantadas crescerem o suficiente para fazer uma canoa, não se sabe se as pessoas que detém esses conhecimentos da carpintaria tradicional estarão vivas para transmiti-los.

As embarcações possibilitam a apropriação, controle, uso dos recursos naturais e dos espaços que são fundamentais para a vida no beiradão, seja na beira do rio, seja no reservatório. Não podemos negar a capacidade de a comunidade reinventar as formas de navegação no reservatório, no entanto, Estado e a empresa responsável pela hidrelétrica precisam elaborar medidas que possam garantir o uso dos recursos florestais para os fins de garantir a existência das tradicionais embarcações e consequentemente dos conhecimentos a elas associados.

5.2 A Pesca

A pesca é uma atividade de grande importância para esta comunidade ribeirinha, sendo desenvolvida por todas as famílias entrevistadas, seja para autoconsumo ou/e comercialização, no entanto, essa atividade foi intensamente afetada pelo CHE Belo Monte.

Desde o início da construção da barragem houve uma grande mortalidade e afugentamento de diversas espécies da fauna aquática da região de influência da barragem, provocadas pela “claridade, as explosões, a turbidez da água, a dragagem do leito do rio e de praias, o aterramento de praias e igarapés, a constante movimentação de embarcações e a extinção de locais de alimentação e reprodução da fauna” (FRANCESCO; CARNEIRO, 2015, p.34).

Durante o processo de enchimento do reservatório essa mortalidade foi intensificada. Depois de diversas denúncias feitas por pescadores, em março de 2016 o Ibama publicou uma nota técnica (02001.000375/2016-61 COHID/IBAMA) apontando a morte de mais de 16

toneladas (16.164,270 kg de biomassa morta)⁵⁵, apenas no período de 27 de novembro de 2015 até 25 de fevereiro de 2016, nas áreas de responsabilidade da Nesa (IBAMA, 2016b).

A mortalidade e o enterro de carcaça de peixes foram relatados também na notificação do Ibama por meio do ofício 02001.002295/2016-40 DILIC/IBAMA (IBAMA, 2016b), assim como por relatos dos ribeirinhos, que viram os lugares onde foram enterrados os peixes mortos.

Apesar disso, a Nesa nega os danos causados à pesca. Para o MPF, pesquisadores e ribeirinhos, a metodologia de monitoramento utilizada pela Nesa não é adequada, pois desconsidera espécies de peixes como pacus e tucunarés, tão importantes na alimentação das famílias ribeirinhas (MPF, 2016).

Mesmo com drástica redução do estoque pesqueiro, as famílias ribeirinhas precisaram continuar pescando. No entanto, desde o fechamento do reservatório foi proibido fazer rancho⁵⁶ nas ilhas e nas margens do reservatório. Esse momento foi marcante na vida das famílias.

D. Joana faz questão de (re)contar (talvez com a mesma intensidade de antes) sobre o período que fechou o reservatório e o pescador foi proibido de fazer rancho nas margens ou ficar muito tempo em uma só ilha, mesmo que esta já estivesse toda alagada. Por conta disso, Sr. Lindolfo, o marido de D. Joana, passava vários dias sem colocar os pés na terra, pois fazia o rancho dentro de uma canoa, onde havia fogão e gás, atava a rede por cima e uma lona em forma de barraca para cobrir. Ele pescava em outra canoa e à noite voltava para dormir. Só podia ficar no máximo três dias, porque o fiscal da Nesa não deixava ficar mais que isso. Quando Sr. Lindolfo recebeu o *ponto*, já na chegada, D. Joana ficou olhando-o tão alegre naquele porto, tirando as coisas da canoa, que resolveu chamar o lugar de “Porto Alegre”.

No *território ribeirinho*, a apropriação desse novo ecossistema ainda em formação está diretamente relacionada ao desenvolvimento das atividades produtivas, como a pesca. Isto nos indica as formas como estão sendo atribuídos significados ao espaço. As definições dos espaços bons ou ruins para pesca são baseadas nos conhecimentos prévios e são atualizados nas práticas cotidianas nesse ambiente alterado pela barragem.

⁵⁵ “Os eventos de mortandade ocorreram em três situações distintas: (i) morte por anóxia ou dessecação de peixes, principalmente da família Loricariidae aprisionados em poças após a restrição de vazão na Volta Grande do rio Xingu; (ii) morte por choques mecânicos com o substrato ou estruturas do vertedouro do Dispositivo de Enchimento por aumento abrupto da turbulência no CD; e (iii) morte por choques mecânicos com o substrato ou estruturas do Vertedouro Principal por aumento abrupto da turbulência. Nos dois últimos casos não se descarta, a possibilidade da atuação de outros fatores, como embolia gasosa e forças de cisalhamento como agente causador dos danos aos peixes. Contudo, ainda não existem subsídios comprobatórios que suportem essas hipóteses” (IBAMA, 2016, p.6)

⁵⁶ Típico acampamento de pesca da região do Xingu.

Antes da barragem, a dinâmica da pesca basicamente era dividida em dois períodos. No verão, período de seca do rio, a pesca era realizada principalmente nos pedrais e leito do rio, enquanto no inverno, período de cheia, a pesca era realizada principalmente nos igapós. Os espaços próximos à casa são os mais usados pela família e não é bem aceito colocar a rede de pesca na frente da casa do vizinho. Já os outros espaços são comuns.

Depois da barragem, a pesca ficou mais difícil: “antigamente tinha mais peixe, agora como a água cresceu tem muito espaço para eles” (Sr. João). A quantidade pescada é muito menor que antes. Além disso, o tamanho do peixe diminuiu e o gosto mudou, segundo os ribeirinhos, devido à falta das frutinhas da beira do rio, das quais os peixes se alimentavam.

Dessa forma, essas transformações no meio natural exigiram que os ribeirinhos estudassem o comportamento desse novo ecossistema. Agora o principal lugar de pesca são os chamados “furos mortos”, surgidos após o reservatório, conforme indicado pelas setas na Figura 22. Este nome foi dado por um ribeirinho por conta das características do lugar, porque são os “furos sem saída”⁵⁷ e que apresentam muitos “paus e galhos secos” (mortos).

Figura 22 - Mapa de representação dos furos mortos, no Palhal, Reservatório de Belo Monte.



Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2018.

No leito do rio a pesca se tornou difícil por causa da profundidade das águas, que permite que o peixe tenha mais espaço, e as malhadeiras precisam ser muito grandes. Além de não pegar peixe no leito do rio, esse espaço provoca medo devido aos banzeiros. Para um ribeirinho entrevistado, o leito do rio é o lugar do “cobrão”, o qual pode estar associado a elementos místicos, mas também ao desequilíbrio ecológico do reservatório. Tem gente que já

⁵⁷ Entradas de água em espaços que parecem furos, mas não têm saída.

matou 19 cobras no terreiro da casa, sem contar os casos de ataques. As cobras também tornam o porto pouco seguro:

Lá onde a gente morava [antes da barragem] era bom de tomar banho, lavar roupa e aqui eu não tenho coragem nem de entrar aí dentro, com medo da sucuri, já pegou dois cachorros aqui no porto... aí eu não tenho coragem de ficar dentro do rio pra lavar uma roupa tranquila, é lavando uma roupa aqui e olhando pro lado e pro outro... E lá onde nós morava, não, era praia lá no porto, fazia o banco de lavar a roupa lá fora, lavava a roupa à vontade, não tinha medo (Ribeirinha, 56 anos).⁵⁸

Esta é uma preocupação principalmente para quem tem filhos(as) pequenos(as). A Vanessa e o Francisco têm cinco filhos(as) de idade, entre 2 e 8 anos. Eles moraram na entrada de um furo, onde tem muito pau seco, lugar propício para incidência de cobra. Em vista disso, as crianças não podem ficar brincando ou tomando banho demorado na beira do reservatório. O lugar de lazer das crianças são as praias abaixo da barragem, onde os pais pescam.

A Figura 23 mostra a área de pesca das famílias. Nas áreas comuns, as pessoas pescam de malhadeiras de forma individual. Mas também de parceria com o vizinho. Nesta forma de pesca a pessoa coloca a malhadeira (de malha tamanho 5 ou 6) na boca dos furos e outra bate na água para o peixe seguir em direção à rede. Tem pessoas que não acham certo fazer o bate, pois é prejudicial para os peixes, pois todos os que estão no furo são capturados. Porém a área no entorno da ilha, em frente ao porto, é de bom senso que seja de uso familiar.

Vale ressaltar que a área de pesca não é definida apenas por fatores materiais e práticos. Na sabedoria da comunidade tradicional existe uma “complexa inter-relação entre as crenças, conhecimento e práticas” (TOLEDO; BARREIRA- BASSOLS, 2015, p.138), assim sendo, muitas explicações são baseadas em elementos sobrenaturais. Sr. Manduca, por exemplo, relata que sempre pesca de canoa abeirando a terra, até mesmo antes do reservatório. Ele não gosta de pescar no leito do rio por causa do cobraão.

“Eu pelo menos não gosto de pescar no meião [leito do rio] [...]. Ela[cobraão] esturra lá no canal e dá o som aqui, coisa feia mesmo. O poço que ela mora é perto da casa do Chicão e lá encima do Manduca, pessoal dizia que no verão ela morava lá (Bacabal e no Crispiano)”.

⁵⁸ Entrevista realizada em fevereiro 2018.

Figura 23 - Área de pesca: O círculo vermelho representa à área de pesca comum e o amarelo a área de pesca familiar.



Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2019.

Em janeiro de 2018, os testes das turbinas resultaram na morte de cerca de uma tonelada de peixes (IBAMA, 2018). Quatro anos após a formação do reservatório, ainda é possível encontrar alguns peixes mortos Sr. Caramuru, comenta:

Um dos motivos que os peixes estão mudando daqui é a alimentação, além da água quente, por isso encontra peixe morto, isso é a temperatura da água. Até por isso foi solicitando pra gente viveiro para a criação de peixe, tanque rede, mas não tem como por causa disso, desse fenômeno, temperatura da água. É um troço que você pode ter um prejuízo danado, porque morre mesmo.

No primeiro ano depois do enchimento do reservatório até que tinha peixe, apesar da grande quantidade de peixes mortos, mas depois a quantidade diminuiu drasticamente. Assim os ribeirinhos relatam que o tempo de pesca aumentou, assim como os custos com equipamentos e combustível que também aumentaram.

Além disso, Sr. Caramuru relata que atualmente aumentou o número de pescadores na região, com grandes equipamentos de pesca e isso tem causado mais danos:

Olha, eles [pescadores] colocam malhadeira lá naquela boia, não tem aquela boia ali no meio? ou lá na ilha, eles vem soltar a pedra bem aqui pertinho. Fecha de lá aqui. Eles fecham dali daqueles paus secos até na ponta aí [demostrando a grande extensão das malhadeiras]. Então a tendência é acabar mesmo. Se não houver proibição não tem jeito, proibição é a solução. Agora tem uma coisa, só proibir não adianta, porque se não houver fiscalização vão continuar colocando malhadeira. Para todos, deixar os moradores daqui pelo menos com direito de pegar comida.

[...]

Vai ter que tentar outra coisa para auxiliar na renda, eu estou pensando nisso aqui já prevendo, criação da galinha e esse cacau aí, porque o peixe... não pode mais contar. E pelo que converso com algumas pessoas conhecidas que pescam pra cima, Iriri, Xingu, diz que está ruim pra todo mundo, em todo canto.

Está diminuindo de mais o peixe, por quê? Porque aumentou muito a quantidade de pescador, além dos que já tinham, existe um problema muito grave, porque não tem fiscalização na época do defeso.

Nesse contexto, de transformação do meio natural somada ao aumento número de pescadores, muitos ribeirinhos estão preocupados com a sobrepesca, pois afeta diretamente a todos no *território ribeirinho*. Assim como o Sr. Caramuru, o Conselho Ribeirinho acredita que a melhor solução seria a proibição da pesca no reservatório até que o cenário da pesca possa melhorar.

5.3 Agrobiodiversidade: sementes e plantas trazidas para o beiradão

Grandes áreas onde existiam os agroecossistemas⁵⁹ das famílias ribeirinhas que estavam próximos ao Xingu foram alagadas, queimadas ou suprimidas pela empresa para a formação do reservatório. Essas áreas de roças e sítios antigos guardavam uma grande diversidade de plantas cultivadas e conhecimentos associados essenciais para a segurança alimentar e nutricional das famílias.

O elemento cultivado da biodiversidade historicamente tem sido negligenciado pela política e órgãos públicos, apesar de sua extrema importância para a segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável e combate à fome e miséria (SANTILLI, 2009).

No contexto de construção de hidrelétrica, que é uma obra pública, as áreas que guardavam a agrobiodiversidade, como todo o patrimônio genético historicamente construído e guardado pelos ribeirinhos, foram alagadas, sem nenhum tratamento que garantisse salvaguardar o uso de sementes nos futuros assentamentos.

O projeto de formação de banco de germoplasma do PBA que tem como uma de suas metas “minimizar o impacto relativo à perda de germoplasma vegetal, resgatando e cultivando propágulos das áreas a serem suprimidas pelo Projeto de Desmatamento das Áreas de Interferência Diretas” (NESA, 2011b, p.145), não contém medida acerca de conservação do banco de germoplasma que existia nas roças ribeirinhas. O projeto contempla apenas 12

⁵⁹“Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com o ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para o consumo e utilização humana” (ALTIERI, 2012, p. 105).

espécies - ameaçadas de extinção (ou em perigo) - e outras seis devido à importância socioeconômica e ecológica (NESA, 2011b).

Vale ressaltar que os agricultores tradicionais “cultivam as principais plantas alimentícias atuais há mais de 10.000 anos”, por meio de um fino processo de mutação e seleção de sementes. Sendo assim, durante vários séculos foi desenvolvida uma ampla variedade genética de plantas (PACHECO; LEROY, 1995, p.404) ou etnovariedades, como menciono neste trabalho.

Para Santilli (2009), os sistemas agrícolas tradicionais, onde está a grande diversidade de plantas cultivadas, são extremamente relacionados à cultura e, portanto, devem ser considerados como um patrimônio cultural (material e imaterial), exigindo instrumentos jurídicos para salvaguardar, não somente as plantas cultivadas, como também as técnicas, práticas e conhecimentos associados.

Nesse sentido, a autora mostra que a Constituição Brasileira apresenta elementos para a proteção de bens culturais. No entanto, nas áreas atingidas pelo reservatório da hidrelétrica, sobretudo onde estavam as plantas cultivadas tradicionalmente, não foi tomada nenhuma medida que garantisse a preservação para o uso de sementes nos futuros locais de morada.

Até mesmo a mandioca (*M. esculenta* Crantz) que é a “espécie vegetal de maior importância econômica e cultural, sendo a base da dieta da população rural e urbana” na Amazônia (LIMA; STEWARD; RICHERS, 2012, p. 371) não foi fácil de encontrar na chegada ao novo território. Sr. João Mangueirão (61 anos) conta sobre quando chegou:

“Deixa eu te contar, o meu caso, eu cheguei aqui, mais o Nelson [vizinho mais próximo] aqui, que nós abrimos isso aqui, isso aqui era mata bruta [capoeira entre 8 a 10 anos], aí como a gente, eu no meu caso não tinha onde conseguir a mandioca braba, eu tenho um amigo meu aqui na beira do rio [região do Arapujá] que só tinha macaxeira, ele disse: ‘rapaz leva e planta macaxeira pelo menos serve macaxeira pra tu comer cozida e faz a farinha, eu tenho da amarela e tenho da branca’, eu não contei duas vezes, meti o facão taquei fogo ai, macaxeira branca e da amarela, então foi por isso que tem só macaxeira. Mas o certo que o pessoal faz, na minha época que eu me criei, macaxeira era plantada alguns pés para comer cozida, o resto era mandioca, mas como a gente não tinha na época, plantei foi macaxeira mesmo.”

Antes da barragem, as famílias cultivavam diversas etnovariedades de mandioca. Silva (2017)⁶⁰ identificou quatro delas, conhecidas popularmente por Najazinha, Pau torto, Seis meses e a Táchi. Além dessas, foi citada durante a entrevista a mandioca paraíso, a qual é utilizada principalmente para a produção de farinha, tucupi e goma de tapioca.

⁶⁰Pesquisa realizada com 60 ribeirinhos das seguintes localidades: Arapujá, Furo do Trindade, Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Poção, Pedão, Largo do Bacabal, Costa Júnior e Boa Esperança.

Essas etnovarietades eram utilizadas de acordo com a preferência da família ou com as condições que o seu lugar de morada lhe possibilitava, diante das variações sazonais do Rio Xingu (enchente e vazante), pois quem vivia nas ilhas baixas, que alagavam todos os anos, precisava plantar logo quando o rio começasse a descer e colher antes do rio encher. Assim, muito se utilizava a mandioca de seis meses. Já quem vivia em terra firme poderia usar variedades que aturassem⁶¹ mais no solo, como a Táchi, que aturava até um ano e meio no solo, sem preocupação de perder quando o rio enchesse (GRAÇA, 2018).

A dificuldade inicial de encontrar manivas de mandioca (*Manihot* sp.)⁶² levou Sr. João Mangueirão a produzir pela primeira vez a farinha de macaxeira (*Manihot* sp.), o que, inicialmente estranho, passou a ser a farinha favorita, mesmo tendo a mandioca:

“Pra mim é melhor que a [farinha] da mandioca, ela [a farinha de macaxeira] é muito mais sadia... Porque na minha época que eu fui criado, isso aí se plantava uns pés perto de casa pra se comer cozido, com café de manhã, como batata, cará, uma coisa assim, o resto era só mandioca brava, na época do meu pai, né...era só mandioca. Aqui quando eu descobri isso, que eu queimei a roça o mato estava crescendo não tinha mandioca e apareceu a macaxeira, digo vou plantar a macaxeira e até hoje está macaxeira, eu tenho mandioca aí, mas é algum pé, o resto é só macaxeira [...] eu acho muito melhor que a farinha de mandioca.”

Sr. Nelson comenta:

“Nós como ribeirinhos, vamos logo te passar a receita, desde já, que pra quem sofre problema de gastrite ela não prejudica... ela é sadia. O que prejudica é o azedume, a mandioca tem um azedume, que quem tem o problema de estômago não pode comer que vem logo uma azia, essa daí não.”

Segundo Sr. Turú a farinha da macaxeira é chamada de mandioca lavada. Além da macaxeira não ser venenosa, é mais saudável devido à forma de preparo: “Ela é uma farinha que não dá azia nem nada, é uma farinha sadia, porque ela é lavada, né... não é que nem a mandioca que você joga dentro d’água e tira ela com todo aquele fortum, imprensa ela, coloca na peneira, você vai torrar” [...].

Até no campo feito em 2019, era comum relatos dos ribeirinhos sobre as plantas cultivadas que não são mais encontradas nessa região do beiradão. Silva (2017) revelou que houve uma redução de 44% da quantidade de plantas usadas pelas famílias em comparação ao período anterior à barragem.

Em vista disso, o contexto de construção do novo território exigiu uma forte reação para recomposição dos agroecossistemas, isto é, as famílias investiram intensamente na recomposição das suas coleções de plantas para os sítios e roças. Para tanto, adotaram

⁶¹Termo utilizado no local referente ao tempo que durava.

⁶²Macaxeira que também é conhecida por mandioca mansa que se diferencia da mandioca brava pela ausência de substâncias tóxicas, presente na mandioca que a torna venenosa.

diversas estratégias. A primeira estratégia começou até antes da conquista do território, pois os quintais das casas da cidade serviram como um banco de sementes.

As famílias entrevistadas no Palhal não conseguiram levar mudas ou plantas no momento do deslocamento compulsório. As que tiveram oportunidade levaram as galinhas e patos ou madeira da casa, sendo que a maioria teve que levar a mudança por conta própria, precisando levar os itens essenciais naquele momento. Silva (2017) identificou 37 famílias que levaram plantas, mudas, frutos e sementes para a nova moradia, entre as principais:

Macaxeira (*Manihot* sp.), capim santo (*Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf), chicória (*Eryngium foetidum* L.), manga (*Mangifera indica* L.), cebola (*Allium fistulosum* L.), laranja (*Citrus x aurantium* L.), mamão (*Carica papaya* L.), pimenta malagueta (*Capsicum frutescens* L.) e coco da praia (*Cocos nucifera* L.) (SILVA, 2017, p.42).

Isto demonstra que nem tudo foi perdido e revela as formas de salvaguarda das plantas cultivadas. Durante as entrevistas que realizei para o relatório da SBPC, em muitas casas da cidade que visitei havia diversas plantas cultivadas nos quintais: ornamentais, medicinais, alimentícias, como hortaliças, macaxeira, banana, quiabo, maxixe, entre tantas outras (principalmente as casas nos RUC's).

Essas plantas eram cultivadas basicamente para alimentação da família, assim como as galinhas e patos. Algumas pessoas já plantavam pensando em guardar sementes e mudas para quando recebesse a terra no reservatório e como não sabiam quando seria esse dia, cultivavam sementes nos pequenos espaços do quintal para não perder. Assim foram começando o processo de recomposição de suas coleções e acionavam sua rede de relações urbana para conseguir mudas e sementes.

No Palhal, apenas duas famílias estão reassentadas em uma área onde existia um sítio antigo, de moradores de antes da barragem. Nesse lugar existem árvores frutíferas produzindo, como manga (*Mangifera indica* L.), ingá (*Inga edulis* Mart.), laranjeira (*Citrus x aurantium* L.), limoeiro (*Citrus x limon* (L.) Osbeck), além das espécies nativas, mas não havia mandioca, macaxeira ou qualquer outra espécie de pequeno porte importante para a vida no *território ribeirinho*. As que existiam foram todas destruídas.

As frutíferas do entorno da casa são importante fonte de alimento para as famílias e foram o motivo pelo qual ambas as famílias (de pessoas idosas) escolhessem os velhos sítios. Caso fosse um lugar distinto, as famílias teriam que plantar e esperar crescer para poder consumir as frutas, o que poderia levar alguns anos. As outras pessoas receberam os seus *pontos* em áreas de pasto antigo, de capoeira.

A recomposição das coleções de plantas também acontece através das trocas, pedindo, doando. A troca interna é muito visível, pois sempre tem algum vizinho(a) ou parente perguntando ou pedindo uma planta, sementes, estacas ou mudas. A voadeira da D. Joana, por exemplo, voltava para casa quase sempre cheia de mudas de plantas, conforme pode ser observado na Figura 24.

Figura 24 - Coleção de plantas cultivadas e transporte de mudas no *território ribeirinho*



Fonte: Denise Graça, novembro de 2019 e fevereiro 2018.

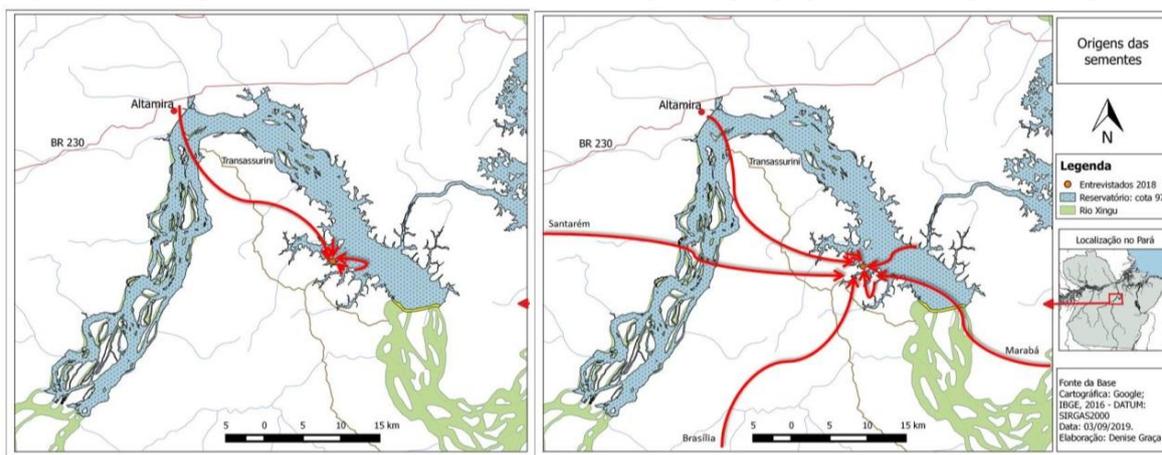
Nota-se, então, que os ribeirinhos, usam suas redes de relações para obterem as mudas. Foi possível observar, ademais, que as trocas eram realizadas entre familiares e com novos vizinhos, mas principalmente com os antigos vizinhos, devido a maior liberdade para pedir ou levar uma planta.

As redes de relações externas também foram usadas. Existem famílias em que a rede de troca de semente é mais local, principalmente por meio de familiares e vizinhos do reservatório (novos e antigos) e da cidade, no entanto, em outras famílias a rede de troca pode ter alcances maiores, como mostra a Figura 25. A exemplo de famílias que trouxeram semente/estaca de mandioca e macaxeira do Assurini e até de lugares mais distantes, como Medicilândia, Marabá, Santarém, Brasília, por meio de redes de relações estabelecidas através das reuniões do Conselho Ribeirinho, mas também por meio de parentes que viajam e trazem.

As espécies obtidas nem sempre eram conhecidas pelos ribeirinhos, essas novas espécies são recebidas de forma positiva, mesmo não sabendo o nome, e muitas vezes a forma

de uso adequado, no caso para alimentação ou remédios. Nesse contexto, as famílias vão conhecendo as novas espécies na prática e experimentado as melhores formas de cultivo e consumo.

Figura 25 - Origem das sementes, mudas e outras partes propagativas de espécies vegetais.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

A importância das redes sociais para troca de germoplasma vegetal e para a diversidade de plantas cultivadas não é um caso específico destes ribeirinhos(as) que perderam grande parte de seus bancos de germoplasma. Segundo Emperaire (2006), esse tema já foi objeto de outros estudos, principalmente referentes à mandioca, visto como estratégia de conservação dos recursos. Neste caso das famílias do *território ribeirinho* é interessante observar a amplitude das redes ativadas para a recomposição das coleções de plantas.

Outra forma de recomposição da coleção de plantas foi adquirindo frutas e tirando as sementes para a produção de mudas ou comprando a própria muda, fato que antes não acontecia com frequência. A empresa responsável pela prestação de assistência técnica (equilíbrio desenvolvimento ambiental, empresa terceirizada da Nesa) forneceu semente de milho híbrido, cacau e açaí.

As coleções de plantas não se resumem a espécies domesticadas, mas também incluem plantas silvestres, principalmente orquídeas e bromélias que são coletadas nas matas da região atingida. Até em copas de árvores secas no meio do reservatório presenciei coleta, bem como de espécies de frutinhas do beiradão que são coletadas na região abaixo da barragem por algumas famílias que vão pescar por ali.

5.4 Terreiro, sítio e roça

O início da construção dos espaços de vida e trabalho mostram a territorialidade e as dificuldades encontradas para a recomposição do modo de vida às margens do reservatório, seja pela modificação do ambiente, seja pelas novas regras (imposições) das áreas de APP.

No final de 2016, quando a maioria das famílias ribeirinhas chegou ao Palhal, a primeira ação feita foi a limpeza da área onde seria levantado o barraco de lona ou de palha para a moradia da família, equivalente ao que eles chamam de “abrir o lugar”. Vale ressaltar que apenas uma pessoa relatou que a Nesa fez a limpeza do local da casa; todas as outras o fizeram por conta própria, cortando a juquirá (mata secundária em fase sucessional que antecede a capoeira), retirando as árvores e galhos secos.

Naquele momento o preparo das áreas para plantio do sítio e roça era importante para “não perder o ano”, pois passando o período de chuva eles teriam de esperar aproximadamente um ano para plantar a roça e isto significaria um ano sem produção de roça, levando-os a comprar tudo na cidade.

De início, a empresa não estabeleceu nenhuma regra de uso do espaço referente à APP. Por conseguinte, as famílias tiveram liberdade de ocupar de forma tradicional, compondo seus espaços de vida baseados em suas mobilidades pelo território, fazendo porto e espaço da casa, terreiro, sítio e roça. Posteriormente, porém, as regras foram aparecendo, como veremos neste tópico.

O terreiro é referente à parte que geralmente é mantida sempre capinada e até varrida para afastar cobras e insetos do espaço familiar. Neste espaço é possível também encontrar algumas plantas ornamentais e o canteiro suspenso, com plantas condimentares e/ou medicinais, características comuns nas casas visitadas.

Já o sítio é um tipo de agroecossistema comum no beiradão do Xingu, assim como em outras comunidades ribeirinhas na Amazônia (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007). O sítio é a composição de árvores frutíferas, florestais, plantas medicinais, ornamentais e criação de animais de pequeno porte, principalmente galinha e patos, que fica próximo à casa. Antes da barragem, mesmo as famílias que moravam em ilhas baixas, que alagavam todos os anos e por isso não faziam roça, mantinham o sítio, pois a cheia sazonal do rio não afetava as árvores do sítio.

Existem diversas formas de formação dos sítios. De maneira geral, uma forma bem comum relatada pelos ribeirinhos era limpar a área e aos poucos ir incorporando as espécies. Outra forma comum é o plantio de milho, macaxeira e mandioca em toda área aberta e aos

poucos fazer a incorporação de espécies, como jerimum, quiabo, banana, mamão, cacau, limão, laranja, goiaba cupuaçu, abacate, manga, ameixa, entre outras⁶³.

Conforme as espécies anuais fossem sendo colhidas, o sítio seria gradativamente formado. Essa estratégia garantia alimentos das espécies sazonais e anuais. Além de outros serviços ambientais ao longo do tempo, as árvores, por exemplo, “podem melhorar as propriedades físicas do solo, sendo a estrutura mais importante. A estrutura é melhorada com o aumento no teor de matéria orgânica (folhas e raízes) e pela ação descompactante das raízes das árvores e da atividade microbiana” (FARRELL; ALTIERI, 2012, p. 286). Vale ressaltar que apesar dos sítios apresentarem grande diversidade de espécies frutíferas, boa parte ainda não teve produção.

A Figura 26 exhibe o início da ocupação de um grupo doméstico, onde a armação da casa está praticamente dentro do sítio/roça, aproveitando todos os espaços possíveis. Esse registro foi feito em fevereiro de 2018, época em que a família estava vivendo no *ponto* de dos pais. Quando foi reconhecida, tendo o direito a um *ponto* de ocupação, logo o casal começou a plantar para não perder o período das chuvas. Entretanto, posteriormente a Nesa mandou queimar a armação da casa até que o *ponto* fosse entregue e a documentação fosse assinada oficialmente.

Figura 26 - Lugar da casa e a implantação da roça/ sítio - reservatório de Belo Monte



Fonte: Denise Graça. Trabalho de campo, fevereiro de 2018.

⁶³Para servir de exemplo, citei as espécies plantadas por uma família no primeiro momento no *território ribeirinho*.

Como podemos observar, nos agroecossistemas ribeirinhos é comum o cultivo de espécies de frutíferas exóticas. Contudo, sem levar em consideração esse modo de vida tradicional, o Ibama fez uma vistoria nas áreas ribeirinhas e em relatório (nº 6/2019-COHID/CGTEF/DILIC) ressaltou essa “ampla presença de espécies arbóreas frutíferas exóticas como a mangueira, o mamoeiro e cítricos, como limoeiro e a laranjeira” (PARECER TÉCNICO, 2019, p. 19). Baseando-se na resolução Conama nº 369 de 28/03/2006, em que áreas de APP não podem ser recuperadas por espécies exóticas recomendou o seguinte:

Em todos os casos, o relatório recomenda sua remoção “inclusive retirando o tronco e as raízes, quando possível” de todas as espécies exóticas dentro da APP, com “permissão de plantio dentro da APP apenas de espécies anuais de ciclo curto tais como: milho, arroz, feijão, mandioca; etc., não sendo permitido o plantio de espécies exóticas tais como: banana, abacaxi, manga, laranja, limão, mexerica, etc.” (PARECER TÉCNICO, 2019, p.19).

Em resposta a esse relatório o grupo de trabalho interdisciplinar de pesquisadores(as) estudiosos(as) dos impactos do CHE Belo Monte⁶⁴ elaborou um parecer técnico em agosto de 2019, no qual expôs que diante dos objetivos do *território ribeirinho*, que é de “promover a manutenção e recomposição do modo de vida ribeirinho”, faz-se necessário seguir algumas recomendações, entre as quais a questão das plantas exóticas:

Devem ser admitidas espécies frutíferas, nativas e exóticas, respeitando o sistema de cultivo tradicional e consolidado dos ribeirinhos, sem restrição rígida de números de plantas, em escala compatível com a preservação da biodiversidade, buscando ajustes e regras consensualizadas e pactuadas entre os atores envolvidos.

Ainda sobre os sítios, foi possível observar que existe toda uma lógica em sua formação. Segundo Santonieri (2018), embora a literatura agrônômica use massivamente os termos inconscientes e aleatórios ao se referir às formas de seleção e melhoramento das plantas, as comunidades tradicionais possuem formas próprias de classificação, seleção e constituição de coleção de plantas, que demonstram critérios definidos, que não se reduzem à utilidade. Nesse contexto, as tomadas de decisão para o uso do espaço também não são aleatórias, são baseadas nos conhecimentos tradicionais sobre o seu ambiente:

Conhecimento este que orienta as tomadas de decisões sobre o uso dos lugares, e que está interligado como os saberes das dinâmicas temporais em seus aspectos climáticos, estacionais, astronômicos e biológicos, podendo ser tão ou mais práticos

⁶⁴ Ana Alves De Francesco – UNICAMP; Flávia Lucas – UEPA; Cristina Adams – USP; Geysiane Silva – UFPA/MPEG; Manuela Carneiro da Cunha – USP/SBPC; Mauro Willian Barborsa de Almeida – UNICAMP; Ricardo R. Rodrigues – USP; Rodolfo Salm – UFPA; Sônia Magalhães – UFPA; Vinicius Honorato – UFOPA; Willian Balée – Tulane University.

e detalhados quanto os conhecimentos científicos sobre o ambiente produzidos, (CARDOSO, 2018, p. 81).

Nesse aspecto, observou-se que existem fatores que são importantes na decisão de onde serão plantadas cada muda ou semente. O sentido do vento é um desses fatores utilizados no contexto pós-barragem. Depois da formação do reservatório, em alguns lugares do Palhal passou a ventar forte com bastante frequência. Dessa forma, Sr. Manoel e D. Maria plantaram poucas árvores de grande porte no entorno da casa. Uns pés de manga e jaca tiveram a preocupação de colocar em uma posição específica, de acordo com o sentido do vento, para que não houvesse risco de queda de nenhuma árvore grande para cima da casa.

Já o Sr. Lindolfo também se preocupou com o vento e assim decidiu cortar a gema apical (parte responsável pelo crescimento vertical) das sumaúmas do sítio. O corte impede que as árvores cresçam muito altas, mas continua crescendo em diâmetro, pois possuem dupla função no local: servem como quebra vento e impede que o barranco se quebre com o banzeiro.

Como se vê, o sítio ganhou novas funções no contexto pós-barragem. Além da contenção de barranco e quebra vento, outra forma de compor os novos sítios é com plantas nativas que existam na beira do lago, principalmente as que dispersam sementes e servem para a alimentação dos peixes, como a seringa. Os ribeirinhos acreditam que a ausência dos peixes tem relação com a morte de frutinhas de beira de praia e sarobais.

As plantas ornamentais geralmente são colocadas na frente da casa para embelezamento, assim como as plantas que servem para proteção como a espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata* Hort ex Pain.), mas existem aquelas com um arranjo específico, como o tajá (*Caladium sp*):

Isso é da minha bisavó, que ela era cheia do telecuzeiro, que se você banhar ele [tajá] com lavagem de carne fresca três sexta feira santa, aí tem uma data que ele vira o maracajá [...] minha bisavó que contava que minha tataravó tinha contado pra ela, que se o cara viesse com uma raiva danada dela, quando chegava perto ‘ê Dona Rita, como vai a senhora, rapaz?’ amansa. Ela era desse tipo, mas eu acho que eu não aprendi (risos). Mas eu plantei o tajá, um bem ali e dois ali na frente. [...] É a proteção da casa, se você puder plantar dois pé, assim: um num canto e outro no outro e um no nascente do sol, no caso um aqui e dois na frente da casa, está protegido a casa inteira. Só tivemos problemas com roubo uma vez, que levaram algumas galinhas e o pato, mas dentro da casa não entraram (Ramiro).

Depois da queda da atividade da pesca, as famílias têm visto a produção dos sítios e roça como uma forma de geração de renda. Inclusive, não é só a renda, o sítio apresenta diversas finalidades para as famílias, como D. Francinete comenta, quando perguntado sobre a finalidade do sítio:

“Fazer sombra, a função nem é tanto alimentação é para ter um lugar arejado⁶⁵, é um lugarzinho pra não ter desmatamento. Eu fiz o desmatamento, mas plantei outras coisas que vai servir para alimentação e ao mesmo tempo para natureza, porque vai ficar a árvore lá, não vai ficar um lugar limpo, um pé de ameixa, manga é para o resto da vida ali. Tirei aquele que não servia pra nada, coloquei outra no lugar que fica.”

Assim, apesar de ter diversas frutíferas, a finalidade principal nesse caso nem é a alimentação, mas sim criar um espaço agradável para a família e todos os benefícios gerados. Cada grupo doméstico tem objetivos próprios para o sítio. Por exemplo, existem famílias (duas entrevistadas) que antes da barragem a principal fonte de renda vinha das frutas do sítio; hoje plantam visando à possibilidade de no futuro retomar essa atividade.

A D. Francinete enfatiza a questão do desmatamento na fala acima devido à forte fiscalização da Nesa para evitar desmatamento na APP. Isso gera uma indignação, pois a construção de Belo Monte devastou grandes áreas de mata, que os ribeirinhos conservavam há anos.

No primeiro momento, antes do projeto para a criação do *território ribeirinho*, a Nesa estava recomendando, segundo os entrevistados, o tamanho da roça até três linhas (correspondente ao tamanho menor que um hectare, isto é, 0,9ha) para cada *ponto* de ocupação, de preferência sendo plantado nas áreas já abertas, ou seja, não pode desmatar mais para colocar roça. As áreas de roça, aliás, devem também ser usadas em um período mínimo de cinco anos.

No projeto para o *território ribeirinho*, a área denominada de complexo domiciliar (que corresponde à área de moradia e área de subsistência, que é horta, sítio, terreiro) terá 5 linhas (1,25ha) para *pontos* que estejam em áreas de APP estreita (100m do reservatório) e intermediária (100 a 500m) e 9 linhas (2,25ha) para *pontos* que estejam em APP larga (mais de 500m) (NESA, 2019).

⁶⁵“Microclima – as árvores reduzem as oscilações de temperatura, em comparação com as áreas a pleno sol, resultando em máximas mais baixas e mínimas mais altas sob as copas. A taxa de evaporação é reduzida devido às copas das árvores, que proporcionam temperaturas mais baixas e uma menor movimentação do ar. Comparando-se com áreas a pleno sol também pode-se encontrar maior umidade relativa sob as árvores” (FARRELL; ALTIERI, 2012, p. 288).

As áreas de roça foram uma questão sensível no projeto para o *território ribeirinho* por se tratar de APP do reservatório, tendo sido acordado que as áreas agricultáveis ficassem fora da APP. Dessa forma, algumas famílias precisam percorrer até 2km para chegar às suas áreas de roça; algumas famílias até cogitam a possibilidade de fazer outra casa nesse lugar, pela dificuldade de ir e voltar no mesmo dia.

Enquanto o projeto ribeirinho não é executado as famílias precisam lidar com a limitação das áreas para a produção das roças. Em lugares onde as áreas disponíveis para o plantio são menores, uma família adotou a estratégia de plantar primeiro só o milho e esperar colher para poder plantar a mandioca e macaxeira, pois como o espaço é pequeno, quando se planta o milho junto com a macaxeira foi observado que fica muito adensado e compromete a produção⁶⁶.

Outras famílias, em contrapartida, adoraram a estratégia de colher a mandioca e macaxeira e no mesmo momento plantar novamente manivas no mesmo lugar, pois como existem outras espécies frutíferas não seria possível colher e fazer a coivara para plantar novamente. Essa estratégia era também usada nas ilhas onde havia pequenas áreas de cultivo agrícola, antes da barragem.

A morosidade na concretização do projeto e de toda a assistência para manutenção causa desânimo em alguns ribeirinhos. Isso pode ser observado pela demora do kit. As roças estão cheias de mandioca e macaxeira a ponto de colher, mas não havia forno para fazer farinha. Somente em novembro de 2019 as famílias receberam o material para construção.

“Isso aqui, senhora, quando nós morava aqui antes da barragem chegar, você via pescador passava, virando a noite pescando, os vizinhos vinham por aqui pesca, agora acabou, pessoal estão abandonado as casa tudo, porque eles não ajudam... Promessa não ajuda ninguém não, prometeram os fornos está com dois anos[...] as mandioca estão dando pelo menos para os peixes comer, eu mesmo joguei um bocado de macaxeira pro rio” (Sr. Paraíba).

Diante da demora, dois grupos domésticos se adiantaram e produziram os formos de barril de ferro para fazer farinha. Mas, além disso, existe a dificuldade de escoar a produção agrícola.

Por outro lado, o reservatório é um ecossistema instável, ainda em processo de formação, como consta no parecer técnico (2019). Os animais sentiram a perda das matas que era fonte de alimentação e a mudança de habitat, uma vez que houve a soltura de animais das

⁶⁶ Altieri (2004, p. 32) diz que “através do plantio intercalado, os agricultores beneficiam-se da capacidade dos sistemas de cultivo de reutilizar seus próprios estoques de nutriente”.

ilhas alagadas para a terra firme, levando-os a atacar as roças dos ribeirinhos em busca de alimento:

“O macaco vinha buscar milho na base de um metro longe dessa janela aí, de dia era macaco e a noite era a capivara, eu tô lascado [...] Eu vi capivara deitada bem aqui da janela, capivara está bem deitada comendo milho, era muito cara de pau [...] às vezes eu dava um grito com ele e saía correndo, capivara é um bicho muito sem vergonha...[...]. Macaco chegou e ficou em pezinho, vou olhar se tem alguém, aí olhou, tinha uma espiga seca, né... ele pegou a espiga, ele quebra mais rápido que nós, guardou duas espigas, eu disse não, deixa ele levar, tá com fome. Nessa brincadeira macaco comeu mais [milho] do que eu” (Sr. Manoel).

Outra questão sempre levantada sobre as áreas de roça é referente ao uso de fogo. No projeto ribeirinho, ficou acordado o seguinte:

- No uso do fogo na Área de Subsistência, o ribeirinho deverá, além da obtenção de autorização do órgão ambiental competente e sem prejuízo do cumprimento das condicionantes e/ou recomendações nela porventura estabelecidas, utilizar técnicas de bom uso do fogo, definidas na Lei nº 12.651/ 2012 e na Instrução Normativa no. 51 SEMAS/PA, assim como o disposto nos itens e parágrafos abaixo:
- Fazer aceiro de 03 (três) a 04 (quatro) metros de largura ao redor da área a ser queimada;
- Esperar 01 (uma) ou 02 (duas) chuvas fortes para colocar fogo;
- Evitar colocar fogo quando o vento estiver na direção da floresta;
- Avisar os vizinhos mais próximos com antecedência, quando for utilizar o fogo;
- Apagar as fogueiras feitas na beira do rio (por exemplo: para assar peixe);
- Evitar derrubar árvores para fora da área de roçado, para não criar balseiro (entulho) na beira da floresta;
- Devem ser tomadas as providências necessárias para garantir o uso controlado do fogo, evitando a invasão de áreas de proteção ambiental, produção agroflorestal e extrativista.

5.5 As casas ribeirinhas na construção do novo território

A construção do novo território também pode ser observada a partir das casas, que são um elemento central desta organização sócioespacial. A morosidade da entrega do kit moradia, o reaproveitamento de materiais locais, condições socioeconômicas e o ciclo de vida do grupo doméstico são aspectos importantes na composição destas moradias.

A trajetória das estruturas de moradia é mostrada em diferentes momentos. Logo na chegada é feita uma estrutura simples, coberta de lona, como a estrutura do rancho de pesca, que está na Figura 27 (A). Depois é feita a estrutura do que estou chamando de casa provisória ou barraco de lona ou palha, mostrada na Figura 27 (B), que é uma estrutura maior que dá mais conforto para as famílias enquanto esperavam o kit moradia. Este kit é o material de construção fornecido pela Nesa. Posteriormente é feita a casa definitiva, mostrada na

Figura 27 (C), com todas as variações, de acordo com a capacidade econômica e social do grupo doméstico ou da família.

Figura 27 - A) Rancho de pesca, novembro de 2016; B) Casa provisória, novembro de 2016 e C) Casa definitiva, fevereiro de 2018⁶⁷.



Fonte: Denise Graça. Trabalho de campo 2016 (A e B) e 2019 (C).

Como dito, o primeiro ato ao chegar ao *ponto* é limpar um espaço e instalar uma barraca de lona ou palha para abrigar a família. A princípio, o lugar da casa foi estabelecido pela empresa, onde indicava o marco central do terreno de cada ribeirinho, sendo que a partir dela devia-se contar 250m para cada lado e 250m de fundo, em formato de meia lua. Porém, nesse momento as famílias puderam conhecer efetivamente a sua área e de acordo com as condições decidiam onde seria a frente da casa definitiva e o porto. Assim, logo teve família que pediu para mudar de *ponto* devido ao terreno ter muitas pedras.

⁶⁷ Vale ressaltar que essas casas não correspondem a uma família, são apenas representações desse processo.

Em certos lugares a recomendação da Nesa foi para fazer a casa em lugares mais altos. Como no caso do Sr. Manuel Manduca, a recomendação foi para fazer a casa a uma distância de 85m da beira do rio, mas ele não aceitou, pois “até pra buscar água é ruim de mais, muito longe... [...] longe do vizinho”. Atualmente a casa está a 35m da beira e fez a casa alta para a água não atingir.

O kit moradia foi uma recomendação do Ibama visando recomposição do modo de vida ribeirinho, com base na premissa fundamental PBA (IBAMA, 2016c). Esse kit era composto basicamente pelo material para a construção da casa. Além disso, referido órgão recomendou uma verba destinada para construção da casa no valor R\$ 5.400, em seis parcelas. Além do auxílio transição no valor R\$900,00.

Esse kit foi entregue de forma parcelada, assim era entregue a primeira parte, correspondendo à fundação e assoalho, e a segunda parte só era entregue se estivesse concluída a primeira. Dessa forma, teve alguns casos em que foi colocado assoalho e até a chegar o telhado, o assoalho de madeira já havia pegado chuva e sol, exposto à degradação.

Então as famílias foram construindo à medida que o material ia sendo fornecido. No geral, o material começou a chegar no mês de novembro de 2016 de forma parcelada. Primeiro chegou a madeira para o assoalho, no outro mês a madeira da parede e por último, já em março 2017, chegou a parte de cima, caibro, travessa, ripas e as telhas.

Houve famílias que receberam a primeira parcela logo que chegaram ao *ponto*, outras tiveram de esperar, como a família do Sr. Paraíba, só recebeu o material da casa depois de dois anos no *território ribeirinho*. Porém, ele e filho não ficaram esperando, construíram uma casa com a madeira de demolição das casas desapropriadas do baixão de Altamira. Eles levaram o material de barco fretado, a outra parte foi madeira encontrada no reservatório, telhas foram compradas e o piso foi feito de chão batido.

D. Joana e Sr. Lindolfo montaram a estrutura da casa e enquanto esperavam o telhado, usaram as tábuas do assoalho para fazer uma cobertura da casa, com uma lona por cima. Mesmo depois que o telhado chegou, as tábuas não foram retiradas, ficaram servindo como um forro, conforme observado na Figura 28 (A), que servia para reforçar a segurança, impedindo entrada indevida pelo telhado, já que no reservatório existem muitas ocorrências de furtos.

A madeira fornecida para fazer a fundação, geralmente de castanheira, não era considerada adequada pelos ribeirinhos. Logo, houve família que utilizou esteios de acapu, considerada mais adequada, como conta um casal:

“Eu não quis colocar [a madeira fornecida pela Nesa], porque daqui uns dias não presta mais, tá podre. Tem muitas casas boas, mas tem muita casa que foi feita que já tá podre [...] eu tive pensando quero fazer uma coisa que dure pra sempre, pra enquanto eu tiver vivo..”(Sr. Lindolfo), ir trocando alguma coisa, uma tábuas, pouco serviços, mas os esteios não precisar trocar” (D. Joana).

A área das margens que estava abaixo da cota 97, sofreu supressão vegetal, mas a madeira derrubada não teve uma destinação adequada⁶⁸ e até hoje está exposta à deterioração nas margens e até dentro da água do reservatório. No geral, foi fornecida madeira de pequi e castanheira. O pequi é mais resistente para “colocar no chão” (fazer a fundação), mas a castanheira só serve para fazer a parte de cima (parede), “para o chão ela não atura”, comenta Sr. Lindolfo.

Assim sendo, teve família que preferiu usar a madeira de supressão que ficou abandonada. Após chegarem à terra, pegaram o acapu já caído. Nesse tempo ainda não existia a proibição da Nesa.

A maior parte dos esteios foi tirada na região do reservatório, em pasto antigo. Alguns esteios da casa ainda apresentam as marcas de fogo, usado pelos antigos donos (fazendeiros ou colonos) para abrir pasto. O esteio utilizado na estrutura era de acapu, mostrado na Figura 28 (B).

⁶⁸ “O programa de supressão vegetal da Usina hidrelétrica de Belo Monte teve início após a emissão da Licença de Instalação, no ano de 2011.[...] Tentativas de comercialização para serrarias, por meio de leilão e mesmo doação da madeiras não obtiveram sucesso. Os principais entraves 2 mencionados pelo empreendedor e reiterados pelo IBAMA dizem respeito à fragilidade da cadeia madeireira regional – serrarias sem documentação adequada, mercado incipiente e forte presença de madeira ilegal – em conjunto com entraves regulatórios relativos à circulação do produto. O aproveitamento interno à obra no caso Belo Monte foi a alternativa que prevaleceu.” (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, 2016).

Figura 28 - A) Telhado de tábua. B) Esteio de Acapu com marcas de fogo tirado na região reservatório.



Fonte: Denise Graça - Trabalho de campo, 2019

Antes da barragem, muitas casas da família possuíam o piso de barro e usavam assoalho apenas nas grandes cheias do rio quando a ilha ficava submersa, mas logo quando a água baixava o assoalho era desfeito. Então, mesmo com madeira disponível para fazer o assoalho, a preferência foi fazê-lo com barro.

Contudo, como as ilhas onde existia argila foram submersas, Sr. Lindolfo utilizou os “mundurus de barro⁶⁹”, escavados durante construção da barragem para fazer estrada. Este não é o barro adequado, pois se desmancha. Por isso pretendem fazer um piso de cimento.

Algumas pessoas que seguiram as recomendações e colocaram o assoalho para poder receber a segunda parte do material se arrependem, principalmente pessoas idosas devido à questão de acessibilidades, frente a suas dificuldades de mobilidade.

A casa já mostrada na Figura 27 (C) (chamada de casa definitiva) exhibe um modelo de casa comum, geralmente, para os grupos domésticos maiores e em idade adulta (entre 45 a 59 anos). Essas casas apresentam um padrão diferente das casas mais tradicionais. Agora algumas apresentam cobertura de quatro águas em telhas de amianto, que são telhados com formato de quatro caimentos, ou de duas águas, com varandas em volta da casa e até

⁶⁹ Amontoado de barro constituído do “bota-fora” da construção da estrada

banheiros dentro de casa. Vale ressaltar que a construção da casa foi de responsabilidade total de cada ribeirinho.

No modelo das casas, conforme mostra a Figura 29, observam-se diferenças entre aquelas em que vive a família e outras onde vive só o homem e o restante do grupo doméstico fica na casa da cidade, geralmente para os(as) filhos(as) estudarem. Esse padrão de casa é mais simples, de duas águas, sem varandas, com banheiro dentro. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a moradia pode influenciar no processo de envelhecimento. Em áreas da zona rural “pessoas idosas que moram em ambientes ou áreas de risco com múltiplas barreiras físicas saem, provavelmente, com menos frequência, e, por isto, estão mais propensas ao isolamento, depressão, menor preparo físico e mais problemas de mobilidade (OMS, 2005, p. 27). No Palhal, um casal de idosos com quem conversei durante a pesquisa exploratória, morava em uma área de forte declividade e necessitava carregar água para os afazeres domésticos. Depois fui informada que eles foram morar na cidade devido à doença do idoso.

Figura 29 - Outro padrão de casa no Palhal



Fonte: Denise Graça – Novembro, 2019.

Por conta da acentuada declividade do terreno, Sr. Caramuru (66 anos) sofre com problema no joelho e pediu para trocar de *ponto*. Além disso, a casa de assoalho alto não permite uma acessibilidade adequada para ele e assim ele planeja, quando for para o próximo *ponto*, colocar o piso de chão batido.

O vento e o banzeiro foram elementos importantes na definição do posicionamento da casa definitiva. No geral, as casas estão posicionadas com frente para a beira do reservatório onde não apresenta fortes banzeiros. Porém existem exceções, como a de Sr. João, que vive em uma ilha nova e definiu a frente da casa a partir do porto que era usado antes da barragem. No entanto, depois ele percebeu que agora não era um bom porto, pois os fortes banzeiros alagam a canoa. Dessa forma, ele abriu outro, do outro lado da ilha, onde há uma ressaca (curva) que protege o porto dos banzeiros. Portanto, a casa ficou mais distante do porto e com a frente para o lado oposto a este.

Em geral, as casas foram construídas com os materiais fornecidos pela Nesa, mas também alguns grupos domésticos as complementaram com alguns materiais tirados da mata e também comprados na cidade. A maioria dos entrevistados já havia construído muitas casas ao longo da vida. Existia, então, uma experiência. Mesmo recebendo uma quantia em dinheiro para pagar a mão de obra, a maioria a construiu por conta própria.

As varandas, no geral, foram construídas com recursos próprios. Antes da barragem as casas não tinham varanda. Mas, agora, em *pontos* que ficaram em áreas de pastos ou estradas, onde o sol atinge diretamente a casa, a temperatura é elevada, assim a varanda se tornou uma necessidade para deixar um ambiente mais agradável enquanto as árvores do sítio crescem.

Mas além disso a varanda tem função de proteção contra degradação madeira da casa: “Olha nós vamos arrodar de varanda, porque com o passar do tempo, como a biqueira da casa é curta, vai caindo água e vai apodrecendo os pés das tábuas do lado [...]” (Sr. Lindolfo).

Diante a morosidade para a entrega dos *pontos*, algumas famílias decidiram tomar iniciativa de ocupar o lugar de forma independente. Os dois grupos domésticos entrevistados no Palhal que ocuparam de forma independente construíram suas casas majoritariamente com os recursos da mata e árvores caídas do reservatório, até mesmos os moveis são construídos com esses recursos locais. Uma dessas casas pode ser observada na Figura 30.

As famílias, todavia, esbarraram em diversas dificuldades. Uma delas foi a proibição de derrubada de árvores grandes mesmo já mortas que arriscam cair em cima da casa. Um ribeirinho relatou que não consegue viver em um local que não possa ficar olhando para o rio, o que o fez abrir uma pequena área na frente da casa para que tivesse vista para o reservatório;

isso, porém, gerou insegurança, porque devido à fiscalização tem medo de ser expulso do local.

Figura 30 - Família e casa provisória, Palhal.



Fonte: Denise Graça, novembro, 2019.

Diante da forma como foi conduzida a ocupação até o momento, a participação do Conselho Ribeirinho possibilitou que o projeto fosse reelaborado e agora as famílias realocadas terão direito ao seguinte tratamento:

Área de Ocupação (ponto de moradia):

- Demarcação com estaca do local exato da construção da moradia e respectivo georreferenciamento;
- Limpeza do terreno do local de construção da moradia;
- Sistema de captação de água e tratamento de esgoto em conformidade com as necessidades técnicas de manutenção da qualidade da água do reservatório e das condições sanitárias dos domicílios;
- Estrutura de acesso à margem do reservatório considerando, quando necessário, a implantação de trapiches de madeira para atracação de barcos e acesso ao ponto de moradia e a limpeza de paliteiros para os trechos necessários a navegação, e segurança dela, até o ponto de moradia;
- Kit moradia para casa de madeira com 63 m², material de montagem e acabamento, incluindo ferragem, aberturas, material hidráulico, louça sanitária e pia para cozinha, telhado de fibrocimento ou telha cerâmica, a ser entregue em uma única vez após a aprovação da mudança do ribeirão para a margem do rio; e
- Verba auxílio construção que consiste no valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) a ser entregue em 5 parcelas de R\$ 900,00 (novecentos reais) como forma de subsidiar o período de construção da moradia por parte dos ribeirinhos (os ribeirinhos solicitaram que fosse uma única parcela – a Norte Energia está avaliando internamente a possibilidade).

(NESA, 2019, p. 30)

5.6 Regras de uso dos espaços e recursos naturais.

A construção do novo espaço de vida e a conservação dos recursos no *território ribeirinho* vão além das regras estabelecidas pela Nesa e do código legal, pois os ribeirinhos usam suas próprias regras e valores estabelecidos historicamente, que podem ser atualizadas devido ao novo contexto para o controle dos recursos naturais e dos espaços de uso familiar e comum.

Diversos dados empíricos, de várias regiões do país, revelam que os conhecimentos tradicionais garantem o uso sustentável dos recursos naturais por muitos anos (Diegues, 2001). Dessa forma, é importante conhecer sobre as regras no contexto do antes da barragem, já que no *território ribeirinho* haverá áreas de uso coletivo e de conservação ambiental. Estas áreas serão “destinadas ao extrativismo vegetal sustentável, à manutenção de áreas florestais protegidas e faixas de terra que separam as áreas ribeirinhas do entorno de fazendas e outras atividades incompatíveis com o modo de vida ribeirinho, denominadas faixa de segurança” (NESA, 2019).

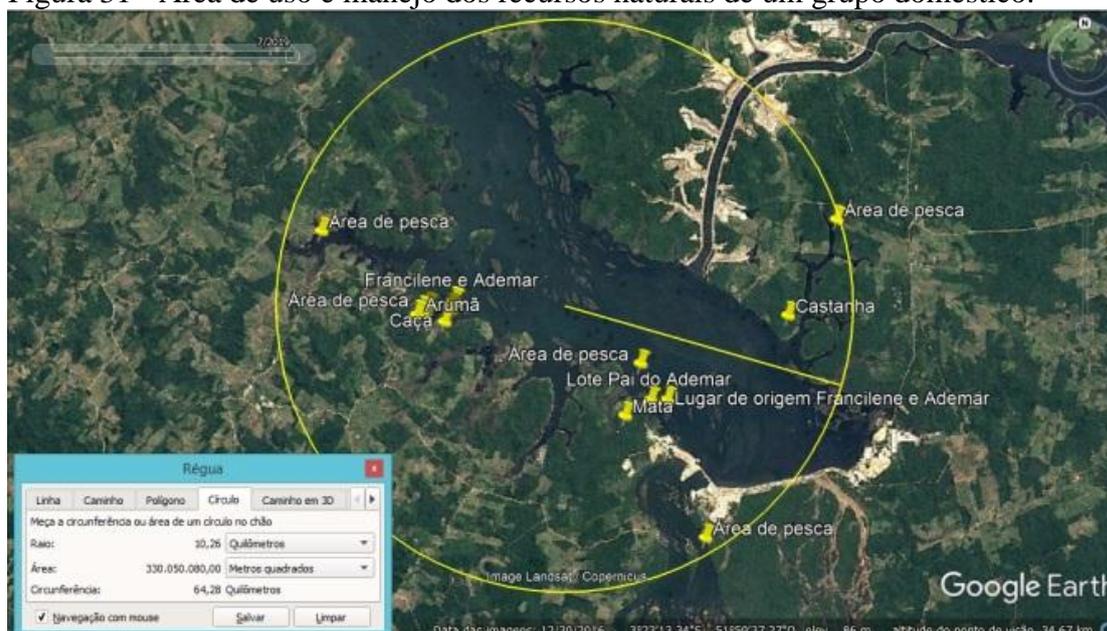
5.6.1 Floresta: relação social com base no uso dos recursos

Na estrutura econômica camponesa o uso dos recursos naturais está diretamente relacionado com a demanda e força de trabalho do grupo doméstico (CHAYANOV, 1981[1929]), assim a composição do grupo doméstico e ciclo de vida do grupo são determinantes para o uso dos recursos.

No entanto, vale observar que estamos falando de um ambiente devastado pelo alagamento e de relações sociais desarticuladas nesse início de recomposição da vida. Por isso o ambiente de abundância ficou no passado e atualmente os ribeirinhos precisam estudar novas áreas onde estão os recursos e usar de valores morais para o manejo adequado dos recursos naturais e restabelecer as relações sociais que davam base para o uso dos recursos.

A Figura 31, por exemplo, mostra a área de uso e manejo dos recursos naturais de um grupo doméstico que corresponde a um raio de 10,26 km, referente a um casal de 50 e 54 anos. Esse casal, D. Francilene e Sr. Ademar, morava na localidade Cana Verde, próximo à barragem do Pimental. Agora no *território ribeirinho* quando precisam de algum recurso da mata, frutas ou cipó, recorrem à mata no lugar de origem que não alagou e aos poucos eles estão estudando novas área de mata próximo à casa do Palhal.

Figura 31 - Área de uso e manejo dos recursos naturais de um grupo doméstico.



Fonte: Google Earth, modificado pela autora, 2019.

Outros grupos domésticos têm a área de uso menor, como Sr. Manduca e D. Maria, que fazem uso das áreas em um raio de 0,50 km a partir da casa. As famílias que antes da barragem moravam em localidades mais distantes não podem contar com as áreas de origem, dessa forma, precisam estudar as áreas para todos os recursos que precisar. Isso pode refletir no tamanho da área de uso.

Nestes primeiros anos no *território ribeirinho*, as memórias sobre o uso dos recursos dos lugares de origem e do território, anterior à construção da barragem, são recorrentes nas narrativas dos ribeirinhos, que sempre as comparam com condições ambientais pós-desastre.

Segundo Toledo e Barreira-Bassols (2015, p.18) “a memória permite que os indivíduos se lembrem de eventos do passado, ajuda a compreender o presente, fornece elementos para planejamento do futuro e serve para reconstruir eventos similares ocorridos anteriormente”; essa memória, que é individual e coletiva, serve até para os eventos imprevistos, improváveis ou surpreendentes.

Antes da barragem todas as terras ou lotes às margens do rio tinham donos e faziam parte do assentamento do Inca. Já com relação às ilhas, existiam aquelas com donos e outras sem ou só parcialmente, ou seja, era respeitada a área de uso da família. Ser dono da ilha não estava somente relacionado a quem possuía Taus, mas sim ao reconhecimento social de quem abriu o lugar ou pelo trabalho investido, como expõe Woortmann (2019) sobre os valores camponeses.

Em sistemas tradicionais “o uso dos espaços comuns coexistem com a apropriação individual da habitação e do quintal que lhe corresponde” (Diegues, 2002, p.407). Nessa região do Xingu, as ilhas que não tinham dono eram espaços de uso comum, as pessoas podiam livremente usar os recursos da mata, tirar palha, cipó ou até mesmo construir uma casa para morar. Além disso, havia casos de venda de terrenos também. Vale pontuar que existiam ilhas de apenas um dono ou de vários donos, em que cada um tinha sua parte definida, assim como tinha ilhas com uma parte com dono e outra livre.

Na ilha do Palhal, por exemplo, que era de grande extensão, havia uma parte que tinha dono e outra que era “livre”. Nesta ilha houve épocas de pertencimento a um único dono e também épocas em que era comum às pessoas usar os recursos livremente, como a palha para cobrir as casas.

As áreas de uso familiar são áreas em que se exige respeito e o uso dos recursos não é totalmente livre; sendo assim, os vizinhos e parentes necessitam de uma permissão do dono para uso de certos recursos. A esse respeito, Diegues (2002) mostra que os complexos sistemas tradicionais são baseados em um conjunto de regras e valores passados de geração em geração, a chamada de “lei do respeito”, em que a rede de relação social de reciprocidade, compadrio e parentesco são determinantes.

O pequi (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.) ou o uchi (*Sendopleura uchi* Huber), que eram recursos das áreas de mata de terra firme, para quem vivia nas ilhas, era mais difícil consumir. D. Joana comia quando chegava à casa de alguém que tinha e oferecia, mas não entrava na mata para pegar. “Ninguém invadia, todo mundo respeitava a terra dos outros”[...]. Deste modo, a reciprocidade possibilitava o consumo de certas frutas. “Muito difícil chegar no beiradão para não oferecer um café e o que tem, sempre dizia, não tem muita coisa mais tem isso e isso [...]. A manga nem carece nem pedir, a pessoa dá graças a Deus quando levava”, comenta D. Joana.

Sobre as regras de uso dos espaços e recursos pode ser tomada como exemplo a madeira. Para os ribeirinhos a madeira era considerada um recurso que precisava ser respeitada dentro dos limites da unidade familiar, onde a relação de reciprocidade era evidente.

O ato de permitir o vizinho tirar uma árvore para fazer uma canoa era comum. Nas ilhas mais baixas não havia árvores grandes e boas para fazer canoa. Dessa maneira, quem morava nessas ilhas pedia permissão para os vizinhos ou parentes da terra firme ou de ilhas altas para tirar a madeira de que necessitava. Assim, a pessoa que tinha o conhecimento e

habilidade para fazer a canoa tinha certa vantagem, pois às vezes a pessoa cortava uma árvore e fazia duas canoas, uma para si e outra para a pessoa que autorizou a tirada da madeira.

Esta se tratava, portanto, de uma regra aceita socialmente; mas existiam pessoas que a descumpriam. Um ribeirinho, por exemplo, relatou que permitia que a vizinhança tirasse palha, gongo, cupuaçu, castanha na ilha, sem problema algum. Sendo assim, as pessoas iam caçar na ilha e sempre deixavam uma parte para ele. Porém a madeira era proibida, ninguém podia derrubar sem autorização. Certa vez ele autorizou uma pessoa a derrubar uma árvore para fazer uma canoa e logo depois ele percebeu que não havia sido derrubada apenas uma árvore e sim um pé de cumaru e outro de cedro. Ele foi conversar com o responsável pelo ocorrido:

[O responsável]: “olha seu Paraíba eu vou tirar madeira lá na ilha hora que eu quiser. Eu disse [Sr. Paraíba]: lá na ilha você não tira mais, lá eu comprei e paguei você não tira um pau lá dentro, se você me pedir você corta, se você não me pedir e cortar na marra, vai perder seu tempo, que te meto na cadeia, primeiro que passar fiscalização do Ibama eu chamo, você vai parar na Sema e vai parar na delegacia, você não pode cortar... você achava bom se eu invadissem sua ilha, chegasse e cortasse os paus... Você não ia gostar, não faça isso não”.

Este relato demonstra a importância da definição das áreas de uso familiar, para o controle e regulação dos recursos mais relevantes para cada família e para garantir para as futuras gerações. Neste momento inicial no *território ribeirinho*, os ribeirinhos reconhecem as áreas de uso familiar, o espaço determinado inicialmente pela empresa, que é de 500m de beira do rio com 250m⁷⁰ de fundo, com formato de meia lua. Este espaço é chamado pela empresa de complexo domiciliar, que se refere à área de ocupação/moradia e subsistência.

As áreas de fora do limite familiar, por enquanto, estão sendo usadas em forma de uso comum, para coletar frutas nos sítios antigos, semente e mudas para recomposição da coleção de plantas, caçar e pescar (que ainda é uma das principais fontes de renda), incluindo as que serão destinadas às futuras realocações das outras famílias. No entanto, o uso da área dos fundos por outras pessoas não é bem aceita por algumas famílias. Vele ressaltar que essas configurações dos espaços de uso comum tendem a se atualizarem com a chegada dos novos ribeirinhos.

Sobre estas limitações e regras de uso na APP do reservatório, D. Joana comenta: “Antigamente era mais fácil pra gente, nós não dependia de nada assim: só outros está dizendo que pode fazer, fazia o que queria... [A gente] não era um destruidor, andava onde

⁷⁰ No entanto, existem pessoas no reservatório que receberam uma área de beira de 250m.

queria, ficava onde queria, hoje em dia nós têm que fazer o que eles querem, não é o que nós quer”. Sr. Lindolfo complementa:

“Eles [Nesa] acham que a gente destrói, mas quando eles chegaram aqui as ilhas era tudo coberto, como seringal, com cajazeira, goloseira, muitas frutas que tinha nas ilhas...Hoje não tem acabou tudo, não tem árvore na beira do rio. Antigamente a mata não morria [com o alagamento sazonal] era o tempo todo verde... Depois que parou o rio, morreu tudo. Para eles nós somos destruidor, mas chegaram aqui não tinha nada destruído.”

Portanto, como vimos, as relações sociais davam bases para o uso dos recursos, ou seja, possibilitavam acesso e o uso de recursos que não eram encontrados nas ilhas. Esse momento é visto como o tempo de abundância, de generosidade da natureza e dos vizinhos. Por outro lado, o reservatório é visto como tempo de escassez, devido a falta de recursos, pois além da natureza destruída, as relações sociais foram desarticuladas no momento da expulsão e de realocação para as margens do reservatório.

5.6.2 A caça

No geral, a caça era uma atividade desenvolvida nas áreas familiares e nas ilhas, livremente. “Todo mundo só caçava na sua área ou nas ilhas que não tinha dono” (D. Joana). Atualmente no *território ribeirinho* é possível observar a preocupação com a alteração ecológica na vida dos animais silvestres.

A caça é uma forma de apropriação do espaço de mata no novo território, uma vez que a pessoa estabelece os lugares bons para a atividade. Por exemplo, da casa mesmo Sr. Wilson olhou um tuarí (*Couratari multiflora* (Sm.) Eyma) e disse que lá poderia ser um bom lugar para fazer uma espera. Ele vai durante o dia e vê se tem frutos ou flores roídas por algum animal e durante a noite sobe em uma árvore e espera a caça aproximar-se. Outra árvore usada por ele para fazer espera é o matamatá (*Eschweilera sp*). E assim ao poucos vai conhecendo os bons lugares para desenvolver a atividade.

Segundo os ribeirinhos existem duas formas de caçar consideradas como uma boa prática: a caçada de espera e a caçada de varrida. Na primeira forma, o caçador vai à mata durante o dia e vê onde tem frutos ou flores que são fontes de alimento dos animais e durante a noite ele sobe em uma árvore e espera a caça aproximar-se para atirar. Cada pessoa tem uma espera, que pode ser próxima a uma árvore de matamatá, tauári entre outras.

Enquanto na caça de varrida, o caçador vai durante o dia e identifica as veredas por onde a caça passou e depois vai varrendo e limpando um caminho bem próximo ao da caça,

para poder caminhar sem fazer barulho à noite, quando sai caminhando e lanternando na mata até encontrar com a caça desejada.

Nesses dois tipos de caça a pessoa consegue identificar o animal e decidir se quer ou não matá-lo e caso não seja do interesse ou do gosto não precisa matar. Já na caça com cachorro, não é possível fazer isso, fazendo com que esse tipo não seja visto como uma boa prática, pois “acaba com tudo os bichos”, porque os cachorros derrubam as caças na água, espantam para lugares mais longes, ficando cada vez mais difícil encontrá-las.

As boas práticas são aprendidas desde a infância. Saber a quantidade que devia levar para casa era outro elemento importante para nunca acabar com a caça da mata, como conta D. Joana:

“Desde quando eu me entendi, quando meu pai caçava, ele dizia assim: eu vou caçar um bicho ali pra gente comer, ele não matava muito bicho pra estragar, matava só o necessário, se acabasse e ele topasse com um bando de queixada ele matava um ou dois, porque a gente não era muito e às vezes as vizinhas não tinham o que comer, ele não caçava só pra nós, [...] ele mandava para os vizinhos, nunca caçou pra destruir, colocar cachorro, não”.

Quando a pessoa atira em uma caça deve ter a responsabilidade de ir atrás dela, caso ela fuja, pois atirar na caça e deixar morrer sem consumir é também considerado “destruição”. “Meu pai não era assim, o Lindolfo [marido] também não é assim desse jeito, ele se atirar no bicho e o bicho correr ele vai atrás, ele pode vir pra casa de noite, sem o bicho, mas de manhã cedo vai caçar até achar, mas tem muita gente que não faz isso, eu acho isso errado” (D. Joana).

“A área das famílias não dá pra caçar, porque os bichinhos que tem é pouco e estão arrodoados de gente e de água, se for comer tudo que vê lá daqui um tempo acaba, nem as crianças não vão saber que existiram aquilo ali. Por isso a gente sempre preservava os bichos pra não ser comido tudo, sempre a gente cuidou pra não gastar tudo. Se a gente visse dois mutuns não matava os dois, se tivesse com fome matava um. Se visse um bando de queixada no mato de uns cem, duzentos porcos, que andava assim de primeiro, a gente matava só um ou dois, dependendo do tanto de gente que tinha em casa, mas fora isso a gente não matava pra destruir [...]. A gente escolhia sempre o macho.”

Agora no *território ribeirinho*, por conta das alterações no meio natural, os ribeirinhos têm tido preocupações com a conservação dos animais silvestres. Um caso emblemático é o do Sr. João, que está reassentado em uma pequena ilha nova que possui uma juquira⁷¹ antiga, que abriga alguns animais silvestres, como ele mesmo relata: “Aí tem dois bandos de macacos

⁷¹ mata secundária

Guaribas; tem um bando de macaco Zogue Zogue, Macaco Da Noite, Quandu; tem muito tatu, até debaixo da casa e tem muita capivara”.

Quando Sr. João chegou à ilha, no final de 2016, existiam outros animais, com os quais, inclusive, tinha todo cuidado, principalmente com duas pacas, caça muito valorizada na comunidade e que depois da barragem ficou muito difícil de encontrar. O Sr. não pretendia comê-las, queria que “aumentassem” a população “só pra ver a beleza delas”. Porém, certo dia ele viu a armadilha de baixo de uma mangueira, deixada por algum vizinho que aproveitou a sua ausência para caçar sem permissão:

Tinha duas pacas aqui, agora no começo do inverno, eu passei seis dias na rua, quando cheguei aqui estava um mutar [armadilha] de baixo da mangueira, tinha muita manga e elas estava comendo aí, e aí o cara matou minha duas pacas [com o ar de indignação][...]. Ele vinha esperar [caçar] de novo pra pegar outra paca, mas quando ele encostou lá [no porto], abri a porta e fiquei em pé bem aqui... aí quando ele chegou bem acolá que ele me viu em pé na porta, comprimento e encostou ele e o sobrinho, aí foi contar que já tinha vindo aqui, falei nada não porque não adiantava mais, porque já tinham pego [a paca], né. [o vizinho disse] É rapaz tinha o interesse de matar um bichinho aí, [e Seu João respondeu] paca não tem mais, não, já mataram, né [...] rapaz, se quiser matar um tatu, e aí por de baixo das mangueiras, mas se vê paca, não atire não [...]

O relato mostra a indignação em face da violação das regras de uso dos recursos e do espaço e o quanto elas são importantes para o grupo social, assim como o carinho estabelecido por esses animais. Além das pacas, mataram também um casal de mutum, que o Sr. João tinha muito cuidado e até comprava milho para alimentá-lo:

Tinha um casal de mutum, ainda vi as pena dele lá...ai eu botei milho. Porque eu botava milho lá dentro do mato acolá, quando ia lá não tinha mais, eles comiam. Aí depois [que viu as penas] eu coloquei na vereda do tatu ali, eles não vieram, quem comeu foi a cotia, eles não comeram mais, porque a cotia quando come deixa um bagaço e o mutum não, engole todo, deixa limpinho, o chão [como se o mutum não tivesse mais lá].

No caso do Sr. João, ele percebe que agora, depois da barragem, é importante cuidar dos animais para não faltar mais tarde. Vale ressaltar que essa indignação não era somente por ser dentro do seu *ponto*, mas por ter em tantos lugares possíveis e a pessoa escolhe caçar em uma pequena. Apesar de tudo, os cuidados continuam com os outros animais:

“[...] tem uma cotia perdida aqui [na ilha], juntei agora, juntei semana passada dois baldes de coquinho de anajá aqui e coloquei na vereda acolá, ela se deu bem... ela não vem aqui, porque tem medo de vim, mas eu boto lá no mato ela rói todinho[...] Já botei milho bem aí de baixo dessa mangueirinha, ela comeu todinho.

Esses cuidados são principalmente com os animais que são mais difíceis de serem encontrados. A capivara que possui uma grande população e que acaba se alimentando da roça o tratamento, como mencionado, é diferente.

Assim, a caça, hoje proibida e escassa, é uma prática tradicional para a alimentação das famílias e diante do ecossistema instável e da escassez dos recursos, conforme aborda Sahlins (1978) sobre a sociedade de abundância, as famílias usam suas próprias regras e valores estabelecidos historicamente para construção da vida nesse lugar e para a conservação dos recursos remanescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou analisar as formas com que as famílias ribeirinhas estão usando para reconstruir a vida após o desastre ambiental provocado pela instalação do CHE Belo Monte, a partir da territorialidade preexistente.

Para isso foi desenvolvido um estudo de caso na localidade do Palhal, às margens do reservatório principal da hidrelétrica, em Altamira. As famílias ribeirinhas passaram pelo violento processo de desterritorialização, repleto de violações dos direitos. Por conta disto, tiveram de buscar formas de garantir a reprodução social, longe do rio e das antigas relações sociais.

O enchimento do reservatório representou rupturas no modo de viver tradicional, além da destruição ambiental, uma situação de limite social a qual se assemelha às experiências de desastre e de guerra.

As famílias ribeirinhas romperam a invisibilidade e a violação de direitos impostas ao longo do processo, buscando apoio, denunciando e lutando para a recomposição do modo de vida, na beira do rio. O desejo de voltar para o rio foi o elemento unificador desse grupo social (LITTLE, 2002), que criou as condições para a construção do *território ribeirinho*.

No entanto, no trecho estudado “o rio não é mais rio”, isto é, o território não era mais o mesmo, e o encontro com esse ambiente destruído provocou revolta e tristeza. A vida ficou dividida entre antes e depois de Belo Monte, entre o tempo de abundância e o tempo de escassez (SAHLINS, 1978).

A primeira fase do processo de ocupação do *território ribeirinho* foi conduzida pela Nesa de forma pouco transparente e com diversas inadequações. A segunda fase do processo, que ainda está em curso, foi mediada pelo Conselho Ribeirinho no processo de elaboração do projeto. Contudo, até fevereiro de 2020, mais de quatro anos após o enchimento do reservatório, a nova fase de ocupação ainda não havia iniciado. A morosidade do processo fez com que algumas famílias tomassem a iniciativa de ocupar as áreas de forma independente, enquanto outras ainda esperam receber a autorização para poder *ocupar o ponto*.

Em meio à transformação do ecossistema, a experiência de construção do *território ribeirinho* mostra como as famílias atualizam seus conhecimentos tradicionais para se apropriar desse novo espaço. Por outro lado, diante do desequilíbrio ecológico, tal experiência mostra também como valores morais são utilizados para uso dos recursos, a fim de garantir o seu uso nesta e nas próximas gerações, como no exemplo da caça.

Diante da perda da agrobiodiversidade, logo na chegada, acionam uma ampla rede de relações sociais para a composição das coleções de plantas para as casas, sítios e roças. Apesar disso, é muito comum ouvir falar das plantas que eles não encontram mais no beiradão, sejam domesticadas, sejam plantas nativas. Assim, permitiram-se plantar espécies que só tinham visto a semente ou que nem sabem ao certo o uso, mas para essa sociedade o importante, neste momento, é a busca por um futuro em abundância, como havia no passado.

REFERÊNCIAS

- ADALBERTO, P. DA P. **Brasil : Amazonas - Xingu**. Brasília: Itatiaia, [1977 (2002)].
- ADAMS, C. et al. Situação ambiental no trecho do rio Xingu afetado pela UHE Belo Monte a montante da barragem Pimental. In: SÔNIA BARBOSA MAGALHÃES; MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (Eds.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 29–50.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13–35.
- ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Hidrelétricas em operação na Amazônia legal**. Disponível em: < <https://www.aneel.gov.br/> >. Acesso em: 13 abril 2019.
- ALCÂNTARA, J. M.; YAMAGUCHI, K. K. DE L.; EIGA-JUNIOR, V. F. V. Composição de óleos essenciais de *Dicypellium manausense*, *Mezilaurus duckei*, *Mezilaurus itauba* e *Pleurothyrium vasquezii*, quatro espécies amazônicas da família Lauraceae. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, p. 469–475, 2013.
- ALENCAR, J. C. Estudos silviculturais de uma população natural de *Copaifera multijuga* Hayne-Leguminosae, na Amazônia Central. 2-Produção de óleo-resina. **ACTA Amazônica**, p. 75–89, 1982.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P; CUNHA, L. V. F. C. Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. (Coleção Estudos e Avanços). NUPPEA: Recife, PE, Brasil. 2010.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Editora Expressão Popular, 2012.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
- ANDRADE, I. L. M. M. et al. Espécies arbóreas utilizadas por pescadores para a construção de jangadas, Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré-Serra Grande, Bahia, Brasil. **Rodriguésia [online]**. 2016, vol.67, n.1, pp.45-54.
- BARROS, F. B. Os caçadores do Riozinho do Anfrísio: saberes e práticas culturais entre narrativas e imagens / the hunters of the riozinho do anfrísio: knowledge and cultural practices. **Muiraquitã - revista de letras e humanidades**, v. 5, n. 1, 20 set. 2017.
- BATISTA, R. S. “Em asfalto não nasce feijão”: barragem enquanto acontecimento social e os meios de vida do reassentamento de Nova Soberbo. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 5 jul. 2013.
- BECKER, B. **A Urbe Amazônida. Rio de Janeiro: Garamond**. Rio de Janeiro, 2013.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de caso sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133

BENATTI, J. H. A criação de unidades de conservação em áreas de assentamento de populações tradicionais: um problema agrário ou ambiental? **Novos cadernos NAEA**, 1998.

BERNARDELLI, C. **Os efeitos socioespaciais das usinas hidrelétricas Amador Aguiar i e ii: o assentamento vida nova em Uberlândia'** 01/03/2012 101 f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: Universidade Federal De Uberlândia, Uberlândia Biblioteca Depositária: SISBI: Sistema de Bibliotecas da UFU.

BOEIRA, S. M. **Estudo da dinâmica territorial rural: a implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande no Planalto Sul Catarinense.** Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

BRAGA JÚNIOR, M. M. et al. Embarcações tradicionais no sudeste do Pará, Brasil: identificação anatômica e propriedades tecnológicas das principais madeiras utilizadas. In: JOÃO CARLOS FERREIRA DE MELO JÚNIOR, V. S. DA F. K. E N. H. (Ed.). **Árvores e madeiras na cultura naval tradicional.** 1. ed. Joinville : Editora Univille , 2019. p. 51–76.

BRASIL. Decreto no 6.040/2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020

BRASIL. Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRITO, L. D. **Patologia em estruturas de madeira: metodologia de inspeção e técnicas de reabilitação.** São Carlos: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, 25 nov. 2014.

BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método.** Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

CAMARGO, M., et al. Matapi pet: uma nova proposta para a exploração sustentável do camarão amazônico *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862). **Scientific Magazine UAKARI**, 5(1), p. 91–96, 2009.

CARDOSO, T. M. **Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2016.

CARDOSO, T. M. Entre diversos tons de verdes: cosmopolítica nos sistemas agrícolas potiguara. In: LIMA, G. M. et al. (Eds.). **Práticas e Saberes Sobre a Agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais.** IEB Mil Folhas ed. Brasília: 2018. p. 77–133.

CARVALHEIRO, K. O. et al. Trilhas da regularização fundiária para comunidades nas florestas Amazônicas: como decidir qual a melhor solução para regularizar sua terra? Amazonas : 2013.

CASTRO, G. B. L. **Critérios socioambientais de reposição de perdas e realocização para atingidos por barragens: um estudo sobre o povoado de Palmatuba /TO.** 01/04/2009 145 f. Mestrado em geografia Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNB.

CATULLO, M. R. Antropología y proyectos de gran escala: los estudios sobre represas hidroeléctricas en Brasil. **Anuário Antropológico/90**, p. 205–229, 1993.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Grandes obras Amazônia: aprendizados e diretrizes**, 2016.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: J. G. SILVA; V. STOLCKE (Ed.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasileira, 1981.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Convenção sobre Diversidade Biológica: **ABS conhecimentos tradicionais provedores consentimento prévio termos mutuamente acordados usos**. Disponível em: <www.cbd.int/tradicional>. Acesso em: 11 fev. 2020.

COSTA, A. L. B. M. **Barragem de Sobradinho: o desencontro de culturas entre camponeses e técnicos do estado**. 1990.

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. Itatiaia ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, Coudreau [1896 (1977)].

CRUZ, V. C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: FREDERICO GUILHERME BANDEIRA ARAÚJO; ROGÉRIO HAESBAERT.. (ORG.). (Ed.). **Identidades e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos**. ACCESS ed. Rio de Janeiro: 2007. p. 93–122.

DAOU, A. M. L. Os “desobrigados” da barragem: longe e perto do lago. Uma reflexão sobre o deslocamento compulsório em Sobradinho. In: MAGALHÃES, S.; BRITO, R.; CASTRO, E. (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F. WEBER, J (Orgs). **Gestão de recursos naturais e renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3. Ed. São Paulo, 2002.

EIA. Estudos de Impacto Ambiental UHE Belo Monte. Leme Engenharia Ltda. Diagnóstico vegetação. 6365-EIA-G90-001b. In: Leme Engenharia Ltda, 2009. Acesso em: 05 nov. 2019. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2013/TEXT0/VEGETA%20C3%87%20C3%83O/DIAGNOSTICO%20VEGETA%20C3%87%20C3%83O.pdf

EMPERAIRE, L. EMPERAIRE, L. Histórias de plantas, histórias de vida: uma abordagem integrada da diversidade agrícola tradicional na Amazônia. In: KUBO, R. et al. (Orgs.). **Anais de II Symposium da Sociedade Brasileira de etnobiologia e etnoecologia**. Porto Alegre, 2016.

ERTZOGUE, M. H.; ZAGALLO, A. D. A. No banheiro do lago: uma história sobre barqueiros e usinas hidrelétricas no Tocantins into the lake swing: a history about boatmen and hydroelectric plants in tocantins. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, 2018.

FARIA, E. S. S. **Viagem Etno-Histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia'** 28/11/2016 258 f. Doutorado em ANTRPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPA

FARRELL, J. G.; ALTIERI, M. A. Sistemas Agroflorestais . In: ALTIERI, M. (Ed.). . **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável** . Rio de Janeiro : Expressão popular , 2012. p. 281–304.

FERREIRA, L. V.; NECKEL, S.; TAVARES, V. D. C. **Descrição e análise da fauna e flora da região do Médio-Baixo rio Xingu**. Relatório final. 2008.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, vol. XVI, núm. 4, outubro-diciembre, 2013 , pp. 141-158.

FITZGERALD, D. B. et al. **Diversidade e estrutura das comunidades de peixes que habitam as corredeiras do Rio Xingu: implicações para a conservação diante do desenvolvimento de uma hidrelétrica de grande escala**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa\(a\)rquivos/diversidad_e_e_estrutura_das_comunidades_de_peixes_que_habitam_as_corredeiras_do_rio_xingu_implicacoes_para_a_conservacao_diante_do_desenvolvimento_de_uma_hidreletrica_de_grand](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa(a)rquivos/diversidad_e_e_estrutura_das_comunidades_de_peixes_que_habitam_as_corredeiras_do_rio_xingu_implicacoes_para_a_conservacao_diante_do_desenvolvimento_de_uma_hidreletrica_de_grand)>. Acesso em: 5 mar. 2020.

FRANCESCO, A. A.; CARNEIRO, C. C. **Relatório sobre Diálogos Ribeirinhos**. Altamira, 2016.

FRANCESCO, A. A.; CARNEIRO, C. **Atlas dos impactos da sobre a pesca**. Instituto Socioambiental. São Paulo: 2015.

FRANCESCO, A. A. et al. História de ocupação do Beiradão no Médio Rio Xingu. In: SÔNIA BARBOSA MAGALHÃES, M. C. DA C. [ORGS. . (Ed.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017a. p. 41–65.

FRANCESCO, A. A. et al. O deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. In: SÔNIA BARBOSA MAGALHÃES, M. C. DA C.; (ORGS.) (Eds.). . **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017b.

FRAXE, T. DE J. P.; PEREIRA, H. DOS S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: 2007.

GARCIA JUNIOR, A. R.; HEREDIA, B. A. DE. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: EMILIA PIETRAFESA DE GODOI, M. A.; DE MENEZES, R. A. M. (Eds.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 213–243.

GODOI, E. P. DE. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, v. 34, 2014.

GONÇALVES, C. A. et al. Médio Xingu. In: FÁBIO ALVES (Ed.). **A função socioambiental patrimônio da união**. Brasília: IPEA, 2016. p. 359p.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. da S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANHESCY, M. C. (Org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002. p. 175 – 202.

Santilli, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, GONÇALVES Í. Diversidade florística e fitossociológica dos quintais agroflorestais do reassentamento Mariana Tocantins. Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Gurupi - Curso de Pós- Graduação (Mestrado) em Ciências Florestais e Ambientais, 2017.

GRAÇA, D. S. “**Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago!**”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Universidade Federal do Pará Instituto, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, 2018.

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL. **Relatório do Processo de Reconhecimento Social**. Altamira: 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>. Acesso em 10.09.19

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. 2004.

IBAMA. Ibama autoriza licença de instalação da Usina de Belo Monte — Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2011/06/ibama-autoriza-licenca-de-instalacao-da-usina-de-belo-monte>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

IBAMA. Norte Energia é autorizada a encher reservatório para operação de Belo Monte, no Pará, 2015. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/noticias/66-2015/208-norte-energia-e-autorizada-a-encher-reservatorio-para-operacao-de-belo-monte-no-para>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

IBAMA. Parecer técnico N. 02001.002297/2016-39 COHID/IBAMA. Tratamento de ribeirinhos - UHE Belo Monte. [https://www.passeidireto.com/lista/73618851-belo-monte\(a\)rquivo/68754377-uhe-belo-monte-volume-92](https://www.passeidireto.com/lista/73618851-belo-monte(a)rquivo/68754377-uhe-belo-monte-volume-92), 2016a. Disponível em: <[https://www.passeidireto.com/lista/73618851-belo-monte\(a\)rquivo/68754377-uhe-belo-monte-volume-92](https://www.passeidireto.com/lista/73618851-belo-monte(a)rquivo/68754377-uhe-belo-monte-volume-92)>. Acesso em: 6 fev. 2020

IBAMA. Mortandade de peixes ocorrida após a emissão da Licença de Operação do CHE Belo Monte (NOT. TEC. 02001.000375/2016-61 COHID/IBAMA), 2016b.

IBAMA. Tratamento de ribeirinhos - UHE Belo Monte (PAR. 02001.002297/2016-39 COHID/IBAMA), 2016c. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empreendimentos.php>. Acesso em: 6 mar. 2020

IBAMA. Norte Energia deverá reassentar moradores de bairro alagado em Altamira (PA). Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/noticias/436-2018/1387-norte-energia-devera-reassentar-moradores-de-bairro-alagado-em-altamira-pa>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

KATZ, I.; OLIVEIRA, L. Considerações sobre os impactos em saúde, no contexto do deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. In: SÔNIA BARBOSA MAGALHÃES, M. C. DA C.; (ORGS.) (Eds.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 203–234.

KELLY-NORMAND, A. M. **A força da água: para quem, para onde vai?** Belém: 1988. Disponível em: <[https://\(a\)cervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10D00615.pdf](https://(a)cervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10D00615.pdf)>. Acesso em: 7 fev. 2019.

LIMA, D.; STEWARD, A.; RICHERS, B. T. Trocas, experimentações e preferências: um estudo sobre a dinâmica da diversidade da mandioca no médio Solimões, Amazonas Exchange, experimentation and preferences: a study on the dynamics of manioc diversity in the Middle Solimões, Amazonas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, n. 2, p. 371–396, 2012.

LITTLE, P. E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. v. 2, n. 4, p. 5–25, 1994.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série antropologia**, 2002.

MAGALHÃES, A. C. **Identidade e reconhecimento étnico: índios citadinos em Altamira**. Belém: 2008.

MAGALHÃES, C. et al. Annotated checklist of parasitic and decapod crustaceans from the middle and lower Xingu (Amazon Basin) above and below the Belo Monte dam complex, Pará State, Brazil. **Proceedings of the Academy of Natural Sciences of Philadelphia**, v. 166, n. 1, p. 1, 10 maio 2018.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. DA. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC**. São Paulo: 2017.

MAGALHÃES, S. M. B. **Territorialité et déplacement forcé chez les riverains de l'Amazonie brésilienne**. Seminário (Internacional) Biodiversité et Culturodiversité. Faire face aux destructions et à l'uniformisation. 1. AgroParisTech, Paris. 2017b.

MAGALHÃES, S. M. B. **Lamento e dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens'** 01/12/2007 278 f. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM Biblioteca Depositária: Bibliotca da UFPA

MARCINIAK, F. **Águas para o deserto: O Processo de Adaptação Socioeconômica nos Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias - PR (1987-2017)**. Irati: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, 2018.

MAIA, M. L. S.; Moura, Edila A. Ferreira. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. Industrialização de Grandes Projetos: Desorganização e reorganização do Espaço. **Editora Universitária UFPA**, Belém, 1995. P 224- 260.

MARIN, R. A. **Visão histórica da região do rio Xingu : economia e diversidade étnica**. 2010.

MAUÉS, R. H.; MAUÉS, M. A. M. O modelo da “reima” representações alimentares em uma comunidade amazônica. **Anuário Antropológico**, p. 120–147, 1978.

MAUSS, M. Morfologia Social. In: MAUSS, M.. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify , 2003.

MELO JÚNIOR, J. C. F. DE; KRUEL, V. S. DA F.; HANAZAKI, N. **Árvores e madeiras na cultura naval tradicional**. Joinville, SC: Editora Univille, 2019.

MENDES, N. A. S. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: Os aspectos socioambientais e econômicos do reassentamento rural de Rosana-Euclides da Cunha Paulista.** 01/04/2005 218 f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/PR.PRUDENT, Presidente Prudente Biblioteca Depositária: FCT/UNESP

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos baixo amazonas e baixo xingu paraenses. In: GODOI, P. DE E.; MENEZES, MARILDA APARECIDA MARIN, R. A. (ORGS. . (Eds.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1p. 187–208.

MOTTER, R. J. **Uma análise comparativa das modalidades de reassentamento do CHE Machadinho-RS: uma contribuição para o entendimento das políticas públicas de desenvolvimento territorial**. 21/06/2017 181 f. Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina E Caribe Instituição De Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (SEDE), São Paulo Biblioteca Depositária: UNESP – IPPRI

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. Conflitos e tensões em Altamira: primeiros efeitos do Licenciamento “Parcial” de Belo Monte. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/05/10/conflitos-e-tensoes-em-altamira-primeiros-efeitos-do-licenciamento-“parcial”-de-belo-monte/>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

MPF. Relatório de inspeção interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória do CHE Belo Monte. Altamira: 2015. Disponível em: <[http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015\(a\)quivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf/](http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015(a)quivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf/)>. Acesso em: 9 mar. 2019.

MPF. MPF pede suspensão da licença de Belo Monte até que impactos à pesca sejam atenuados — Procuradoria da República no Pará. 2016 Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-suspensao-da-licenca-de-belo-monte-ate-que-impactos-a-pesca-sejam-atenuados>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

MÜLLER, J. Tree species used in historical shipbuilding and their risk of being attacked by Teredinidae. *Skyllis Journal*, v. 10, p. 1–6, 2010.

NASCIMENTO, A. C. **E cadê o campesinato que estava aqui? A transformação do território do Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão'** 06/03/2014 142 f. Mestrado em GEOGRAFIA (CAMPUS CATALÃO) Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás, Catalão Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFG (BDTD/UFG)NESA.

Parecer técnico: uso e recuperação da APP do reservatório Xingu da UHE Belo Monte. 2019.

NESA. **A história de Belo Monte – Cronologia - NorteEnergia**. Disponível em: <<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>>. Acesso em: 9 mar. 2019a.

NESA. Usina a fio d'água e menor área alagada. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/arranjo>. Acesso em: 30 jan. 2019b.

NESA. **Projeto Básico Ambiental: plano de atendimento à população atingida**. p. 14–449, 2011a.

NESA. **Projeto Básico Ambiental: plano de conservação dos ecossistemas terrestres, 2011b**. Disponível em: <[http://www2.defensoria.pa.def.br/portal\(a\)nexos/File/BeloMonte/PBA/Volume V - Item 12/VOL V - 12 - plano eco terrestres.pdf](http://www2.defensoria.pa.def.br/portal(a)nexos/File/BeloMonte/PBA/Volume_V_-_Item_12/VOL_V_-_12_-_plano_eco_terrestres.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2020

NESA. **Caderno de preços benfeitorias reprodutivas (produções vegetais)/ UHE Belo Monte**. 2013. Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php. >. Acesso em: 30 jan. 2020.

NESA. **Proposta Norte Energia: ribeirinhos**. Altamira: 2018b

NESA. **Projeto básico de recomposição do modo de vida das famílias ribeirinhas interferidas pela usina hidrelétrica de Belo Monte (projeto básico)**. Altamira: 2019.

OLIVEIRA, A. L. A.; SOUZA, M. C.; SILVA, T. F. O fim da Vila Santo Antônio para a construção da Hidrelétrica Belo Monte. **NOVOS CADERNOS NAEA**, v. 22, p. 121-139, 2019.

OMS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. 1. ed. Brasília: 2005.

PADINHA, A. DA S. B.; PADINHA, M. R. Os Grandes Projetos na Amazônia e a Negação do Direito Geral da Personalidade e do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana: O (Contra) Exemplo de Belo Monte. In: PADINHA, M. R. (ORG.). (Ed.). . Egeeam: Cametá, Amazônia, Brasil. Cametá-UFPA ed. Cametá: 2017.

PACHECO, M. E. L.; LEROY, J.. Associações e Sindicatos rurais: onde está o dilema. Industrialização de Grandes Projetos: Desorganização e reorganização do Espaço. **Editora Universitária UFPA**, Belém, 1995. P 387- 410.

PACHECO, P. et al. **Acesso à terra e meios de vida: examinando suas interações em três locais no estado do Pará.** CIFOR/ÑAET/NEAF/ UFPA(a)RCA/RRI. Belém, Juno 2009.

PHILLIPS, M. A.; CROTEAU, R. B. **Resin-based defenses in conifers** *Trends in Plant Science*, 1 maio 1999.

Quantum GIS. NANNI AS, DESCOVI FILHO L, VIRTUOSO MA, MONTENEGRO D, WILLRICH G, MACHADO PH, SPERB R, DANTAS GS, CALAZANS Y. - Guia do Usuário, Versão 1.7.4 'Wroclaw'. Acesso em: Disponível em: <http://qgisbrasil.org>. 291p., il

RASFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Editora Ática S.A. 1980.

RIBEIRO, G. L. Proyectos de Gran Escala: Hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporaria. In: Bartolomé, L. **Relocalizados: Antropología Social de las Poblaciones Desplazadas.** 1985.

ROCHA, G. S.. **Velhas e Novas Territorialidades nas Margens da Barragem de Anagé-BA: Da Desterritorialização a Reterritorialização.**' 01/07/2011 194 f. Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN e BIBLIOTECA DO NPGeo.

SAHLINS, M. A Primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. (Org.). **A Antropologia econômica.** Liv. Edit. Ciências Humanas, SP, 1978, pp. 7-44.

SALOMÃO, R. P. et al. **As florestas de Belo Monte na grande curva do rio Xingu, Amazônia Oriental.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais, p. 57–153, 2007.

SANTONIERI, L. Política científicas e saberes sobre a agrobiodiversidade. In: LIMA, ANA GRABRIELA AMORIM DE, ET AL. (Ed.). **Práticas e Saberes Sobre Agrobiodiversidade: a contribuição de povos tradicionais.** Brasília. IEB Mil Folhas ed. Brasília: 2018. p. 194.

SANTOS, I. G.. **Diversidade Florística e Fitossociológica dos Quintais Agroflorestais do Reassentamento Mariana, Tocantins'** 24/03/2017 65 f. Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais Instituição de Ensino: Universidade Federal do Tocantins, Gurupi Biblioteca Depositária: Biblioteca do Campus Universitário de Gurupi.

SANZ, F. S. G.. **Ribeirinhos expulsos por Belo Monte: negação e reconhecimento de direitos socioambientais'** 29/06/2018 190 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA.

SCHREINER, D. F. **“Entre a exclusão e a utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamento rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)”.** São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, 18 abr. 2002.

SEN, S.; SIVRIKAYA, H.; YALÇIN, M. Natural durability of heartwoods from European and tropical Africa trees exposed to marine conditions. *Jornal Africano de Biotecnologia*, v. 8, p. 4425–4432, 2009.

SIGAUD, L. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (Org.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. Rio de Janeiro: Marco Zero/Núcleo de Publicações da COPPE, 1986.

SILVA, J. C. DA. Biologia e ecologia dos camarões de água doce *Macrobrachium amazonicum* (heller 1862) e *Macrobrachium jelskii* (miers 1778) (crustacea: caridea: palaemonoidea) no Rio Grande, região de Planura, MG. Botucatu: Universidade Estadual Paulista - UNESP - Instituto de Biociências, 2010.

SILVA, L. A. L. DA; GONÇALVES, B. B.; SOUZA FILHO, C. F. M. DE. Dos direitos dos ribeirinhos atingidos por barragens. In: SÔNIA BARBOSA MAGALHÃES; MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (Eds.). **A Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 67–99.

SILVA, F. A.; GARCIA, L. L. W. G. **Território e memória dos Asurini do Xinkri arqueologia colaborativa T.I. Kuatnemu**, P. Revistas Científicas - Museu de Arqueologia e Etnologia, p. 79–99, 2015.

SILVA, G. C. E. **Território, modo de vida e recursos vegetais: Os ribeirinhos no contexto da Usina Hidrelétrica Belo Monte, Pará, Brasil'** 69 f. Mestrado em Ciências Ambientais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 2017.

SILVA, T. M. **Comunidade quilombola da família Fidélis – trajetórias de desterritorializações e reterritorializações'** 05/11/2015 186 f. Mestrado em geografia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais** Ethnoecology: A Post-Normal Science Studying the Traditional Knowledge and Wisdom. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR, v. 20, p. 31–45, 2009.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

VALENCIO, N.. "Dos desastres recorrentes aos desastres à espreita". In: Zhouri, A.; Valencio, N. (eds). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Ed.UFMG, Belo Horizonte, 2013, p. 204–236.

VILLAS-BÔAS, A. et al. **Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação**. Instituto Socioambiental. 2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

VILLAS-BÔAS et al, Recomendações para o planejamento do território ribeirinho. In: SÔNIA BARBOSA MAGALHÃES, M. C. DA C. (Ed.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência** (1850-1920). Editora da USP ed. São Paulo: Tradução Lólio Lourenço de Oliveira, 1993.

WOORTMANN, E. F. **O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações**. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. DE; MARIN, R. A. (Eds.). . *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 119–130.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(as) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A construção do território ribeirinho às margens do reservatório da Usina Hidrelétrica de Belo Monte” do projeto de mestrado de Denise da Silva Graça, sob a orientação da Professora Dr.^a Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Amazônia Oriental, em Belém, Pará.

Esse estudo tem como objetivo analisar a construção do Território Ribeirinho às margens do reservatório de Belo Monte. Analisar a casa, rio, sítio/roça, floresta, mapear as formas de atribuição de significado aos espaços e identificar os novos sentidos atribuídos ao ambiente transformado.

Ao longo da pesquisa de campo será realizada entrevista com perguntas sobre historicidade ribeirinha antes e depois da formação do reservatório, sobre o deslocamento compulsório e a construção dos novos espaços de trabalho e de vida no território ribeirinho. Essa entrevista será gravada em áudio com a sua permissão e depois transcrita para ser analisada. Serão também realizadas caminhadas nas áreas de uso e elaborados croquis das áreas de uso familiar e de uso comum. Haverá registro fotográfico e anotações das observações de campo.

Caso o Sr.(a) se sinta desconfortável em responder alguma pergunta, o Sr.(a) tem a liberdade de não responder ou interromper a entrevista/ participação em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento.

Ao fazer parte desse estudo, o Sr.(a) não terá nenhum custo, tampouco receberá qualquer vantagem financeira ou premiação.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “A construção do território ribeirinho às margens do reservatório da Usina Hidrelétrica de Belo Monte” de maneira detalhada. Sei que a qualquer momento eu poderei solicitar novas informações e/ou modificar minhas decisões de participar se assinar o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Eu, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos, pesquisadora responsável, declaro o compromisso de cumprir os termos da resolução 466/12 que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Representante da unidade Familiar

Sonia Barbosa Magalhães
Pesquisadora responsável

Altamira, _____ de _____ de 2019

Pesquisadora responsável: Profa. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos.
Pesquisadora assistente: Denise da Silva Graça